

The background image shows a park scene. In the center, there is a large, modern stadium with a curved roof. To the left, a bridge with a white metal truss structure spans a body of water. In the foreground, there is a paved walkway with a modern, curved street lamp. A large tree with green leaves is on the right side. The sky is blue with some clouds. The text is overlaid on the image in a bold, orange font.

ESPAÇO DE ENCONTRO:

CULTURA E ESPORTE NO JARDIM NHANHÁ, CAMPO GRANDE.

Amanda Karoline Ferreira de Moura

Orientadora: Profa. Dra. Cynthia de Souza Santos

FACULDADE DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E
URBANISMO E GEOGRAFIA

CURSO DE BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ESPAÇO DE ENCONTRO: CULTURA E ESPORTE NO JARDIM
NHANHÁ, CAMPO GRANDE.

AMANDA KAROLINE FERREIRA DE MOURA
ORIENTADORA: PROFA. DRA. CYNTHIA DE SOUZA SANTOS

CAMPO GRANDE, MS
2026

ESPAÇO DE ENCONTRO: CULTURA E ESPORTE NO
JARDIM NHANHÁ, CAMPO GRANDE.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte da avaliação do
curso de graduação em Arquitetura e
Urbanismo pela Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, sob orientação da
Professora Dra. Cynthia de Souza Santos.

CAMPO GRANDE, MS
2026



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DA SESSÃO DE DEFESA E AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA - 2026/1

No mês de Junho do ano de **dois mil e vinte e seis**, reuniu-se de forma presencial a Banca Examinadora, sob Presidência do Professor Orientador, para avaliação do **Trabalho de Conclusão de Curso** (TCC) do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em acordo aos dados descritos na tabela abaixo:

DATA, horário e local da apresentação	Nome do(a) Aluno(a), RGA e Título do Trabalho	Professor(a) Orientador(a)	Professor(a) Avaliador(a) da UFMS	Professor(es) Convidado(s) e IES
18 de junho de 2026 Ateliê 01 - CAU/FAENG 14h:30min CAU-FAENG-UFMS Campo Grande, MS.	Amanda Karoline Ferreira de Moura RGA 2020.2101.035-7 Espaço de Encontro: Cultura e Esporte no Jardim Nhanchá, Campo Grande.	Profa. Dra. Cynthia de Souza Santos	Prof. Dr. José Alberto Ventura Couto	Raina de Alencar Menezes (PLANURB)

Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso pela acadêmica, os membros da banca examinadora teceram suas ponderações a respeito da estrutura, do desenvolvimento e produto acadêmico apresentado, indicando os elementos de relevância e os elementos que couberam revisões de adequação.

Ao final a banca emitiu o **CONCEITO B** para o trabalho, sendo **APROVADO**.

Ata assinada pelo Professor Orientador e homologada pela Coordenação de Curso e pelo Presidente da Comissão do TCC.

Profa. Dra. Cynthia de Souza Santos
Professora Orientadora

Prof. Dr. Gutemberg Weingartner
Coordenador do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (FAENG/UFMS)

Profa. Dra. Juliana Couto Trujillo
Presidente da Comissão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Campo Grande, 25 de junho de 2026.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia de Souza Santos, Professora do Magistério Superior**, em 25/06/2026, às 17:27, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Gutemberg dos Santos Weingartner, Professor do Magisterio Superior**, em 25/06/2026, às 19:25, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Couto Trujillo, Professora do Magistério Superior**, em 26/06/2026, às 09:18, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6493468** e o código CRC **E4BDE7B6**.

FACULDADE DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E URBANISMO E GEOGRAFIA

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.033813/2021-56

SEI nº 6493468

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, àquele que me deu o fôlego de vida, a razão de existir e viver. Aquele que me chama de filha, que me ama, que me deu a dádiva de sonhar e realizar. Aquele que faz infinitamente mais do que pedimos ou pensamos: meu Pai, meu amor, meu Deus.

Em segundo lugar, agradeço àquela que me deu à luz, e não apenas no sentido de me trazer ao mundo, mas também de me fazer acreditar que realidades são transformadas por meio da educação. Aquele que sempre me apoiou e me incentivou: minha mãe, que eu tanto amo.

Ao meu marido, que vem acompanhando essa minha jornada ao longo deste último ano, que não me deixou desistir e se tornou meu maior incentivador.

Ao meu vô José, que sempre esteve comigo, desempenhando com amor o papel de pai e avô; ao meu tio Alessandro, que me inspirou a entrar na universidade federal e sempre me incentivou a estudar e ser a melhor versão de mim mesma; e à minha tia Simone, por todo apoio e carinho ao longo dessa caminhada. Amo vocês profundamente. Obrigada por estarem comigo sempre.

À minha melhor amiga e irmã, Mileny, que me acompanha

nessa trajetória chamada vida há mais de 14 anos, e que sempre esteve presente em todos os momentos, inclusive me ajudando durante a graduação, muitas vezes se esforçando até para fazer o que não era da sua área.

Às minhas amigas que, durante cinco anos, dividiram não apenas os trabalhos acadêmicos, mas também os surtos, os risos, as rodas de conversa e a vida. Ter vocês comigo foi essencial. Obrigada, Anelize, Bruna e Lara. Sem vocês, nada disso seria possível.

Às minhas veteranas Eduarda e Thalya, que foram de suma importância nesse processo, e à minha professora e orientadora Cynthia, que além de me apoiar e me auxiliar, me fez desenvolver amor pelo urbanismo.

E por fim, aos meus amigos Chris e Marcela, idealizadores e fundadores da ONG da qual faço parte e onde atuo como voluntária há cinco anos. O Núcleo foi um agente transformador na minha vida e despertou em mim o desejo de escrever sobre a Vila Nhanhá e sobre o urbanismo social. Com vocês aprendi a enxergar com mais sensibilidade as desigualdades e a transformar isso em reflexão, ação e escrita. Muito obrigada por tudo.

A todos vocês, o meu muito obrigada. Estiveram comigo nesses anos, de todas as formas possíveis.

RESUMO

A desigualdade urbana no Brasil é marcada por processos históricos de exclusão e negligência do poder público, refletidos em áreas periféricas com carência de infraestrutura, equipamentos públicos e dignidade habitacional. Este trabalho aborda essa realidade a partir da ex-favela Nhandá, localizada no bairro Piratininga, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com o objetivo de propor uma intervenção urbana que promova pertencimento, cidadania e integração ao tecido urbano. A proposta envolve a requalificação da área externa do Estádio Guanandizão e a criação de uma praça cultural. Com base nos referenciais teóricos e nos levantamentos do contexto, as intervenções buscam traduzir, por meio do desenho urbano, conceitos de inclusão, permanência e qualificação do espaço público, transformando áreas subutilizadas em espaços mais dignos, funcionais e atrativos para a população.

Palavras-chave: Urbanismo social, periferia, intervenção urbana, direito à cidade, pertencimento.

ABSTRACT

Urban inequality in Brazil is marked by historical processes of exclusion and neglect by public authorities, reflected in peripheral areas that lack infrastructure, public facilities, and housing dignity. This work addresses this reality through the study of the former Nhandá favela, located in the Piratininga neighborhood, in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, with the objective of proposing an urban intervention that promotes belonging, citizenship, and integration into the urban fabric. The proposal involves the requalification of the external area of the Guanandizão Stadium and the creation of a cultural square. Based on theoretical references and contextual surveys, the interventions seek to translate, through urban design, concepts of inclusion, permanence, and qualification of public space, transforming underused areas into more dignified, functional, and attractive spaces for the population.

Keywords: social urbanism, periphery, urban intervention, right to the city, belonging.

Sumário

1. Introdução.....	9	4.4. Lei de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo.....	43
1.1. Objetivos.....	10	4.5. A legalidade que produz ilegalidade	45
1.2. Justificativa.....	11	5. Referências Projetuais	47
1.3. Metodologia	11	5.1. Praça da saudade em São Luís, Brasil.....	47
2. As Faces da Exclusão Urbana: Favelas e Periferias	14	5.2. Caso de Medellín na Colômbia	49
2.1. Conceituando favela e periferia.....	14	5.3. Mais Vida nos Morros – Recife, PE.....	53
2.2. Favelas e periferias não são sinônimas	16	5.4. Relação entre as referências e a construção das	56
2.3. Periferias no Contexto Internacional	18	diretrizes projetuais	56
2.4. Periferias no Contexto Nacional.....	21	6. Área e projeto	59
2.5. Periferias em Campo Grande, MS	24	6.1. Evolução urbana de Campo Grande.....	59
3. Fundamentos teóricos para o Urbanismo inclusivo.....	29	6.2. Localização	65
3.1. O Direito à Cidade segundo Lefebvre: Apropriação e	29	6.3. Diagnóstico	66
participação.....	29	6.4. Análise dos questionários	91
3.2. Urbanismo Social e Participativo	30	6.5. Mapa Síntese dos Problemas.....	95
3.3. A Evolução das Intervenções Urbanas em Áreas	32	6.6. Justificativa dos recortes.....	96
Periféricas	32	6.7. Mapa de diretrizes.....	97
3.4. Centralidades nas periferias.....	34	6.8. Programa de necessidades.....	100
3.5. Espaço público.....	37	6.9. Visita de campo	102
4. Aspectos legais.....	40	6.10. Tabela de espécies	104
4.1. Constituição de 1988.....	40	6.11. Implantação	105
4.2. Estatuto da cidade.....	41	6.12. Planta topográfica.....	106
4.3. Plano Diretor.....	42	6.13. Planta Guanandizão.....	107
		6.14. Planta Praça proposta	108

6.15.	Cortes	109
6.16.	Paginação de pisos	110
6.17.	Perfis viários	111
6.18.	Detalhamentos	117
6.19.	Imagens	119
7.	Considerações finais	124
	Referências bibliográficas	124

1. INTRODUÇÃO

1. Introdução

Esta pesquisa envolve a fundamentação para um projeto de intervenção urbana em área periférica de Campo Grande, MS, mais especificamente a ex-favela Nhanhá localizada no bairro Piratininga.

As periferias brasileiras são territórios que expressam a segregação urbana, racial, territorial e social das cidades, sendo áreas afastadas dos centros urbanos, e que abrigam populações de baixa renda. A desigualdade nesses locais manifesta-se não apenas nos aspectos econômicos e sociais, também na distribuição do desenho urbano, mostrando como a maioria se desenvolve e cresce em um local não favorável em relação aos bairros nobres.

Partimos do entendimento de que territórios periféricos não se desenham só pela distância física, mas também pela distância simbólica dos espaços de poder (PERIFERIAS NO PLURAL, p. 16)

Segundo Maricato (2000), o processo de modernização urbana no Brasil frequentemente exclui a população de baixa renda, relegando-a às franjas das cidades e intensificando as desigualdades sociais e econômicas. Maricato (2015) destaca que, apesar de existirem planos urbanísticos, as áreas periféricas sofrem com a falta de políticas públicas efetivas que abordem suas necessidades, uma vez que os planos priorizam interesses tradicionais e econômicos.

Raquel Rolnik (2000) complementa essa visão ao afirmar que as cidades brasileiras traduzem uma desigualdade territorialmente distinta, onde o urbanismo nas periferias é frequentemente incompleto e arriscado.

Em uma prévia do Censo Demográfico de 2022, foi apurado que “o Brasil tem mais de 10 mil favelas e comunidades urbanas, em que vivem 16,6 milhões de pessoas (8% da população brasileira)”, esse resultado representa uma expansão de 40% de moradores nessas áreas desde o último censo de 2010.

Um levantamento de 2021 do CADÚnico apontava que mais da metade da população do Mato Grosso do Sul vivia em situação de pobreza.

Essas condições não refletem respeito aos direitos garantidos no art. 6º da Constituição Federal de 1988 “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, na verdade o local apenas evidencia a exclusão dessa garantia constitucional aos seus moradores.

Diante desse panorama, o recorte espacial adotado neste trabalho permite observar como esses processos de exclusão urbana e desigualdade socioespacial se materializam em uma área específica de Campo Grande, aproximando a discussão geral da realidade local que fundamenta a proposta de intervenção.

Atualmente, a área definida para o desenvolvimento deste projeto envolve o parcelamento Jardim Nhandá que faz parte do bairro Piratininga, em Campo Grande, MS. Na década de 70, essa mesma área recebeu moradores provenientes da favela Querosene, entre a Av. das Bandeiras, Av. Manoel da Costa Lima, e R. Melchíades Brandão. Esta ação de reassentamento foi realizada pelo poder público, em função da necessidade de implementação de obras para a canalização do córrego Segredo. Acrescenta-se que essa área de reassentamento não apresentava condições mínimas em relação à infraestrutura urbana para recebê-los. Esse fato implicou em uma ocupação precária e irregular. Ao longo dos anos, ela passou por uma série de intervenções públicas com o intuito de promover sua urbanização e, para isso, foram aprovados alguns parcelamentos. Entretanto, mesmo diante de tais investimentos, o local ainda apresenta características de áreas periféricas, como precária infraestrutura, insuficiência de equipamentos comunitários, limitada mobilidade urbana, falta de segurança pública e algumas irregularidades fundiárias.

Dessa forma, esta monografia será composta por seis capítulos, com o intuito de buscar soluções para os problemas previamente descritos. O primeiro capítulo apresentará a introdução, os objetivos gerais e específicos, a justificativa e a metodologia adotada. O segundo capítulo trará uma contextualização da problemática em níveis nacional, estadual e municipal, enfatizando como a periferia se manifesta em diferentes territórios, enfrentando, contudo, obstáculos semelhantes.

O terceiro capítulo apresentará o embasamento teórico por meio dos principais termos utilizados no projeto, os quais contribuirão para a construção do trabalho como um todo. O quarto capítulo abordará os aspectos legais relacionados às áreas periféricas, fornecendo suporte normativo à proposta. O quinto capítulo reunirá as referências projetuais que servirão de apoio teórico e prático, oferecendo análises, inspirações, justificativas e credibilidade ao projeto. Por fim, o sexto capítulo trará a justificativa da escolha da área de intervenção, evidenciando o recorte adotado, a leitura socioespacial com base em mapas e legislações vigentes, além de propor diretrizes e soluções projetuais para o território estudado.

1.1. Objetivos

Este tópico apresenta os objetivos geral e específicos.

1.1.1. Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver uma proposta de intervenção urbana no Bairro Piratininga, abrangendo o parcelamento Jardim Nhandá, em Campo Grande (MS), com o projeto de requalificação da área externa do Estádio Guanandizão e a implantação de uma Praça Cultural.

1.1.2. Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- Elaborar diretrizes projetuais para a melhoria da infraestrutura urbana básica, considerando aspectos

como rede de água e esgoto, pavimentação e energia elétrica.

- Propor soluções projetuais para qualificar a mobilidade urbana, a partir da análise das condições das vias, circulação de pedestres e transporte público.
- Indicar estratégias urbanas voltadas à melhoria da segurança pública, como iluminação, uso do espaço e organização das vias.
- Definir diretrizes para implantação de equipamentos comunitários, com base no diagnóstico das demandas locais.
- Sugerir áreas e critérios para habitação social, considerando aspectos urbanísticos e as necessidades da população.

1.2. Justificativa

A resignificação de áreas periféricas está profundamente ligada à luta pelo Direito à Cidade, conforme abordado pelo filósofo Henri Lefebvre (1968). Esse direito refere-se à capacidade de produzir, governar e desfrutar da cidade de maneira digna, garantindo que todos possam viver plenamente em um ambiente urbano bem estruturado. No entanto, esse direito não tem sido exercido nas áreas periféricas, o que confere urgência ao tema proposto.

No contexto de Campo Grande, MS, o Censo de 2022 revelou um crescimento significativo de 111 mil habitantes, que

ocorreu predominantemente em áreas periféricas, onde há falta de planejamento e infraestrutura básica. Esse dado evidencia a necessidade urgente de intervenções, mesmo que mínimas, para mitigar os impactos negativos e promover a inclusão dessas áreas ao tecido urbano formal.

Adicionalmente, a experiência da autora, que passou a infância em um bairro periférico, oferece um contato direto com essa realidade, muito mais vivida do que as informações encontradas em revistas, jornais ou livros. Essa vivência proporcionou uma compreensão profunda da dinâmica local, suas peculiaridades e desafios. Ao longo de sua trajetória pessoal e com o ingresso no curso de Arquitetura e Urbanismo, tornou-se evidente a necessidade de um olhar profissional voltado para as áreas excluídas da cidade, com foco específico na área periférica do Nhandá.

Portanto, a proposta de resignificação, por meio da urbanização em áreas periféricas, especialmente na ex-favela Nhandá, busca oferecer soluções para as lacunas existentes. O objetivo é não apenas resolver as problemáticas atuais, mas também criar um local atrativo e seguro para moradores e visitantes, estabelecendo uma referência de urbanização em áreas periféricas e demonstrando que é possível transformar esses espaços em locais plenamente integrados ao contexto urbano.

1.3. Metodologia

A metodologia envolve pesquisas qualitativas e investigativas, em que serão tratadas informações primárias e secundárias sobre o local de estudo.

Para coleta de dados primários são feitas visitas frequentes ao local, registros fotográficos, com o intuito de entender a condição atual. Juntamente são feitas pesquisas na comunidade, com o propósito de entender a real necessidade e desafios. Essa etapa qualitativa será de suma importância para o desenvolvimento e compreensão da realidade local.

Com relação aos dados secundários, são feitas consultas a uma variedade de documentos e regulamentações. Sendo assim, são examinadas as legislações vigentes, com foco nos zoneamentos específicos e seus parâmetros urbanísticos. A análise de documentos oficiais, planos, artigos acadêmicos, sites oficiais da prefeitura, meios de comunicação, matérias de jornais contribuem para a fundamentação do projeto.

A combinação desses elementos resultará na percepção detalhada da ex-favela do Nhanhá, favorecendo, assim a definição das intervenções necessárias e adequadas, como resposta às demandas da comunidade.

Sem embargo, enquanto a formação das favelas, em grande parte do Brasil, esteve associada à ocupação irregular de terras, com moradias precárias e infraestrutura insuficiente, as periferias também se consolidaram por meio da venda de lotes distantes do centro e dos locais de trabalho. Nesses casos, conforme aponta Maricato (1982), cabia ao morador a autoconstrução da casa própria e a improvisação da infraestrutura urbana básica, tornando a população dependente de longos deslocamentos e dos custos do transporte público. Em Campo Grande, essa dinâmica apresenta particularidades, pois as áreas precárias não se desenvolvem, de modo predominante, em morros ou encostas, como ocorre em outras capitais brasileiras, mas em

parcelamentos periféricos, reassentamentos e loteamentos populares implantados com infraestrutura incompleta. Assim, as favelas e periferias locais revelam uma forma específica de produção do espaço urbano, marcada pela distância, pela autoconstrução, pela insuficiência de equipamentos públicos e pela dificuldade de integração ao tecido urbano consolidado.

2.AS FACES DA EXCLUSÃO URBANA: FAVELAS E PERIFERIAS

2. As Faces da Exclusão Urbana: Favelas e Periferias

Uma das faces mais marcantes da exclusão é a segregação socioespacial, expressa nas favelas e periferias. O presente capítulo tem como objetivo apresentar os conceitos e as diferenças entre as favelas e periferias, bem como exemplos de como essas áreas sofrem com a negligência do poder público. São áreas habitadas, em sua maioria, por pessoas de baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade. Neste capítulo, serão abordados estudos de casos internacionais, nacionais e, em particular, a cidade de Campo Grande, MS.

2.1. Conceituando favela e periferia

Os conceitos apresentados a seguir são de suma importância para a dinâmica do trabalho, pois a área de estudo e de intervenção abordada era uma antiga favela, que após transformações se tornou um parcelamento periférico. Diante disso, fez-se necessária a discussão dos conceitos envolvidos para o devido entendimento de seus significados, uma vez que os termos favelas e periferias são usados de forma semelhante, porém, apesar de apresentarem algumas similaridades, possuem suas especificidades. Dessa forma, será feita uma análise conceitual desses espaços a partir de diferentes fontes, incluindo definições da ONU, do IBGE, de institutos de pesquisa, e de autores especializados.

A origem da palavra “favela” tem correlação com a guerra dos Canudos e com o escritor Euclides Da Cunha (Os Sertões, 1902). Favela era o nome popular da planta *Jatropha phyllacantha*, e crescia no sertão da Bahia, onde ocorreu a

guerra. A relação com o autor se dá pelo fato do seu livro “Os Sertões”, um livro reportagem que relatava sobre a Guerra dos Canudos, que ocorreu entre 1896 e 1897. O morro onde a planta crescia foi batizado de morro da favela.

Após a guerra, os soldados retornaram ao Rio de Janeiro, mas não receberam os pagamentos prometidos, que consistiam em moradias. Diante disso, ocuparam um morro na cidade, conhecido como Morro da Providência, e passaram a chamá-lo de “Morro da Favela”, em referência ao local onde haviam lutado na Bahia, próximo ao Morro da Favela. Com o tempo, esse morro também passou a ser ocupado por ex-escravizados e por pessoas de baixa renda. Esse processo deu origem às definições de favela que conhecemos atualmente, as quais vão além das características físicas e abrangem também a condição socioeconômica dos seus moradores. Assim, as favelas passaram a refletir profundas questões políticas e sociais. Compreender seu significado tornou-se essencial para uma análise mais coerente. Por isso, desenvolvem-se outras definições, visando ao aprofundamento do conceito de favela.

A ONU (2003) classifica as favelas como um aglomerado de habitações precárias, que apresenta um sistema de saneamento básico deficiente, tipos de construções com precário padrão construtivo, ruas não pavimentadas e são áreas ocupadas ilegalmente.

A pesquisa censitária do IBGE (1950) classificou as áreas de favelas como aglomerados residenciais com mais de 50 unidades habitacionais, predominância de barracos construídos com materiais de baixa qualidade, construções sem licenciamento ou regulação, falta de serviços básicos,

falta de arruamento, numeração e emplacamento. No entanto, o instituto ficou 50 anos sem usar esse termo, passando a utilizar “aglomerados subnormais”, anunciou em 2024 a volta do termo “favela e comunidades urbanas”. Com a volta do uso do termo o IBGE (2024) classifica favela como:

Categoria eminentemente territorial, enfatizando o processo de produção desigual do espaço sob a ótica da territorialização através da dinâmica da economia política das cidades e do movimento contraditório entre reprodução social e reprodução econômica.” (IBGE, 2024, p. 51).

O Ministério das Cidades (2010) classifica como um local que é de uso e ocupação ilegal, com dimensões irregulares, podendo estar localizado, desde os centros até as áreas periféricas, inseridas com infraestrutura inexistente ou insuficiente, tendo seu traçado desordenado com a predominância de vielas, sendo em sua maioria autoconstruções com materiais de baixa qualidade e inadequados.

O Observatório das Favelas (2009) classifica a “favela” como moradias singulares no conjunto da cidade, que mesmo integrando o tecido urbano, não seguem os padrões de construções e nem possuem acesso aos serviços básicos de saneamento.

Carolina Maria de Jesus, em seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960), retrata a cidade como uma sala de visitas, e a favela, como um quarto de despejos.

Para o advogado de direito urbanístico Edésio Fernandes (2021) a urbanização acelerada impediu que muitos brasileiros

tivessem acesso ao solo urbano, e principalmente às moradias, fazendo com que muitos recorressem a formas ilegais de ocupação, construindo suas próprias moradias precárias, vulneráveis e inseguras em favelas.

O termo periferia no Brasil tem um significado pejorativo, essa associação ocorreu no processo de metropolização entre as décadas de 60 e 70, se tornando não só um local longe dos centros urbanos e de trabalhos, mas um lugar que abriga pessoas de baixa renda, em loteamentos irregulares e/ou clandestinos. Isso se formou devido a urbanização de grandes cidades, como São Paulo e do Rio de Janeiro, que expulsava os pobres para as partes mais longínquas dos centros urbanos, frequentemente caracterizados pela irregularidade fundiária e sem oferecer o mínimo de infraestrutura, sendo que a renda também influenciou para que as pessoas fizessem essa transição para o local.

Para Eduardo Guimarães na Enciclopédia Discursiva da Cidade (Laboratório de Estudos Urbanos), as periferias seriam os lugares deixados de fora das ações de obrigações do Estado para a sociedade, já que são locais que ficam às margens da cidade, e muita das vezes não participa efetivamente da cidade, sendo muitas das vezes indiscriminadamente associadas à marginalidade, quem mora ali não tem pleno direitos de um cidadão.

Já a CNN Brasil (2023) classifica as periferias como o lugar onde os moradores se sentem afastados do centro e são em sua maioria de baixa renda, sofrendo preconceitos também por se adequar ao estereótipo de brasileiros latinos que vivem em lugares subdesenvolvidos e periféricos.

Segundo Silva Neto (2003), o conceito de periferia está ligado após duas grandes guerras e principalmente reforçado após a Guerra Fria, já que o mundo estava dividido entre dois grupos: países capitalistas e socialistas. Dessa forma se vê a separação de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, surgindo assim as periferias. Para Silva também o centro e a periferia são conceitos opostos, mas interligados, isso pois não se entende periferia sem falar do centro.

Para Martins (2008), “a periferia é a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização”. Ele define a periferia como atraso do capitalismo, sendo o resultado de especulação imobiliária, sendo definida por suas casas pequenas, suas ruas sem planejamento e estreitas, sem equipamentos comunitários e vestígios de paisagismos.

Segundo Raquel Rolnik (2010):

Essa talvez seja sua principal característica, migrada de uma ideia geográfica, dos loteamentos distantes do centro. Mas é preciso lembrar que a periferia é marcada muito mais pela precariedade e pela falta de assistência e de recursos do que pela localização. Hoje há condomínios de alta renda em áreas periféricas que, claro, não podem ser considerados da mesma forma que seu entorno, assim como há periferias em áreas nobres da cidade. (Rolnik, 2010.)

É possível concluir que tanto a favela quanto a periferia são conceitos importantes para a compreensão dos espaços desiguais, representando, ao mesmo tempo realidades

distintas, mas de certa forma interligadas. Dessa forma, ao longo deste trabalho, os conceitos aqui apresentados serão utilizados como base teórica, a partir de uma mescla de diferentes autores e instituições, orientando as análises desenvolvidas.

2.2. Favelas e periferias não são sinônimas

Como já apresentado anteriormente, favela e periferia são termos frequentemente utilizados de forma semelhante, porém, sabe-se que envolvem aspectos específicos que serão abordados nesse tópico. Em muitos casos, esses espaços são produtos da segregação socioespacial e da desigualdade econômica.

Ao analisarmos esses conceitos, observa-se que a principal diferença é que a favela é formada por ocupações irregulares, construções precárias, já a periferia, mesmo sendo um espaço urbano de baixo poder aquisitivo, apresentando maior grau de consolidação urbana, contendo diversas formas de habitações, sendo considerada uma consequência da expansão das ocupações a partir do centro histórico. Sarti (1996) afirma que historicamente a favela é associada ao pior lugar de uma cidade, e que nela vivem pessoas mais pobres do que os moradores de uma periferia.

Em 2011, foi apresentado um estudo feito pelo Observatório das Metrópoles no 39º Encontro Nacional de Economia, que serviu como base importante para o entendimento dessas diferenças. Para compreender com clareza os espaços de pobreza nas metrópoles, foram utilizados dados do Censo

demográfico do IBGE para levantar dados de densidade e renda, cálculo de gradientes de densidade e renda com base nas distâncias ao centro da cidade e a aplicação de um modelo monocêntrico.

Foram apresentados gráficos de cada uma das regiões metropolitanas, e após toda essa análise, chegou-se à conclusão de que a densidade das favelas é superior à das periferias, mesmo quando ela não está tão próxima ao centro. E que sua renda também é inferior às da periferia, notou-se que muitas vezes as pessoas preferem morar em uma favela, mesmo sendo uma área mais precária, por estar próxima ao centro, o que favorece o acesso às atividades econômicas.

Além de análises feitas através de textos e citações, para complementar essa discussão, apresentam-se imagens que mostrem na prática essa diferença. Como São Paulo é a cidade mais populosa do Brasil e, em 2022, um estudo (Mapa da Desigualdade, Rede Nossa São Paulo) apontou que 9% dos seus moradores viviam em favelas, ela foi escolhida como exemplo de favelas e periferias. Sendo a periferia no Grajaú e a Favela Panorama.



Figura 1 - Vista aérea da periferia do Grajaú
Fonte: Terra, 2022

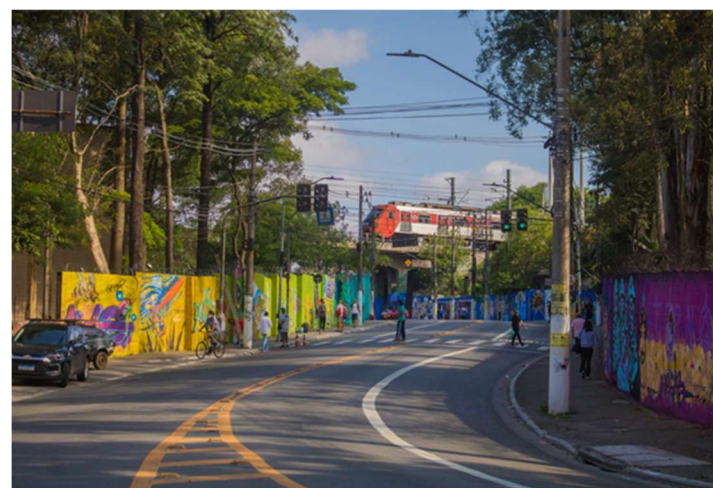


Figura 2 - Periferia do Grajaú e mural de grafites na entrada
Fonte: Periferia em Movimento, 2021

As figuras 1 e 2, que retratam a periferia do Grajaú, em São Paulo, destaca-se a alta densidade populacional e as construções informais, realizadas de maneira desordenada. Também se evidencia uma intervenção de habitações sociais.

Além disso, nota-se a presença de grafites na entrada, ilustrando como, muitas vezes, a arte serve como meio de expressão e comunicação para os moradores das periferias.



Figura 3 - Favela Panorama.
Fonte: ArchDaily, 2016

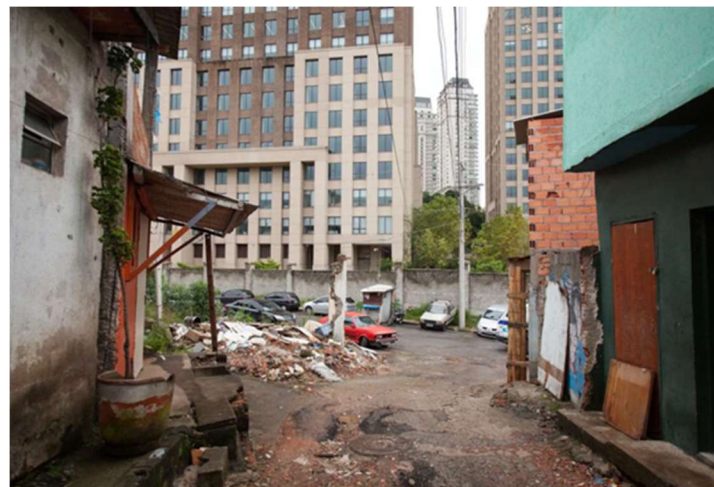


Figura 4 - Favela Panorama com Parque Cidade Jardim aos fundos.
Fonte: El País, 2016

Ao analisar essas quatro figuras, fica evidente a diferença entre os contextos. Embora a periferia abrigue pessoas de baixa renda, ela ainda possui um grau de planejamento e organização, enquanto a favela não apresenta a mesma condição, pois surge de ocupações irregulares e desordenadas. A favela se caracteriza pela informalidade e precariedade, enquanto a periferia, apesar das carências, pode apresentar uma urbanização básica.

2.3. Periferias no Contexto Internacional

A ONU-Habitat (2022) levantou uma estimativa de que cerca de um bilhão de pessoas, quase um sexto da população, vivem em favelas e assentamentos informais, sendo um número em constante crescimento. Em 2021, 56% da população do planeta vivia em área urbana, estimando-se que esse número

aumente em 12% até 2050. Sendo esse aumento consequência da urbanização desenfreada e desorganizada.

Ainda segundo a ONU, a maioria desses moradores se concentram na Ásia, principalmente na Índia, no Paquistão e em Bangladesh. Também na África e América Latina, sendo o Brasil o líder.

Um relatório de desenvolvimento urbano feito pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (2019) apontou a região da América Latina como uma das mais desigual no quesito renda a nível mundial, em comparação com outras regiões. Esse já é um fato histórico na região, que teve início na colonização e permanece nos dias atuais, negros e indígenas em áreas mais pobres.

A América Latina é uma das regiões mais urbanizadas do mundo, porém esse crescimento ocorreu de forma desordenada e sem preparo do poder público para recebê-los, favelas e periferias cresceram sem serviços básicos de infraestrutura, diferente do encontrado em bairros ricos, deixando assim a desigualdade mais explícita. Uma pessoa que mora em um bairro rico tem uma expectativa de vida muito maior do que a daqueles que moram em bairros periféricos.

Entre 1900 e 2000 obteve-se um número bom de pessoas que saíram desses locais, especificamente cerca de 100 milhões de latino-americanos, porém, infelizmente esses números voltaram a crescer, sendo o Brasil o principal responsável por esse retrocesso para a extrema pobreza.

Como exemplo, será utilizado um país da América Latina vizinho ao nosso, a Argentina. Foi escolhida uma região de La

Matanza, município que faz parte da região metropolitana de Buenos Aires, com foco em Villa Celina, que é uma área de características periféricas. Martin A. Biaggini (2012) descreve o local como um bairro de crescimento desordenado, sem planejamento, sendo que, em 1940, houve a implantação da autopista Tte. General Richieri, o que isolou ainda mais o bairro de outras áreas. Sua configuração reflete muitos traços típicos das periferias, com casas de construções improvisadas, sem recuos, e uma infraestrutura limitada.

Embora apresente semelhanças com as periferias brasileiras, sobretudo pela precariedade da infraestrutura, pela autoconstrução e pela distância em relação às áreas centrais, Villa Celina também revela particularidades próprias do contexto argentino. Diferentemente de muitas favelas brasileiras, frequentemente associadas à ocupação de encostas, fundos de vale ou áreas ambientalmente frágeis, a periferia observada em La Matanza apresenta uma ocupação mais horizontalizada, marcada pela fragmentação urbana e pelo isolamento provocado por grandes vias. Assim, a comparação permite compreender que a exclusão urbana se manifesta em diferentes países latino-americanos, mas assume formas específicas conforme o processo histórico, territorial e urbano de cada lugar.

Para um melhor entendimento sobre o local, abaixo temos imagens retiradas do Google Maps, de 2024, para observar como a área se comporta.



Figura 5 - Vila Celina
Fonte: Google Maps, 2024.



Figura 6 - Vila Celina
Fonte: Google Maps, 2024.



Figura 7 - Vila Celina
Fonte: Google Maps, 2024.

As imagens mostram o que já havia sido observado anteriormente os índices e observações feitas sobre as periferias na América Latina: áreas que sofreram com crescimento desordenado, com construções precárias, infraestrutura sem planejamento devido, evidenciando assim a exclusão social e econômica desses locais, que não tem o privilégio de acesso ao serviço básico.

Para entender mais a fundo como essas questões se desenvolvem no Brasil, o próximo tópico será voltado para as estatísticas e exemplos nacionais, características e desafios enfrentados pelas áreas periféricas brasileiras e suas singularidades.

2.4. Periferias no Contexto Nacional

De acordo com um estudo realizado pela MapBiomias (2023) através de comparações de imagens de satélite, no Brasil “Houve um crescimento de 125.000 hectares de área urbanizada em favelas entre 1985 e 2022”, durante esses 37 anos, o crescimento dessas áreas correspondeu a uma expansão de 20 vezes a área da ilha de Manhattan, em Nova York, e sendo equivalente a 11 vezes a área da cidade de Lisboa, em Portugal.

Porém ainda há um desafio em mapear quantas pessoas moram nesses locais, ou quantos locais desses existem, de acordo com Ermínia Maricato:

Não há números gerais, confiáveis, sobre a ocorrência de favelas ou loteamentos irregulares em todo Brasil. Por falhas metodológicas ou ainda por uma dificuldade óbvia de conhecer a titularidade da terra sobre as quais as favelas se instalam, o IBGE apresenta dados bastante subdimensionados. A busca de números mais rigorosos nos conduz a alguns diagnósticos elaborados por governos municipais, teses acadêmicas ou organismos estaduais que, entretanto, fornecem dados localizados e restritos. (Maricato, 2000. p. 154).

As metrópoles brasileiras têm suas histórias marcadas pela exclusão e segregação, criando, assim, um ambiente “favorável” para o surgimento de periferias. A exclusão social começa quando os moradores de áreas mais centrais possuem acesso fácil a infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, enquanto os moradores de áreas afastadas enfrentam dificuldades.

A periferia surge no Brasil em quatro processos:



Figura 8 - Processos das cidades atuais.
Fonte: autoral, 2024.

A urbanização no Brasil, assim como em muitos países da América Latina, apresentou uma aceleração significativa, principalmente no século XX. Essa urbanização teve início após a abolição da escravidão, quando os escravizados se viram sem opções de trabalho e migraram do campo para a cidade, um fenômeno também conhecido como êxodo rural. No entanto, as cidades não estavam preparadas para recebê-los.

Entre as décadas de 1940 e 1980, o Brasil era considerado um país pobre, com um baixo PIB per capita. Durante esse período, a população brasileira passou por um boom, aumentando de 40 para 120 milhões de habitantes. Em 1940, a população urbana do país representava 26,3%; em 2000, esse número ultrapassava os 80%, atingindo exatamente 81,2% da população. Em termos absolutos, em 1940, a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de

habitantes, enquanto em 2000 esse número chegava a aproximadamente 138 milhões.

Dessa forma, em 60 anos, as cidades enfrentaram o desafio de abrigar muitas pessoas, e os 138 milhões de habitantes exigiam infraestrutura básica. No início do século XX, as cidades começaram a implementar reformas com o intuito de buscar a modernização e o saneamento, inspirando-se no modelo europeu. Essas reformas também implantaram as bases para o mercado imobiliário, privilegiando a elite e expulsando os mais pobres para áreas mais afastadas e as franjas da cidade. Assim, conforme o mercado imobiliário se estabelecia, criava-se também uma exclusão socioespacial.

Embora atualmente essas áreas estejam mais desenvolvidas do que no passado, ainda há carências em muitos serviços básicos. Outro problema alarmante é que esses locais não apenas enfrentam a falta de infraestrutura adequada, mas também o chamado racismo ambiental. A escassez de áreas verdes agrava as instabilidades climáticas, resultando em extremos de temperatura, como calor intenso ou enchentes. A ausência de vegetação impede que o ar se torne mais fresco e compromete a permeabilidade do solo.

Como exemplo de áreas periféricas que evidenciam a desigualdade, analisaremos o caso de Barueri. Essa cidade conquistou o 4º lugar no estado de São Paulo e o 8º no Brasil em desenvolvimento econômico, com um IDH de 0,786, abrigando uma parte do luxuoso bairro Alphaville. No entanto, ao percorrer um caminho mais afastado do centro, a realidade é bem diferente. As muitas ladeiras da cidade abrigam uma população de menor renda, e nosso foco será o bairro

Engenho Novo, uma das áreas periféricas que refletem essa desigualdade.

As imagens (figura 9 e figura 10) a seguir demonstram essa desigualdade na prática:



Figura 9 - Centro de Barueri

Fonte: Benjamim Sepulveda / Secom / PMB



Figura 10 - panorâmico da região do bairro Engenho Novo, em Barueri

Fonte: Uelson Henkell, Jornal Giro S/A

É nítido ao observarmos que o centro é mais desenvolvido, sendo ordenado e bem estruturado, contrastando com a

organização irregular da Vila Engenho Novo. Essa diferença não se resume apenas à estética urbana, mas reflete contrastes profundos no acesso a serviços essenciais, como transporte, saneamento, áreas de lazer e saúde, a falta de planejamento nesses locais é que torna tudo tão precário. De forma aprofundada também analisaremos as imagens da parte interna do bairro.



Figura 11 - Ruas da Vila Engenho Novo.
Fonte: Google Maps, 2024.



Figura 12 - Ruas da Vila Engenho Novo.
Fonte: Google Maps, 2024.



Figura 13 - Ruas da Vila Engenho Novo.
Fonte: Google Maps, 2024.

É possível observar muitos aspectos de periferias e áreas periféricas nas imagens do bairro, como a topografia sinuosa com subidas e descidas íngremes, influenciando diretamente nas disposições das vias e construções, também a infraestrutura presente, que embora existente é informal como

calçadas irregulares, fiações desordenadas, fachadas de comércios e residências autoconstruídas. Um solo ocupado densamente, e as vias pavimentadas são estreitas e repleta de veículos. O lugar reflete não só a falta de planejamento como também a desigualdade desse município, já que o bairro Alphaville não se configura assim.

2.5. Periferias em Campo Grande, MS

Campo Grande se diferenciou das demais cidades brasileiras em seu processo de urbanização. Enquanto a maioria das cidades experimentou um crescimento acelerado devido à industrialização, o principal fator que impulsionou o desenvolvimento de Campo Grande foi a chegada da ferrovia em 1914. Nesse período, o Brasil vivia um momento de modernização, e a Noroeste do Brasil estabeleceu uma conexão importante entre Bauru, no interior de São Paulo, e Corumbá, na fronteira com a Bolívia.

A ferrovia atraiu muitos imigrantes. Nesse contexto, a cidade pertencia ao estado de Mato Grosso. Em 1977, ocorreu a separação do território e Campo Grande se tornou a capital de Mato Grosso do Sul. Segundo Ângelo Marcos Vieira de Arruda (2017), esse fator contribuiu para uma expansão urbana bastante irregular. Ao final dos anos 1990, a cidade registrava a existência de quase 200 favelas, mais de 10 mil novas casas e cerca de 120 mil lotes vazios, refletindo a pressão sobre o espaço urbano e a falta de planejamento efetivo.

De acordo com o Perfil Socioeconômico de Campo Grande (2023), a expansão urbana da cidade ocorre de fato na década 60, onde se percebe que além dos bairros centrais, os bairros

começam a se expandir para as áreas mais afastadas, ocupadas em sua maioria pela população de baixa renda.

Dessa forma, a formação das áreas periféricas em Campo Grande deve ser compreendida a partir das particularidades de seu processo de urbanização, no qual o planejamento urbano, os parcelamentos do solo, os vazios urbanos e os reassentamentos produziram formas específicas de segregação socioespacial. Assim, diferentemente de outras capitais brasileiras, as favelas e periferias campo-grandenses apresentam características próprias, relacionadas menos à ocupação de morros e encostas e mais à expansão horizontal, à autoconstrução e à infraestrutura urbana incompleta.

O Censo de 2022 do IBGE aponta que a população cresceu em mais de 110 mil habitantes nos últimos 10 anos, entretanto a grande maioria dessa população está inserida nas periferias e bairros pouco desenvolvidos.

O IBGE (2017) disponibilizou dados sobre Tipologia intraurbana, que permite analisar as condições de vidas presentes em Campo Grande, sendo esses dados apresentados em forma de mapa abaixo:

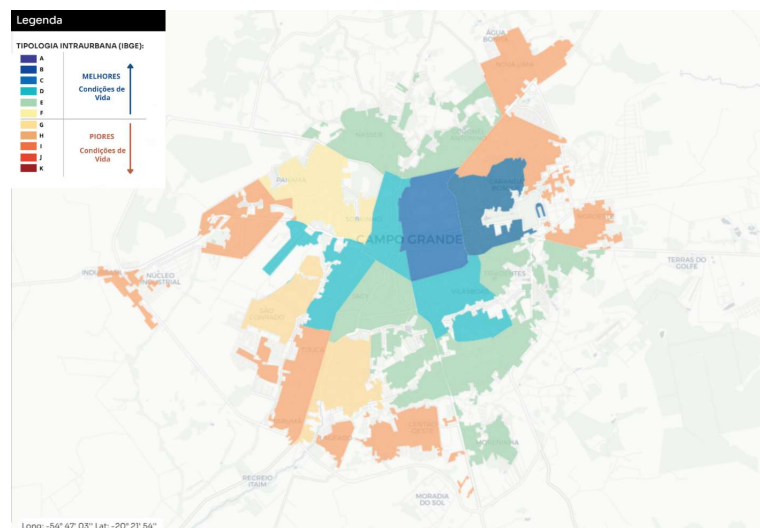


Figura 14 - Mapa de Tipologia Intraurbana (IBGE).
Fonte: Mapa das periferias.

O gráfico considera que a letra A representa a melhor condição de vida e a letra K, a pior. Para analisar cada letra, foram avaliados: a renda média dos moradores, indicando o poder aquisitivo de cada área; o nível de infraestrutura disponível, seja baixo ou suficiente; a escolaridade, com o percentual de habitantes com ensino fundamental, médio ou superior completo; a densidade populacional e o acesso a serviços básicos. Os melhores índices ficaram com a letra A e os piores com a letra K, enquanto as demais letras foram distribuídas gradualmente. Os tipos E e H predominam em Campo Grande, e apenas 3,6% da população reside na classe mais elevada, a B, nos bairros Cidade Jardim e Santa Fé. Em seguida, temos o tipo C, que corresponde aos bairros centrais, como Vila Glória e São Francisco. A oeste e ao sul, encontram-se áreas classificadas como D, incluindo os bairros Amambai e Vilas Boas. Áreas com qualidade de vida média estão na

classe E, englobando bairros como Piratininga, Tiradentes, Universitário, Santo Amaro e Coronel Antonino. As regiões com piores condições de vida situam-se afastadas da região central, principalmente próximas aos eixos viários, como Nova Lima, Vila Popular, Jardim Tarumã e Los Angeles. (IBGE, 2017).

Como exemplo complementar, analisa-se o bairro Moreninha III, que se situa na classe E. A região das Moreninhas, no Censo IBGE de 2010, ocupava o 6º lugar de bairro mais populoso da capital. De acordo com o perfil socioeconômico de Campo Grande (2023), 20 anos após a explosão do tecido urbano, começam a surgir conjuntos habitacionais mais afastados da região central, entre eles o da Moreninha, sendo assim, ela se torna uma das pioneiras na periferização de Campo grande. O bairro, além de estar afastado do centro e localizada próxima às bordas da cidade, também apresenta infraestrutura limitada. De acordo com o Sisgran, não há cobertura completa de esgoto nem de vias pavimentadas.

Esses fatores influenciaram na escolha do bairro para a análise, mais especificamente do parcelamento Moreninha III. Este parcelamento, que se encontra ao lado do Parque Jacques da Luz, teve um conjunto habitacional denominado Moreninha III entregue em maio de 1983, vinculado ao BNH. Outra problemática encontrada no parcelamento é a falta de regularização fundiária, que, segundo a Agehab, em 2021 estava passando por um processo de regularização de posse. Ainda de acordo com o Sisgran, o parcelamento conta com duas escolas estaduais, uma creche, duas unidades de saúde básica, um quartel de bombeiros, a Guarda Civil Metropolitana,

uma unidade da Polícia Militar e o 4º Pelotão da Polícia Militar. Ainda que nos últimos anos houve uma evolução significativa, ainda existem características de um local periférico.

Para analisarmos essas características, levaremos em conta alguns registros fotográficos retirados do Google Maps (2024), que evidenciam a atual situação do local.



Figura 15 - Ruas do parcelamento Moreninha III.
Fonte: Google Maps, 2024.



Figura 16 - Ruas do parcelamento Moreninha III.
Fonte: Google Maps, 2024.



Figura 17 - Ruas do parcelamento Moreninha III.
Fonte: Google Maps, 2024.



Figura 18 - Ruas do parcelamento Moreninha III.
Fonte: Google Maps, 2024.

Ao observar as fotos, percebemos características típicas de periferias nos locais retratados: autoconstrução, vias com infraestrutura precária, problemas de drenagem para o escoamento das águas pluviais, além de áreas claramente não planejadas e desordenadas. Na figura 15, é possível ver o Parque Jacques da Luz, e, mesmo próximo ao parque, que é de grande importância para a comunidade, a infraestrutura da via é de baixa qualidade. O mesmo ocorre na figura 17, ao lado do CEEP Prof.^a Maria de Lourdes Widal Roma, onde também não há uma infraestrutura adequada.

Dessa forma, os tópicos anteriores serviram como base conceitual, mas este, mais focado em Campo Grande, torna-se fundamental por se aproximar da área de intervenção que será apresentada no capítulo 6. Neste capítulo, explorou-se o processo de surgimento das periferias na capital, trazendo uma visão sobre as características específicas de uma periferia local.

3.FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O URBANISMO INCLUSIVO

3. Fundamentos teóricos para o Urbanismo inclusivo

Este capítulo apresenta as bases teóricas e conceitos que serão aplicados no projeto, contribuindo para a fundamentação das propostas de intervenções.

3.1. O Direito à Cidade segundo Lefebvre: Apropriação e participação

O conceito de "Direito à Cidade" surgiu em 1968 formulado pelo filósofo francês Henri Lefebvre, em seu livro "**Le Droit à La Ville**", escrito em um contexto marcado por movimentos sociais e políticos, principalmente pela luta por direitos civis e pela oposição ao conservadorismo. Para o autor, o conceito não se limitava apenas do direito dos cidadãos, mas constituía uma forma de convocação para uma transformação do modo de vida urbano.

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (Lefebvre, 2008, p.134).

Para ele, a urbanização moderna era adaptada de acordo com o capitalismo, vista como uma mercadoria, sendo que muitas vezes o espaço urbano era feito apenas para atender às demandas do capital, dessa forma criando uma segregação espacial. Diante disso, no Brasil, em um contexto que se estende até o início da década de 70, os centros eram voltados

para a elite, e as periferias afastadas para a classe trabalhadora e com menor poder aquisitivo.

Para Lefebvre (2008), o direito à cidade não se limita ao acesso à infraestrutura, serviços básicos, mas esse direito é sobre construir e conduzir uma sociedade de forma coletiva. Seria o direito de habitar e se apropriar de maneira plena, o direito de poder influenciar e participar nas escolhas que moldam a cidade, transformando-a em um local que atenda às necessidades de cada um acima de tudo e, principalmente, torná-la um local sem desigualdades sociais.



Figura 19 - O Direito à Cidade.
Fonte: Educação e Território, 2018.

O direito à cidade também pode ser compreendido como a busca pela dignidade urbana, sendo ela o direito de todos os cidadãos usufruírem de infraestrutura adequada, mobilidade, moradia digna, acesso a serviços públicos, espaços de convivência e oportunidades de desenvolvimento humano e social dentro do espaço urbano. Essa busca depende de uma conscientização das pessoas sobre quais são os seus direitos,

como também seus deveres, mas isso tem sido um processo lento e pouco abrangente. O espaço urbano continua sendo estruturado de forma a privilegiar a elite, enquanto aqueles que mais necessitam permanecem à margem. Trata-se de um direito que visa transformar o espaço urbano em um local inclusivo e acessível a todos. Sendo um dos principais elementos dessa construção, os espaços públicos se destacam como locais destinados a todos os cidadãos, garantindo, sobretudo, a convivência, a apropriação da cidade e a interação social. Se o direito à cidade trata da participação ativa da sociedade, o urbanismo social surge como uma prática que busca concretizar essa participação, promovendo intervenções que valorizam as comunidades marginalizadas e promovem justiça social.

3.2. Urbanismo Social e Participativo

Nas últimas décadas, cidades da América Latina que historicamente sofrem com áreas de favelas e periferias, buscam alternativas para o combate à desigualdade social, com o intuito de promover cidadania. Dentro desse contexto então há a importância de que o foco não seja o objeto físico, mas sim o cidadão. Essa abordagem seria o: Urbanismo Social.

O urbanismo social representa uma consciência que adquirimos quando passamos a entender que ele não se trata apenas de construir obras físicas, mas sim de planejar desde o início com responsabilidade. É uma forma de garantir que os projetos realmente atendam às necessidades reais da população, promovendo inclusão, escuta e cidadania ativa.

Como afirma Jorge Melguizo, ex-secretário de cultura de Medellín:

“O urbanismo social coloca o cidadão no centro da transformação; não é a cidade que se transforma, mas, sim, o cidadão que se transforma e acaba por transformar a cidade.”

Um dos exemplos mais emblemáticos do Urbanismo Social é o caso de Medellín na Colômbia, porém, ele não foi inventado nesse local, ele se desenvolveu através de ideias, práticas e experiências desenvolvidas em vários locais, inclusive uma dessas referências do urbanismo social foi o Programa Favela-Bairro (Rio de Janeiro, Brasil, 1990), e ganhou força através do projeto em Medellín. Medellín se reinventou ao transformar um dos locais mais perigosos em uma referência de intervenção social, um dos projetos implantados foram os Projetos Urbanos Integrados (PUIs), que desenvolveram equipamentos públicos, de lazer, educacionais e transportes, também foram instalados bibliotecas-parques, escada rolantes nas favelas, o sistema de teleféricos Metrocable e as Unidades de Vida Articulada (UVAs). Esses projetos foram executados em áreas de maior vulnerabilidade e assim reintegrando o espaço a malha urbana, produzindo pertencimento e reduzindo a violência presente.



Figura 20 - Escada Rolante em bairro popular, Medellín.
Fonte: ArchDaily, 2019.



Figura 21 - Teleférico em bairro popular, Medellín.
Fonte: Apolitical, 2018.

Mais do que apenas projetos, o diferencial dele em relação a outros foi a contribuição feita pela sociedade, por meio de debates e de um processo participativo envolvendo moradores, técnicos e universidades. De acordo com Leite (2023), o êxito não veio apenas pelas obras realizadas, mas pela continuidade de um projeto de cidade sustentado ao longo do tempo por meio de políticas públicas em parceria com a comunidade, com protagonismo comunitário.

Diversos projetos surgiram na América Latina inspirados pelo exemplo de Medellín, sendo alguns deles no Brasil. Destacam-se os centros Compaz (Recife), as Usinas da Paz (Pará), o programa Mais Vida nos Morros (Recife), a Rede CUCA (Fortaleza) e o projeto de Urbanismo Social de São Paulo, atualmente em fase de implantação. O mais recente é o Programa Periferia Viva, lançado pelo governo federal em 2024, com o objetivo de urbanizar favelas, contando com um investimento previsto de mais de R\$ 7 bilhões. Dentre suas iniciativas, destaca-se o projeto “CEP para Todos”, que pretende garantir que todas as moradias tenham endereço oficial até 2026. A fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva marcou o lançamento do programa, ao afirmar: “Vocês não serão mais invisíveis. Nós enxergamos vocês”.

Em 2023, Carlos Leite lançou o livro “Guia de Urbanismo Social”, que, de fato, funciona como um guia, instruindo sobre um planejamento mais eficiente para áreas que sofrem com vulnerabilidades, por meio de conceitos, estratégias e exemplos. A publicação representa um avanço significativo ao nos levar a refletir que favelas e periferias não são um problema da cidade, mas uma parte legítima dela.

De forma sintetizada, o urbanismo social é muito mais do que um método de intervenção urbana. Ele parte do princípio de que o potencial criativo e coletivo das comunidades é suficiente para construir cidades mais justas. Como expressa a frase de Melguizo, que abriu este tópico, não se trata apenas da construção do espaço físico, mas da transformação do cidadão, e de como ele passa a se reconhecer como parte da cidade. A partir dessa perspectiva, é possível analisar como as intervenções urbanas em áreas periféricas evoluíram ao longo do tempo, incorporando novas abordagens que valorizam a participação social e a integralidade das ações.

3.3. A Evolução das Intervenções Urbanas em Áreas Periféricas

A história das favelas e periferias do Brasil foi e ainda é marcada pelo abandono do poder público. Com o decorrer dos anos, essa situação foi mudando, passando por um longo caminho até chegar aos dias de hoje. A atuação pública nessas áreas ainda é insatisfatória. Contudo, é possível observar alguns avanços. A verdade é que essas áreas sempre foram renegadas pela sociedade, sofrendo com a falta de infraestrutura básica, pela desconexão com outras partes da cidade, dentre outros problemas. No Brasil, final da década de 70, novas leis e projetos foram criados, com ênfase na política habitacional e urbana, assunto que será tratado neste tópico: a evolução desses projetos e dos programas públicos para as áreas excluídas social e fisicamente da cidade.

3.3.1. Desfavelização: Críticas e Falhas no Processo de Remoção e Reassentamento

A remoção de favelas surgiu no Brasil na década de 1960, principalmente em 1964, com a Ditadura Militar, que implantou a política de remoção. De acordo com Burgos (2006) eles encontraram um terreno fértil para implantar medo através da repressão ao empregar forças policiais armadas para a retirada desses moradores. O conceito de desfavelização se baseia na ideia de retirar moradores de áreas não urbanizadas e colocá-los em uma área mais digna, porém os que às vezes parece ser uma solução. Contudo, acaba trazendo mais segregação social.

Além de procurar demonstrar autoridade através da remoção, o regime militar também buscava seus próprios interesses políticos e econômicos por meio desse ato. A criação de projetos como BNH e a COHAB tratava-se da promessa de um futuro melhor, mas suas intervenções eram pontuais, voltadas para a solução de problemas específicos, sem enfrentar de forma abrangente a complexidade da realidade urbana.

Essas remoções, muitas vezes, retiravam o morador de um local onde ele já havia se estabelecido, realocando-o para áreas com mínimas condições de habitabilidade. Em diversos casos, isso significava afastá-lo de seu local de trabalho, aumentando o tempo de deslocamento e a dependência do transporte público. O planejamento dessas ações frequentemente priorizava a retirada da pobreza de áreas visíveis da cidade, empurrando-a para as bordas urbanas, onde fosse menos notada. Assim, o que era apresentado como uma promessa de melhoria tornava-se um fardo, pois não

contemplava verdadeiramente as necessidades dos removidos.

Um exemplo dessas remoções feitas de forma arbitrária foi o da favela do Pasmado, em abril de 1964. A remoção ocorreu por meio de um incêndio, para que as famílias que ali viviam não retornassem ao local, destruindo todos os barracos e moradias existentes. Sua localização era em Botafogo, uma área bastante valorizada, e o objetivo era desocupar a região para obter aquele espaço e investir em projetos que gerassem retorno. A intenção era utilizá-lo de maneira que beneficiasse apenas determinados interesses, embora, ao público, o discurso fosse o de que aquelas pessoas mereciam uma condição de vida mais digna, ocultando, assim, a verdadeira motivação.

Os moradores foram transferidos para o conjunto habitacional Vila Kennedy, em Bangu, apresentado como uma espécie de "revolução social". Alegava-se que ali havia serviços capazes de atender toda a população, como moradia, escolas e postos de saúde. No entanto, os habitantes se mostravam insatisfeitos com a distância, a falta de estrutura adequada e os custos das novas habitações.

Ao longo das décadas, a remoção e o reassentamento no Brasil têm sido marcados por falhas, refletindo muitas vezes uma política ineficaz quando se trata desse assunto, especialmente no que diz respeito aos moradores de áreas mais precárias. Apesar de haver avanços nesses anos, como o programa PROMORAR (1979), Habitar Brasil (BID), o Programa de Urbanização de Favelas (PUF), o Minha Casa, Minha Vida, entre outros, ainda há muitos desafios.

Diante desse cenário, torna-se então necessária a participação da comunidade para, de fato, corrigir problemas pela raiz. No entanto, essa transformação só se concretiza quando há um comprometimento real do poder público, que deve atuar de forma responsável e inclusiva.

3.3.2. O papel do poder público nas áreas periféricas

A expansão urbana no Brasil data do pós-Segunda Guerra Mundial, precisamente a partir das décadas de 1950 e 1960. As capitais começaram a sofrer com um inchaço populacional, fenômeno conhecido como êxodo rural, que consistia na migração das áreas rurais para as áreas urbanas. Apesar de acreditarem que esse ato traria qualidade de vida e melhores oportunidades, não foi o que aconteceu, pois, as cidades não conseguiram acompanhar essa expansão nem apresentar uma demanda suficiente para oferecer moradias dignas.

A verdade é que não existiam políticas públicas que regularizassem a situação, ocasionando então na criação de cortiços e loteamentos irregulares, abandonados pelo poder público a sociedade criou o que Viana (2006) chamava de "cidade clandestina".

Essa expansão acelerada não era um cenário exclusivo do Brasil, mas um fenômeno global, que apresentava uma projeção de crescimento ainda maior para as próximas décadas, segundo Gaspar:

[...] de acordo com o Fundo de População das Nações Unidas, a população mundial saltará de 6,61 milhões em 2007 para 9,07 bilhões em 2050. Dados das Nações unidas sobre os rumos da

urbanização global demonstram que em 2008, pela primeira vez na história, mais de 50% da população do planeta viverá em áreas urbanas, a maioria em países em desenvolvimento. De acordo com as projeções, as áreas urbanas das regiões menos desenvolvidas responderão por 93% do crescimento habitacional do globo nos próximos 30 anos, 80% dele na Ásia e África (Gaspar, 2011, p.239).

Essa urbanização rápida trouxe desigualdade entre as áreas centrais e as periféricas, a ausência de planejamento trouxe impactos significativos, como o aumento das favelas, habitações precárias, a falta de saneamento básico, serviços básicos e transportes.

Segundo Raquel Rolnik (2022), para a revista Gama, essa organização e distribuição do espaço urbano contribuiu para esse processo de desigualdade, pelo fato da concentração dos principais recursos em determinadas áreas, e excluindo o restante da cidade, conseqüentemente grande parte da população.

Essa situação de desigualdade requer a necessidade de intervenção das políticas públicas, sendo essa ação essencial para correção dos erros do passado e garantia de um urbanismo futuro mais equitativo, inclusivo e sustentável. Porém não é assim que o poder público vem agindo, suas ações apenas refletem a desigualdade e a exclusão, quando seu dever deveria ser garantir o direito de cada cidadão, o Estado acaba negligenciando isso, como aponta Silva:

Há duas ações predominantes no Estado, frente aos territórios populares: tornar-se ausente, ou não se faz absolutamente presente. Significa que o Estado sintetiza outra face. As duas opções

demonstram a escolha feita pelo Estado, quando sob a prerrogativa da garantia de direitos, opta por baixos investimentos e poucos equipamentos. E/ou marca a presença com o uso da força e da repressão, principalmente por meio da ação policial. Reforça-se, assim, a visão predominante de que favelas e periferias são locais de ausência, carência, onde predomina a “vagabundagem”, ou a narrativa do assistencialismo, em um espaço considerado território de “pobres coitados”. (Silva, 2014, p. 14).

Conclui-se que, muitas vezes, aqueles que deveriam trabalhar pelos mais necessitados acabam fomentando ainda mais a desigualdade, pois, em vez de considerar as reais necessidades da população periférica, pensam apenas que atuar naquela área trará lucro ou visibilidade, dando preferência às regiões centrais, com maior poder aquisitivo e, principalmente, com influência suficiente para torná-los conhecidos, o que revela um projeto de cidade excludente, onde deveria haver ação, mas o que predomina é a omissão. Contudo, é fundamental reconhecer a importância de discutir as centralidades nas periferias, pois são nesses espaços que se concentram atividades econômicas e sociais capazes de promover maior integração e justiça urbana.

3.4. Centralidades nas periferias

Para falar sobre centralidade nas periferias, é essencial primeiro compreender o significado do termo. Para começar com a definição trazida por Dieter Hassenpflug, apresentada na revista Vitruvius, sobre a relação intrínseca entre a cidade e o centro, e a forma como se complementam.

[...] as cidades são cidades porque – e quando – elas têm um centro (ou mais centros, por exemplo, uma hierarquia de centro principal, subcentros e centros de vizinhança). Os centros têm grande importância no provimento da forma urbana e de sua coerência. Eles tornam as cidades distintas e legíveis [...] As ideias de “cidade” e do “centro” estão sempre ligadas. (Hassenpflug, 2007, revista Vitruvius, sem paginação).

Também é necessário compreender que há diferença entre centro e centralidade, tendo em vista que não compartilham o mesmo significado, embora não possam ser entendidos de forma isolada. Para facilitar o entendimento do termo, pode-se utilizar a seguinte analogia: assim como o sol não é a luz do dia, mas sua presença é essencial para que o dia exista, o centro não é, em si, uma centralidade, mas é ele quem organiza o espaço ao seu redor.



Figura 22 - Diferença entre centro e centralidade.
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Assim, é possível explorar os significados de centralidade, que não se referem necessariamente ao centro geográfico da cidade, mas à sua capacidade de atrair comércio, serviços e, por isso, a população. Trata-se de um lugar que busca a independência, oferecendo lazer, serviços e empregos, reduzindo a necessidade de deslocamento até o centro histórico, que muitas vezes está distante dos bairros situados nas bordas da malha urbana. Essa compreensão está alinhada à reflexão de Sposito:

“a centralidade pode ou não ser fugaz, efêmera ou transitória, porque ela não se institui apenas pelo que está fixo no espaço, mas pelas mudanças ocorridas no decorrer do tempo, no uso, apropriação e sentido dados aos espaços e deles apreendidos”. (SPOSITO, 2001, p. 239).

É válido ressaltar que, além do fato de ela não se limitar a um ponto fixo do espaço urbano, a centralidade depende dos fluxos e interações que ocorrem no local. De acordo com Silva (2001), ela deve ser entendida a partir desses fluxos, que resultam na presença de pessoas, automóveis, informações que serão geradas e, principalmente, de mercadorias. No entanto, é importante destacar que a centralidade não se constitui apenas pelas atividades econômicas ou comerciais, mas também pela presença de equipamentos urbanos, como escolas, unidades de saúde, espaços de lazer e cultura, que contribuem para a permanência e bem-estar da população. Entende-se, então, que ela está intrinsecamente ligada à circulação no espaço; ela existe onde há conexões, atrações e atividades cotidianas.

A figura a seguir reforça visualmente a lógica de que a centralidade está ligada aos fluxos, e não ao ponto geográfico

fixo. É possível observar que essas centralidades são criadas a partir das rotas econômicas e dos fluxos de pessoas. Essas conexões demonstram que a centralidade pode se manifestar em diversos locais do tecido urbano, atrelada à densidade de atividades, trocas e interações sociais.

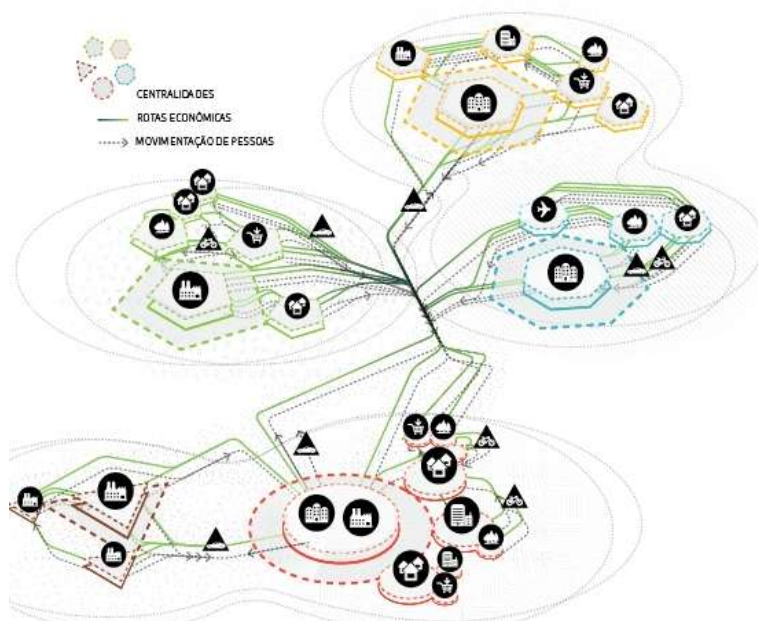


Figura 23 - Representação de centralidades urbanas, fluxos econômicos e movimentação de pessoas em uma cidade policêntrica.

Fonte: Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), 2017.

As centralidades, então, surgem como uma forma de evitar que apenas um único local da cidade concentre as principais atividades econômicas, possibilitando que todos tenham acesso a esses serviços mais próximos de suas localidades. Isso é importante, pois quando o indivíduo tem esse acesso facilitado, ele economiza tempo e melhora sua qualidade de

vida. Considerando que a cidade cresce a cada dia, é justo que essa expansão ocorra também nas áreas mais afastadas e menos favorecidas economicamente.

Quando pensamos nas periferias, verifica-se um constante aumento do número de moradores, mas quase nunca acompanhado da implantação de equipamentos públicos ou da oferta de serviços públicos, como a ampliação da rede de coleta de esgoto. Isso os afasta das condições urbanas vivenciadas por outras regiões da cidade e escancara uma desigualdade social já histórica. As centralidades precisam, portanto, surgir em áreas periféricas, mostrando que esses territórios também podem constituir suas próprias centralidades. Assim, tornam-se mais independentes, concentrando funções urbanas e construindo seus próprios fluxos.

A centralidade na periferia é quando começamos a entender que ela não é o "resto", mas, sim, um lugar onde também nascem ideias brilhantes, soluções e, principalmente, um espaço que não deve depender apenas do centro, podendo usufruir de sua própria produção e autonomia. O geógrafo e escritor Milton Santos defendia que a periferia poderia ser um local de transformação, e é em seu livro *"Por uma outra globalização"* (2000) que ele aborda o conceito das centralidades nas periferias. Esse tema passa a ser mais explorado com a globalização, e, para Santos, a periferia começa a ganhar mais relevância no mundo moderno.

Dessa forma, para Santos (2000), a periferia não é o problema, mas, sim, uma potência. Não devemos tratá-la como dependente, mas como produtora, sendo uma ferramenta essencial para a construção de um novo modelo de sociedade.

Ele acreditava que o movimento deveria vir de baixo para cima, e não de cima para baixo. Se são os “pobres” que vivenciam os problemas, então as soluções também devem surgir deles.

Com essa visão da periferia como um espaço de potência, podemos refletir sobre os projetos urbanos realizados nessas áreas e como eles evoluíram ao longo do tempo. Embora muitos desses projetos tenham se concentrado em soluções pontuais, sem abordar os problemas de forma profunda, isso evidencia a necessidade de uma abordagem mais abrangente e da participação ativa da população. Nesse contexto, os espaços públicos ganham destaque como elementos fundamentais para fortalecer a convivência, a segurança e a identidade comunitária nas periferias.

3.5. Espaço público

Os espaços públicos são áreas destinadas à população e gerenciados pelo poder público, sendo exemplos desses locais as ruas, as calçadas, os jardins, os parques e as praças. Esses espaços desempenham um papel importantíssimo no planejamento urbano, seus usos voltados para encontros, interações entre a comunidade e fortalecimento de laços.



Figura 24 - Rua como espaço público
Fonte: Wri Brasil, 2017.

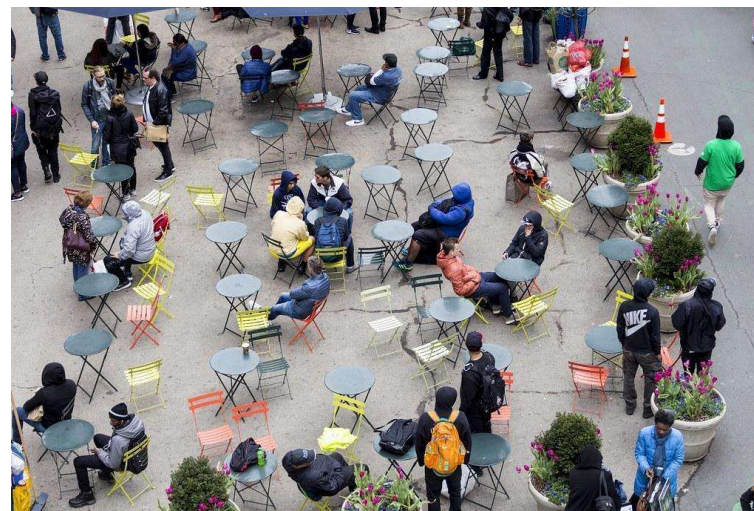


Figura 25 - Calçada como espaço público
Fonte: Wri Brasil, 2017.

Quando falamos em ruas, temos tendência a imaginar um local de circulação, que reflete o direito do ir e vir, mas ela é muito mais do que isso, devem ser espaços de convivência, espaço que transmitem segurança, um palco para trocas culturais, sociais e econômicas. No entanto, a configuração espacial que a rua apresenta nos dias de hoje demonstra que ela precisa de várias intervenções para se tornar um espaço de socialização e encontros.

A escritora e ativista Jane Jacobs em seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas* (1961), traz o conceito de “Olhos na rua”. Este conceito defende que uma rua deve ser movimentada e ativa. Esses aspectos são propiciados pelos usos comerciais, de serviços e de lazer que se voltam para a rua. Tais usos irão promover um sistema natural de vigilância, evitando comportamentos indesejados, como o abandono dos

espaços, atos de vandalismo, violência e outras situações que comprometem a segurança e o convívio social.

Esse conceito surgiu para Jacobs (1961) em um contexto do movimento moderno impulsionado pelas ideias de Le Corbusier. No entanto, Jacobs foi contrária a essas ideias, destacando a importância da participação ativa dos cidadãos e ressaltando como essa interação pode gerar uma segurança natural nas ruas.

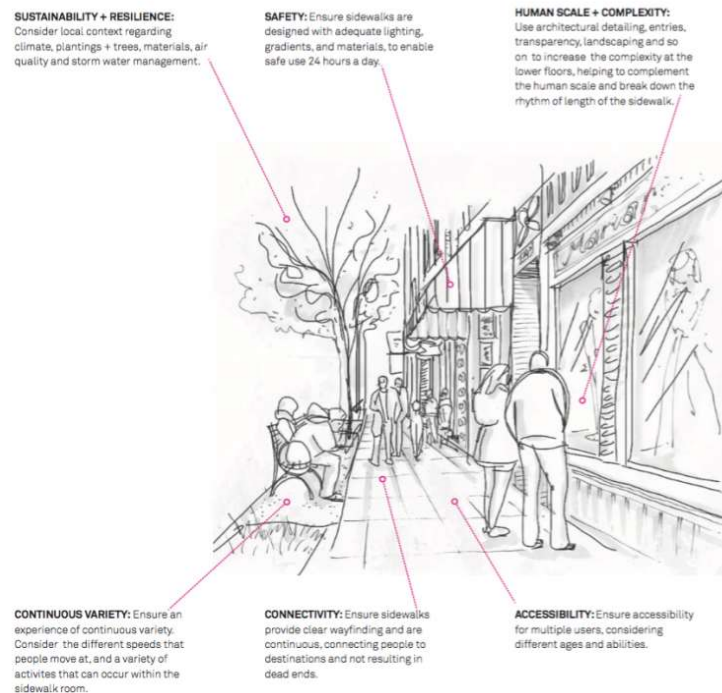


Figura 26 - Olho nas ruas
Fonte: Cidade em movimento, 2020.

Para Jacobs existem três pilares que tornam uma rua segura e ativa, sendo eles: uma clara divisão entre o espaço público e privado, quando esses espaços se misturam como acontecem nos subúrbios e periferias, há uma dificuldade na vigilância e segurança natural; os edifícios precisam ser construídos com suas fachadas voltados para as ruas, janelas e portas voltadas para a calçada, se tornando assim de fato os olhos da rua; e por fim, a movimentação constante nos passeios, com pessoas transitando quase que durante todo o dia, transformando assim em uma área mais atrativa e segura.

Em outras palavras, para Jacobs, uma rua se torna mais que um local de passagem, ela se torna o coração pulsante da cidade. Além disso, a presença ativa das pessoas nos espaços públicos é fundamental para fortalecer o tecido social e promover a qualidade de vida urbana. Dessa forma, a valorização e o cuidado com esses espaços são indispensáveis para a construção de cidades mais inclusivas, seguras e democráticas.

A partir desses fundamentos teóricos, torna-se necessário compreender os instrumentos legais que possibilitam a aplicação desses princípios no planejamento urbano brasileiro.

4.ASPECTOS LEGAIS

4. Aspectos legais

4.1. Constituição de 1988

Antes da Constituição de 1988 e da consolidação de outros marcos regulatórios importantes, a cidadania no Brasil já existia, mas de forma limitada e excludente. Os direitos não eram universalizados, sendo seletivos e restritos a determinados grupos. Boaventura de Sousa Santos (1979) classificou como “cidadania regulada”. Os direitos eram restritos àqueles que estavam formalmente inseridos no mercado de trabalho, possuíam carteira profissional e filiação sindical, excluindo assim grande parte da população urbana, considerando que muitos moravam em periferias, não possuíam vínculo formal de trabalho ou estavam desempregados, ou seja, trata-se de um contexto anterior à Constituição de 1988.

Desde a década de 1960, no entanto, já havia movimentos sociais organizados lutando pelo direito à cidade e pela ampliação dos direitos sociais. Um exemplo significativo foi o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que foi interrompido durante a ditadura militar, sendo retomado em 1980, exercendo um papel importante na luta pelos direitos. Uma das principais conquistas foi a inclusão do Capítulo II do título VII da Constituição Federal de 1988, e principalmente dos artigos 182 e 183, que tratavam diretamente sobre a política urbana.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, esse cenário passa a apresentar novos direcionamentos, trazendo esperança para o país, já que ela estabeleceu novos marcos

para a cidadania e os direitos, enfatizando a universalização dos direitos sociais e a inclusão dos grupos historicamente marginalizados.



Figura 27 - Constituição Federal de 1988.

Fonte: Toda Política.

Na Constituição, há três artigos que se destacam dentro do tema abordado. O primeiro deles, e talvez o mais importante, é o art. 6º, que elenca e garante os direitos sociais fundamentais, como o acesso à educação, à saúde, à moradia, ao transporte e ao trabalho. Esse artigo foi ampliado por emendas posteriores, como a Emenda Constitucional nº 90/2015, que incluiu o transporte como direito social, e a Emenda Constitucional nº 114/2021, que instituiu o direito à renda básica para brasileiros em situação de vulnerabilidade.

Além disso, os artigos 182 e 183 tratam diretamente das questões urbanas, reconhecendo o papel do poder público municipal na condução do desenvolvimento urbano e na efetivação das funções sociais da cidade. O Art. 182 estabelece que o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, situadas em regiões metropolitanas, integrantes de aglomerações urbanas, integrantes de áreas turísticas, integrantes de áreas de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental, também define instrumentos de intervenção urbana voltados à contenção da especulação imobiliária e à garantia do uso social da propriedade. Já o Art. 183 regulamenta a usucapião urbano, permitindo que lotes utilizados como moradia, ainda que sem registro formal, possam ser regularizados, desde que cumpram os requisitos legais.

Para executar esses princípios constitucionais, foi promulgada a Lei Federal nº 10.257/2001- Estatuto da Cidade, que estabeleceu instrumentos jurídicos e urbanísticos para promover esse desenvolvimento, e até mesmo regulamentar o que a constituição já instituíra.

4.2. Estatuto da cidade

O marco regulador, Estatuto da Cidade, conforme a Lei nº 10.257/2001, se apresenta como instrumento essencial para fazer valer o conceito de Direito à cidade. Ele surge para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, estabelecendo diretrizes que reconhecem que o solo urbano precisa cumprir sua função social. Esta premissa significa que todos os cidadãos deveriam ter acesso à terra urbana. Situação que permitiria a inclusão das camadas de rendas

mais baixas sendo estas as mais prejudicadas pelo processo de especulação imobiliária. O Estatuto da Cidade tem como finalidade fortalecer o interesse coletivo em detrimento do interesse individual.

Com o surgimento do Estatuto, uma série de instrumentos da política urbana foram criados, com objetivo de transformar as cidades, principalmente no combate à desigualdade. Entre esses instrumentos destaca-se o Plano Diretor, que é uma lei municipal aprovada pela câmara de vereadores. Nesta lei precisam estar regulamentados uma série de institutos urbanísticos que objetivam controlar a especulação imobiliária, melhorar a distribuição dos benefícios e dos ônus dos processos de urbanização e possibilitar a regulamentação fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda. Citam-se alguns desses institutos como o IPTU progressivo no tempo, o direito de preempção e a Outorga Onerosa. No entanto, após anos de vigência, a maioria desses instrumentos não foram implementados plenamente, principalmente quando se trata de áreas periféricas e favelas.

Como apontam os autores: José Herbert Luna Lisboa, Marcos Alcino De Azevedo Torres, Edésio Fernandes e Raquel Rolnik, no documento 20 anos do Estatuto da Cidade: experiências e reflexões (2021), a maior dificuldade não é garantir o direito à cidade apenas no papel, mas implementá-lo de forma prática e eficaz, e, quando se trata de áreas periféricas, esse desafio é muito maior. O Estatuto da Cidade por si só não é capaz de garantir o direito à cidade, mas ajuda a construir cidades mais justas. Como afirma Raquel Rolnik (2013), esse direito vai além de uma simples expansão de consumo ou renda:

“Não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no Feirão da Caixa: o aumento da renda que possibilita o crescimento do consumo não resolve nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana.” (Rolnik, 2013, p. 9).

Como relatado por Ermínia Maricato (2010), a criação do estatuto se deu através de uma grande mobilização, que durou décadas e envolveu muitas lutas sociais e movimentos populares como ONGs, pesquisadores e entidades profissionais. Maricato (2010) também evidencia que, mesmo com a existência de leis que garantem o direito à moradia, esse direito acaba sendo mais acessível a quem tem maior poder aquisitivo. Observa-se que em muitos casos, o Estado é conivente com os interesses do mercado imobiliário, preterindo os interesses das famílias de baixo poder aquisitivo. Essas famílias acabam encontrando uma solução para os seus problemas de moradias fixando-se nas periferias e favelas, ocupações ou loteamentos irregulares. O poder público se mostra, assim, incapaz de assegurar, de forma efetiva e universal, o direito à moradia digna para aqueles que mais necessitam.

Apesar de o Estatuto ser um documento ético, sua composição se dá através de instrumentos, e os instrumentos por sua vez necessitam da ação do poder público, muita das vezes motivado por pressão da sociedade. Nos levando a

entender que a transformação do espaço público depende, em grande parte das lutas urbanas, e não apenas das leis.

Mesmo que houve e ainda haja dificuldades para a implantação plena do Estatuto, não se pode ignorar o fato dos avanços que ele trouxe para áreas periféricas, avanços esses como as políticas de regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários e inclusão dessas áreas nos planejamentos urbanos. Além disso, o fortalecimento da população nos debates e a obrigação de um plano diretor contribuíram positivamente para as populações excluídas, a criação do Estatuto foi um marco na luta pelo urbanismo inclusivo.

4.3. Plano Diretor

O Plano Diretor é o principal instrumento da política urbana no Brasil, previsto no artigo 182, §1º, da Constituição Federal de 1988, sendo obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes. A regulamentação do Plano Diretor se deu por meio do Estatuto da Cidade, que também instruiu que ele fosse revisado a cada dez anos, considerando a participação pública nesse processo, sendo então mais do que apenas um documento técnico, mas participativo e inclusivo.

Historicamente, as áreas periféricas foram marcadas pelo esquecimento e pela ausência de ações efetivas do poder público. No entanto, com a criação do Plano Diretor, abriu-se a possibilidade de reverter esse cenário, uma vez que esse instrumento permite direcionar políticas mais justas por meio da definição de zonas prioritárias para investimentos e da aplicação de mecanismos capazes de enfrentar as desigualdades presentes na malha urbana.

Entre os instrumentos previstos no Plano Diretor voltados especificamente para as áreas periféricas, destacam-se as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), cujo objetivo é assegurar o direito à moradia digna por meio da regularização e proteção de assentamentos informais, além de orientar os investimentos em infraestrutura básica e equipamentos públicos. As ZEIS correspondem a porções do território urbano majoritariamente destinadas à população de baixa renda.

Além das ZEIS, o Plano Diretor serve como um regulador de outros instrumentos previstos no estatuto da cidade, como a regularização fundiária, direito à cidade e moradia, mobilidade, entre outras. O §4º do artigo 40 do Estatuto da Cidade determina que o Plano Diretor deve ser elaborado através de participação da sociedade, garantindo assim sua eficácia.

O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor são instrumentos distintos, mas complementares: o Estatuto é quem impõe a obrigatoriedade do Plano e define as diretrizes para sua elaboração, enquanto o Plano Diretor é responsável por regulamentar e aplicar, no território municipal, o que foi previsto no Estatuto, funcionando em articulação com ele, como demonstra a figura abaixo.



Figura 28 - Estatuto da cidade x Plano Diretor.
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No entanto, a efetividade do Plano Diretor, principalmente sua aplicabilidade em áreas periféricas, só é possível através do comprometimento do poder público de colocá-lo em prática. Quando esse documento é bem elaborado e aplicado de forma correta e completa, ele deixa de ser um instrumento formal e se transforma em um agente de transformação urbana e social, capaz de combater e diminuir as desigualdades e garantir o direito de uma cidade justa para todos.

4.4. Lei de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo

A Lei de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo é um instrumento de grande importância para a organização territorial de uma cidade, servindo para estabelecer diretrizes

sobre o que pode ser construído, onde e como pode ser feito, isso buscando equilibrar o crescimento urbano ao mesmo tempo que preza pela preservação ambiental e pela qualidade de vida da população.



Figura 29 - Diferença entre os termos.
Fonte: DISCOVER THE ART OF PUBLISHING, 2015.

A lei é de responsabilidade de cada município, cada um deve possuir legislação própria, da maneira que mais se enquadra para cada situação. O objetivo dessa legislação, na maioria das vezes, é determinar cada função que pode ser realizada em cada porção da malha urbana, como uso residencial, comercial, industrial, territorial. Também leva em consideração os parâmetros físicos, incluindo a altura máxima das edificações, a taxa de ocupação de um terreno, coeficiente de aproveitamento e recuos obrigatórios nas frentes, fundos e laterais.

O arquiteto e urbanista Nabil Bonduki (2023) destaca que embora essa lei se baseie nas normas do Plano Diretor, ela é muito mais detalhada, isso porque ela especifica cada quadra e zona da cidade. As cidades são divididas em zonas para

facilitar o planejamento, sendo elas zonas residenciais, mistas ou industriais, sendo, então, esse detalhamento essencial para os valores dos terrenos, rentabilidade dos empreendimentos, mas principalmente para a configuração social e econômica das regiões urbanas.

Quando abordamos as áreas periféricas, esses zoneamentos e ordenamento do uso dos solos se torna ainda mais relevante, já que, nessas áreas o crescimento urbano costuma ser desordenado e de forma acelerada, enfrentando assim diversos desafios. Dessa forma, a lei pode atuar como uma ferramenta estratégica para promover o desenvolvimento dessas áreas, garantindo a adequação das construções, a oferta para infraestrutura e serviços básicos e a proteção para áreas verdes.

Levando em consideração que muitas cidades apresentam relevo irregular, com morros, aclives e declives, e que grande parte das áreas periféricas encontra-se em encostas ou em zonas de risco, essa regulamentação pode ser fundamental para prevenir problemas graves, como enchentes e deslizamentos.

Assim como as legislações abordadas anteriormente, está também exige participação comunitária e a realização de audiências públicas para funcionar de forma plena. Além disso, requer monitoramento e fiscalização constantes por parte do poder público, a fim de garantir que o uso do solo ocorra conforme o planejamento.

4.5. A legalidade que produz ilegalidade

Essas legislações tiveram grande importância para combater a desigualdade e promover justiça social, mesmo que ainda haja dificuldade em implantar de fato tudo que foi previsto nelas. Ao longo dos anos foram criados outros reguladores, que ajudaram a moldar o Urbanismo, trazendo o foco da inclusão social, sendo os mais relevantes apresentados na linha do tempo abaixo:

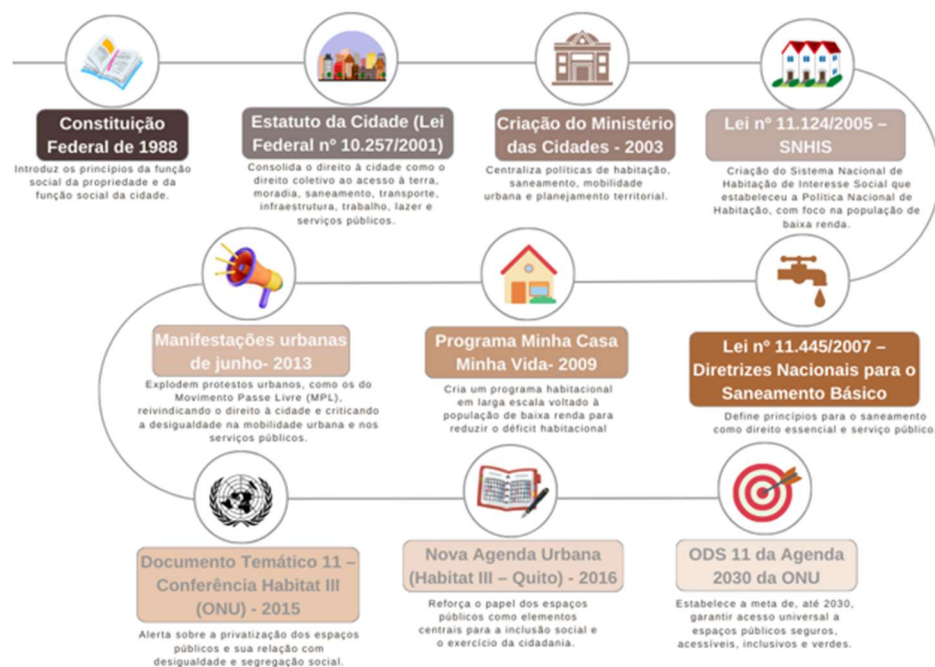


Figura 30 - Linha do tempo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Todos esses marcos e legislações representaram avanços importantes para as políticas públicas, mas a prática urbana

nem sempre acompanha os ideais propostos. Muitos projetos ainda refletem retrocessos, com políticas mal elaboradas e desconectadas da realidade local. Isso ocorre mesmo com a existência de instrumentos legais que defendem o direito à cidade, enquanto prevalecem iniciativas que ignoram a população mais afetada, aprofundando a exclusão e a segregação social e urbana.

Há também um evidente descompasso entre o que está previsto em lei e a realidade vivida nas periferias. Normas como recuos obrigatórios, taxa máxima de ocupação, ventilação cruzada, insolação mínima e áreas permeáveis muitas vezes não são aplicadas nesses territórios. Nas moradias periféricas, é comum encontrar casas coladas umas às outras, sem respeitar recuos frontais ou laterais, ocupando toda a área disponível, sem permitir a infiltração da água no solo. Em muitos casos, as janelas se voltam diretamente para muros vizinhos, dificultando a entrada de luz natural e ventilação adequada.

Essa distância entre o legal e o real revela não apenas a dificuldade de aplicar essas normas, mas também a ausência do Estado em garantir o direito à cidade. Na prática, os avanços legais mencionados nos tópicos anteriores acabam sendo privilégio das áreas centrais e dos bairros nobres, enquanto as periferias seguem tratadas como exceções ou toleradas na irregularidade.

Embora esses instrumentos estabeleçam diretrizes importantes, sua aplicação pode ser compreendida por meio de experiências bem-sucedidas. Assim, o capítulo seguinte apresenta as referências projetuais que fundamentaram esta proposta.

5.REFERÊNCIAS PROJETUAIS

5. Referências Projetuais

As referências projetuais são de suma importância para o desenvolvimento do projeto, pois, segundo a Lei de Lavoisier, nada se cria e tudo se transforma, o que leva a compreender que nada surge do nada e que tudo tem uma inspiração. Por isso, as referências funcionam como o norte necessário para conduzir e estruturar o projeto.

Nesta etapa, busca-se analisar projetos que alcançaram êxito e que estejam alinhados com a realidade do trabalho, cuja proposta é atuar em uma área periférica conhecida como Nhandá, em Campo Grande, MS. Apesar dos avanços conquistados ao longo dos anos, ainda persistem muitos desafios e carências a serem superados.

Por isso, este capítulo focará em estudos de caso implementados em contextos semelhantes, identificando estratégias que se mostraram eficazes quando aplicadas nos locais de intervenção. A escolha das referências baseou-se em três exemplos que servem como modelo de urbanismo social, sendo um caso nacional relacionado à requalificação de espaço público e dois voltados à transformação urbana em contextos vulneráveis.

O primeiro caso analisado é a Praça da Saudade, localizada em São Luís, Maranhão, que passou por um processo de requalificação urbana com foco na organização do espaço, valorização do comércio local e incentivo ao uso pela população.

O segundo é o caso de Medellín, na Colômbia, que passou por um profundo processo de transformação urbana e social, tornando-se um exemplo global de requalificação de territórios periféricos. A escolha dessa referência se justifica pelas semelhanças com a realidade do bairro Nhandá, especialmente no que se refere aos desafios relacionados à violência, exclusão social e presença do narcotráfico.

Já o terceiro caso é o programa Mais Vida nos Morros, uma iniciativa da Prefeitura do Recife (PE), voltada à requalificação urbana de comunidades vulneráveis. A escolha desse exemplo se deu, principalmente, por seu foco na primeira infância, faixa etária extremamente impactada na região da Nhandá, onde muitas crianças crescem em contextos de pobreza extrema e acabam, desde cedo, expostas ou envolvidas com o tráfico de drogas. Além disso, o programa valoriza fortemente a arte urbana como ferramenta de transformação e pertencimento, promovendo espaços mais humanos, afetivos e sensíveis às realidades das crianças e suas comunidades.

5.1. Praça da saudade em São Luís, Brasil

A motivação inicial veio principalmente de problemas urbanos como insegurança e baixo uso desses espaços, o que mostrava a necessidade de uma intervenção mais estruturada para incentivar a ocupação pela população. Nesse contexto, a praça, que antes era ocupada de forma irregular e bastante degradada, tinha pouco uso como espaço de convivência, funcionando mais como um ponto de passagem e comércio informal.

Um ponto importante do projeto foi o processo participativo. A população participou por meio de oficinas, contribuindo com informações, demandas e sugestões. Além disso, os comerciantes locais foram cadastrados para garantir que continuassem atuando no espaço, agora com melhores condições, seja em quiosques, bancas ou estruturas móveis como bike food.



Figura 31 - Planta baixa praça da saudade.
Fonte: ArchDaily.

A Praça da Saudade, por estar ao lado de um cemitério, era marcada principalmente pelo comércio de flores, porém de forma improvisada e sem infraestrutura adequada. A proposta buscou organizar esse cenário, trazendo mais unidade e melhor aproveitamento do espaço. Foram integrados

diferentes usos, como bancas de alimentos, revistas e ponto de táxi, criando um ambiente mais dinâmico e funcional.



Figura 32 - Praça da saudade, cemitério ao fundo.
Fonte: ArchDaily.

Do ponto de vista físico, a praça passou por uma transformação importante. Antes muito cimentada e com pouca vegetação, passou a contar com morrotes que ampliam as áreas verdes, além de arquibancadas e espaços mais estruturados para os floristas. As coberturas foram feitas com madeira laminada colada de reflorestamento, e o projeto adota uma linguagem mais fluida, inspirada nas formas dos Lençóis Maranhenses.



Figura 33 - Praça da saudade.
Fonte: ArchDaily.

De forma geral, o projeto mostra como a reorganização do espaço, aliada à participação da população e à valorização das atividades existentes, pode transformar uma área degradada em um espaço mais utilizado, organizado e integrado ao contexto urbano.



Figura 34 - Praça da saudade.
Fonte: ArchDaily.

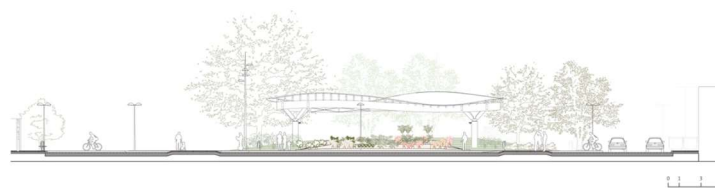


Figura 35 - Corte, Praça da saudade.
Fonte: ArchDaily.



Figura 36 - Corte, Praça da saudade.
Fonte: ArchDaily.

5.2. Caso de Medellín na Colômbia

Medellin, na Colômbia, foi uma cidade que durante a década enfrentou grande índices de violência, segregação espacial, ascensão do narcotráfico e exclusão social, diante desse cenário a partir dos anos 2000, com referência no projeto Favela Bairro no Rio de Janeiro, foi imposta uma grande transformação social, através do urbanismo participativo, tornando-a uma referência nacional e internacional, sendo modelo até os dias de hoje.

A primeira proposta foi a adoção do lema “Medellín, a cidade mais educada”, que tinha como prioridade o investimento em educação, saúde e cultura, como elementos chaves para a transformação da cidade.

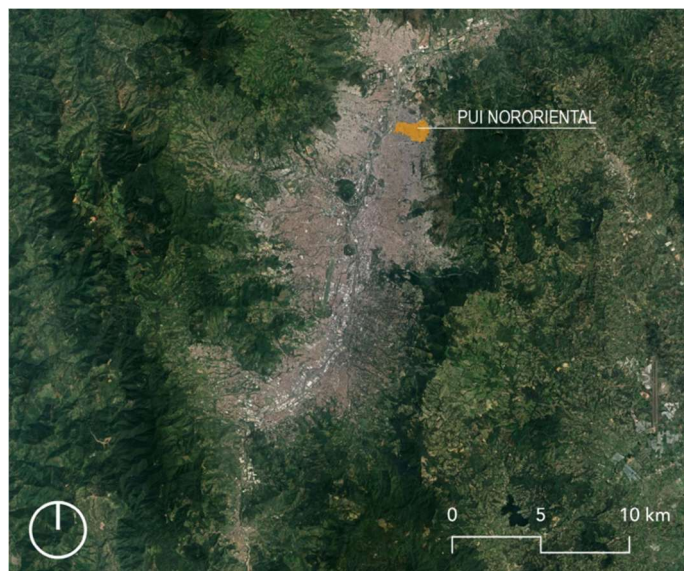


Figura 37 - Demarcação do território de Medellín e da área de intervenção do PUI (laranja).
Fonte: Urbanismo Social, 2023.

Tudo foi possível graças à parceria da gestão pública, iniciativas privadas e principalmente da participação comunitária, implementando dessa forma intervenções interligadas, que trouxeram impactos tanto para as áreas periféricas quanto para as áreas centrais. Sendo um dos projetos mais emblemáticos.

Um dos projetos mais emblemáticos foi o sistema de teleféricos Metrocable, que foi inaugurado em 2004, facilitando a vida dos moradores ao reduzir um trajeto de 2 horas e meia para cerca de 30 minutos, servindo como conexão entre as periferias aos sistemas de metrô. Esse projeto favoreceu o acesso às oportunidades e aos empregos, e ao mesmo tempo transformou as estações dos teleféricos em polos culturais, agregando os equipamentos culturais neles.



Figura 38 - Metrocable de Medellín.
Fonte: John Drissen, 2012.

Além dos teleféricos, também houve a implantação de 9 Parques-Bibliotecas pela cidade, em áreas que antes eram marcadas por violências. Esses Parques funcionam como centro de educação, cultura, lazer, e oferecem programas para promover a inclusão social através de aulas gratuitas e espaços de convivência.

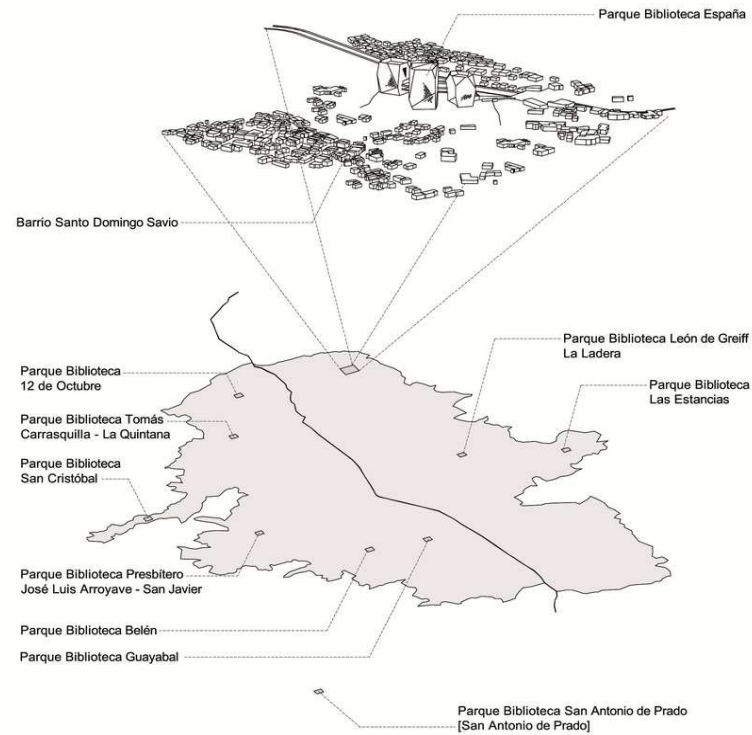


Figura 39 - Parques-Biblioteca.
Fonte: ArchDaily.

Destaque para a Biblioteca Espanha (2007), projetada pelo arquiteto Giancarlo Mazzanti, que se tornou um símbolo da requalificação e valorização.

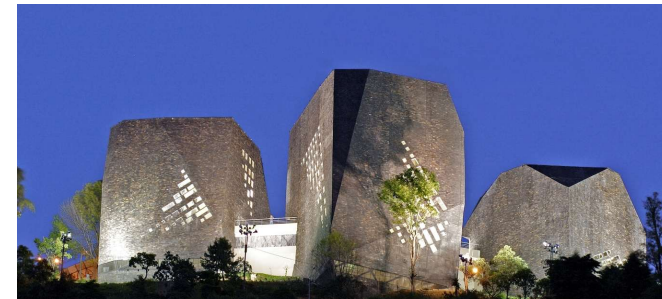


Figura 40 - Parques-Biblioteca Espanha.
Fonte: ArchDaily.

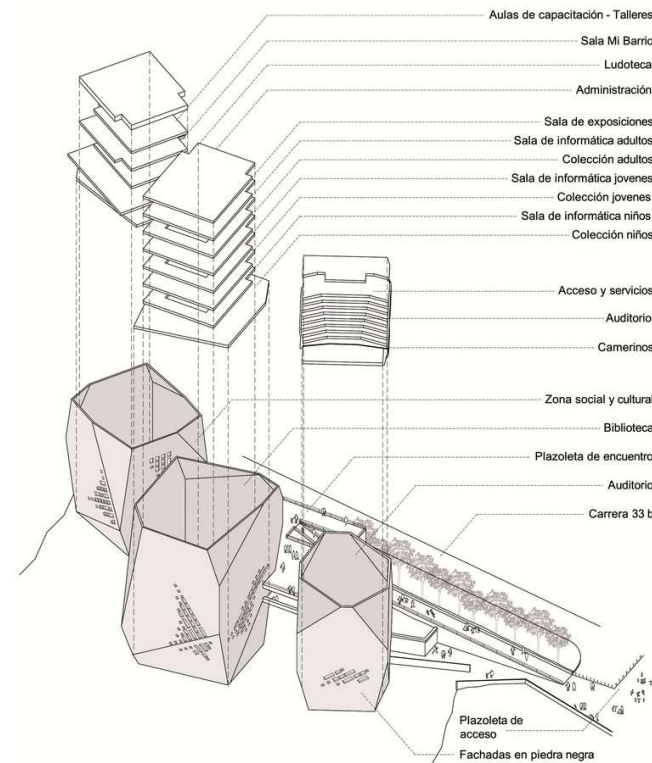


Figura 41 - Parques-Biblioteca Espanha.
Fonte: ArchDaily.

Ainda sobre os projetos, tempos as Unidades de Vidas Articulas (UVAs), que serviram para resgatar áreas que foram degradadas, trazendo a elas novo significado, como a internação a paisagem urbana, tornando as em espaço abertos e iluminados, diferente do que eram anteriores a internações.



Figura 42 - UVA El Paraíso.
Fonte: ArchDaily.

Também há os projetos como Parque Explora (2007), do arquiteto Alejandro Echeverri, e o Orquideorama do Jardim Botânico (2006), desenvolvido pelos escritórios Plan B Arquitectos e JPRCR Arquitectos, que reforçam essa ideia de lugares abertos e de qualidade, que não agregam apenas para a paisagem, mas principalmente para a comunidade.

Os bairros vulneráveis Moravia e Comuna 13, receberam revitalização através de oficinas de grafite e das artes urbanas, ajudando a fortalecer a identidade local, e de certa forma o combate ao vandalismo. Também foram instaladas na

Comuna 13 escada rolantes que foram integradas ao Metrocable, subsistindo mais de 300 degraus que a comunidade precisava subir e descer diariamente.

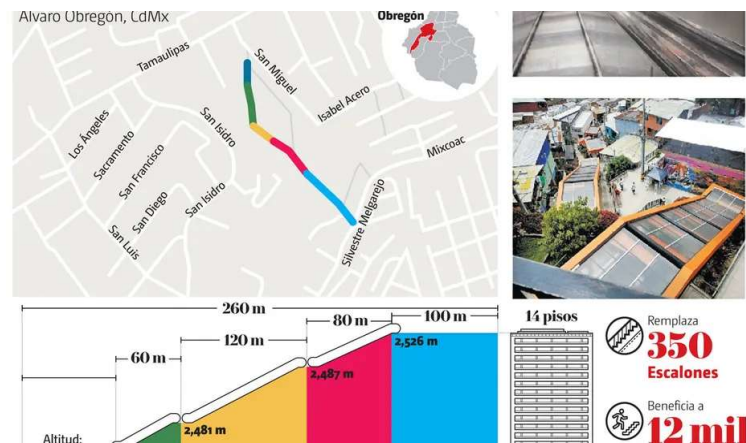


Figura 43 - Escada Rolante.
Fonte: Milenio, 2019.

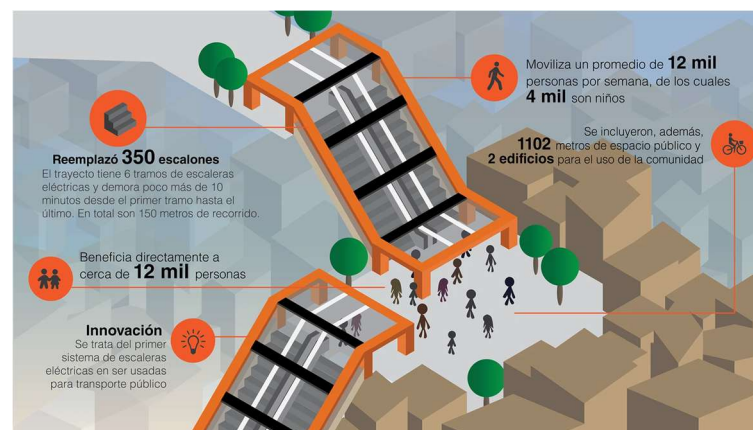


Figura 44 - Escada Rolante.
Fonte: Behance, 2015.

Além de todos esses projetos e muitos outros, Medellín apostou fortemente no conceito de Urbanismo social e participativo, incluindo a população nas decisões e capacitando para gestão dos equipamentos públicos. Todos esses investimentos resultaram em uma refração de quase 80% na taxa de homicídio em 15 anos, e na redução significativa da pobreza.

5.3. Mais Vida nos Morros – Recife, PE

Recife, capital do Pernambuco, é uma cidade formada por muitos morros e planícies, e cerca de 67% do seu território está em área de risco (Urbanismo Social, 2023), áreas que abrigam mais de 500 mil habitantes. Diante desse cenário, em 2016 a prefeitura lançou o programa Mais Vida nos Morros, servindo como respostas para a requalificação urbana em comunidades vulneráveis, sendo seu principal objetivo as crianças e a construção de forma coletiva de espaços públicos. Com isso, Recife ganhou destaque nacional e internacional pelas alternativas propostas através do programa, sendo um símbolo de inclusão social e urbanismo participativo.

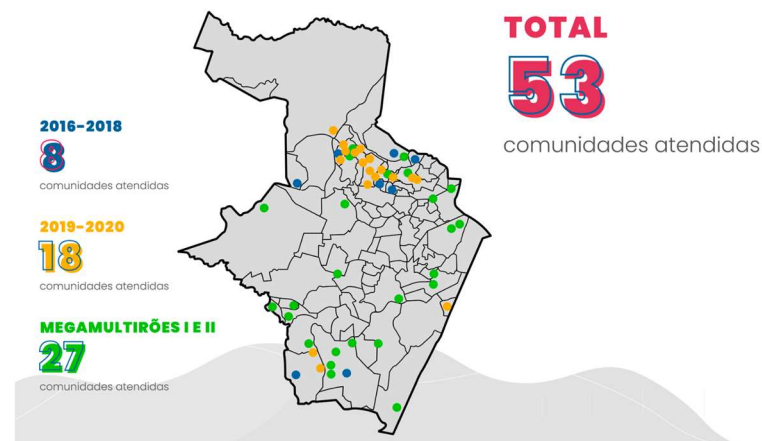


Figura 45 - Comunidades atendidas.

Fonte: Mais vida nos morros.

O programa foi criado inicialmente com o intuito de ser uma ação da Defesa civil, porém se consolidou como política pública de cidadania. A base do Mais Vidas nos Morros é firmada em 3 pilares: baixo custo, rápida implementação e alto impacto. Trabalhando em áreas como micro vazios urbanos em áreas de lazer, educação e convivência, gerando na comunidade o sentimento de pertencimento.

Em 2018 passou-se a ser adotado o conceito do programa internacional Urban 95, que se baseia em pensar a cidade na perspectiva da criança, ou seja, a cidade sendo pensada a partir da altura de 95 cm (altura média de uma criança de 3 anos), repensando dessa forma as calçadas, esquadrrias, sinalização e mobiliário a partir do ponto de vista mais humano e sensível.



Figura 46 - Crianças na Comunidades.
Fonte: Mais vida nos morros.

As ações realizadas seguem 3 passos: engajar, transformar e celebrar. Tudo começa com o mapeamento afetivo da comunidade, através de rodas de conversas, caminhadas lúdicas e oficinas com moradores, incluindo as crianças. A partir do que se extrai da comunidade nessas conversas as intervenções são feitas, levando em consideração a necessidade da população, resultando em intervenções através de pinturas, hortas comunitárias, escadarias que viram

praças, arte urbana, telhados vivos e brinquedos feitos através de materiais recicláveis, como cabos de vassouras e pvc.



Figura 47 - Passos para mudança.
Fonte: Mais vida nos morros.

Um exemplo emblemático é o da Vila Burity, que está localizado dentro da Zona Norte, no bairro Macaxeira. A comunidade foi a 13ª a receber as intervenções através de um mutirão intensivo, que contou com 170 famílias e 450 famílias foram beneficiadas. As crianças desenvolveram um papel de

suma importância, propondo desenhos de amarelinhas no chão, participando de oficinas de plantios, opinando nas ideias para locais que elas mesmo usavam e propuseram brincadeiras. A vila foi agraciada com a implantação de hortas comunitárias, jardins e composteiras, e mobiliário adaptado para altura das crianças. Embora tenham surgido desafios para a manutenção, os impactos das intervenções foram visíveis: aumento do uso dos espaços públicos, maior circulação da população na rua, sentimento de segurança e fortalecimento do vínculo com o território.

Indicadores contaram que após as ações as crianças passaram a brincar fora de suas casas, como apontado nos gráficos abaixo:

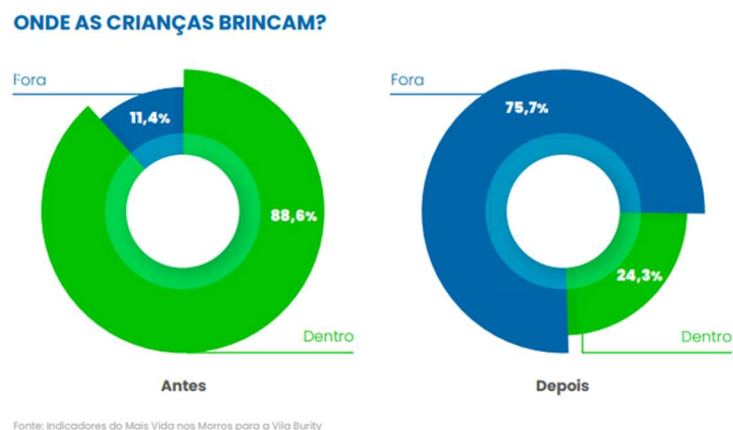


Figura 48 - Gráfico Vila Burity.
Fonte: Mais vida nos morros.

O programa tem um documento de passo a passo para as mudanças, sendo um tópico chamado de “cardápio de

soluções”, que inclui uma gama de intervenções. Esse cardápio funciona como uma ferramenta flexível, sendo que seus tópicos podem ser colocados em práticas de acordo com o tempo disponível e a demanda necessária para a área, fazendo sentido com o que ela de fato necessita. As ações são classificadas desde o solo ao alto, incluindo arte urbana, telhados vivos, arte em escadarias, placas de sinalização, árvores decoradas com desenhos infantis, canteiros, hortas, parklets e áreas para brincadeiras. Juntas, cada uma dessas transformações ressignificam o lugar e fortalecem os laços.



Figura 49 - Horta urbana na comunidade Sítio São Brás.
Fonte: Mais vida nos morros.



Figura 50 - Sinalização na comunidade Beberibe.
Fonte: Mais vida nos morros.



Figura 51 - Amarelinha da comunidade Jordão.
Fonte: Mais vida nos morros.

Entre todas as intervenções, a arte urbana, através de pinturas e grafites, é uma das mais presentes nas

comunidades revitalizadas, trazendo um novo significado para esses locais e, muitas vezes, atraindo pessoas de outras regiões que admiram a arte. Um exemplo emblemático é o Caminito, em Buenos Aires, que era uma área periférica e degradada e recebeu pinturas coloridas em suas casinhas, transformando-se em um ponto turístico da cidade. Essa mudança atraiu visitantes do mundo todo e deu uma nova perspectiva para o local, valorizando sua identidade e promovendo o pertencimento.



Figura 52 - Pinturas na comunidade Sítio São Brás.
Fonte: Mais vida nos morros.

Entre 2016 e 2022, o programa atuou em 56 comunidades do Recife e beneficiou cerca de 12.488 famílias, graças à atuação conjunta entre moradores, prefeitura, ONGs e empresas privadas.

5.4. Relação entre as referências e a construção das diretrizes projetuais

A Praça da Saudade serviu como referência para a criação da nova praça proposta no Jardim Nhanhá, principalmente no que se refere à organização do espaço, à integração de

diferentes usos e ao uso de formas mais orgânicas no desenho. Ainda que se trate de uma realidade distinta, o projeto contribuiu para compreender como uma área antes pouco qualificada pode ser reorganizada e reinventada a partir das atividades existentes e das necessidades da população. Assim, essa referência influenciou a proposta na criação de áreas de permanência, caminhos orgânicos, espaços de convivência e ambientes mais acessíveis, dinâmicos e apropriáveis pela comunidade.

O programa Mais Vida nos Morros contribuiu principalmente pelas estratégias ligadas à participação popular, à ludicidade, à arte urbana e ao fortalecimento do sentimento de pertencimento. Embora Recife apresente uma realidade territorial diferente da de Campo Grande, especialmente pela presença de morros, a referência foi utilizada pela forma como envolve os moradores no processo de transformação do espaço. Na proposta para o Jardim Nhandá, esses princípios aparecem na criação de espaços voltados para atividades culturais, brincadeiras, convivência, intervenções artísticas e usos coletivos, buscando atender às necessidades da população e tornar o espaço mais inclusivo.

Já o caso de Medellín foi utilizado como referência pelo seu vínculo com o urbanismo social, especialmente pela forma como cultura, arte, equipamentos públicos e espaços de convivência foram empregados como instrumentos de integração urbana. Mesmo que Campo Grande não apresente a mesma condição topográfica de Medellín, a referência contribui para pensar o projeto para além de uma intervenção pontual, considerando sua relação com o bairro, com os deslocamentos da população e com a valorização do território.

Nesse sentido, as estratégias culturais, os espaços de permanência e a articulação entre diferentes áreas do projeto buscam materializar o desejo por pertencimento, acesso, segurança e integração ao tecido urbano.

As referências projetuais constituem uma etapa fundamental do processo de projeto, pois permitem compreender soluções espaciais, estratégias de intervenção e processos de transformação urbana aplicados em contextos semelhantes ao objeto desta pesquisa.

6.ÁREA E PROJETO

6. Área e projeto

A área definida para a intervenção urbana se localiza na Vila Nhanhá, um parcelamento pertencente ao bairro Piratininga, em Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, e cuja origem está relacionada à formação de uma favela. A escolha do local vai além de critérios técnicos, estando diretamente ligada à vivência da autora, que reside na Vila há mais de 20 anos. Essa experiência permitiu uma percepção mais sensível do espaço e de seu funcionamento no dia a dia.

Ao longo dos anos, o local passou por algumas intervenções, porém nem todas obtiveram êxito, considerando que ainda há muitos aspectos a serem transformados. Diante desse cenário, percebeu-se a necessidade de lançar um olhar mais crítico e empático para uma área que tanto necessita de atenção e que ainda carrega o estigma social, mas que resiste, com sua população presente e atuante.

Dessa forma, no tópico a seguir, será apresentado o histórico de criação e desenvolvimento da Vila Nhanhá, buscando uma compreensão mais profunda do território. Neste capítulo também será abordado o diagnóstico da área e as propostas projetuais elaboradas a partir dessa leitura.

6.1. Evolução urbana de Campo Grande

6.1.1. Surgimento da Nhanhá

De modo semelhante a muitas cidades, Campo Grande também teve o seu momento de modernização, com a chegada dos trilhos de Ferro Noroeste do Brasil (NOB),

também começaram a surgir outros elementos urbanísticos com a implantação de energia elétrica, saneamento, arruamento e iluminação pública, e até mesmo a construção de alguns edifícios, porém esse privilégio ficou restrito às classes médias e altas. Enquanto isso as favelas se desenvolviam excluídas, formadas por pessoas de baixa renda, imigrantes de outros estados e até mesmo de outros países como Paraguai e Bolívia.

Desse modo, surge também a Favela do Querosene ou a Favela do Segredo, localizada entre a rua 26 de agosto até o local onde hoje se encontra o horto florestal. A rotina dessa favela foi noticiada pelo JCE em agosto de 1975.

“Domingo na favela

A favela do Segredo, conhecida por muitos também como “Querosene”, amanheceu movimentada. Portas retorcidas e balançando são abertas, saindo de casa adultos e crianças. É domingo. Uma única “rua” divide as duas filas extensas de casebres. Ao fundo, observa-se o inverso desse quadro: são os arranha-céus de Campo Grande, onde outra classe de gente assiste comodamente o raiar de um novo dia. De encontro do córrego do Prosa com o Segredo, até a ponte de madeira que une aquela área ao conjunto residencial Sargento Amaral, contam-se cerca de 30 casas. Anda-se um pouco mais, passa-se a ponte, lá estão mais duas dezenas. A favela aumenta a cada mês, tanto em número de casebres como de moradores. A extensão desse núcleo já atinge o local onde será construído o viaduto “Coronel José Ênio de Macedo”. À primeira vista, vislumbra-se uma mistura de mato e barracos. Quando a gente se aproxima, os detalhes diferenciam bem cada aspecto particular

da favela propriamente dita.” (Jornal do Estado, 1975.)

Já na reportagem de 13 de abril de 1976 ela é descrita como um local que é formado por cerca de 100 casebres, tendo uma estática de 6 pessoas morando em cada um deles, a água que não era canalizada era muitas vezes retirada de poços próprios ou do próprio córrego que passava na imediação do local. Os materiais das casas eram feitos com resto de matérias em sua maioria, como madeira, latas, pano, etc.

Começam a surgir uma preocupação por parte do poder público com as favelas, não pelas situações precárias, mas pelos locais que elas estavam ocupando.

Em 1976 é proposto o progresso de Campo Grande a partir da canalização do córrego segredo, o que ocasionaria a realocação da favela do querosene, uma vez que ela estava impedindo o prosseguimento do projeto, essa transferência seria feita para um local situado há 3km, a favela do Nhandá.

6.1.2. Nhandá: a Canaã dos “favelados”

Naquela ocasião o JCE (Jornal correio do estado), foi até a favela e entrevistou muitos moradores, para ouvir as opiniões sobre a realocação, alguns estavam animados, pois queriam uma nova chance, outros não queriam sair do local e perder o que haviam investidos nos barracos, também se preocupavam com a distância do local até o centro, com medo de perderem ou serem prejudicados em seus empregos. Um abaixo assinado foi feito, mas em meio às opiniões contrárias e protesto, o veredito já estava formado: o prefeito Levy Dias não cedeu, e a favela do Querosene deixou de existir.

“... as reclamações maiores, sem se contar o fato da mudança rápida, eram contra o terreno, na Bairro Piratininga, parte da Vila Nhandá. A maioria acha o local muito distante, o que certamente exigirá maior esforço de todos em chegar aos locais de trabalho. Ao que parece – os que possuem carros estavam mais tranquilos e preferiam receber um bom dinheiro, já que a maioria possui terrenos próprios. Todavia, apenas a minoria desses “favelados privilegiados” – como classificou Shinyei, ficou protestando e pedia tanto um novo terreno para morar – sem aceitar o da Nhandá – como o dinheiro que seria e está sendo pago (1.500 cruzeiros) aos que vão procurar outro local ou mesmo mudar de Campo Grande. Os ricos favelados são os únicos que acreditam num suposto mandado de segurança que seria impetrado nos próximos dias. Mas todos os favelados reclamavam muito sobre a oportunidade da mudança, devido ao mau tempo. Eles acham que todo o desmonte e transporte dos barracos deveria ser feito num dia de sol, porque eram muitos os que não conseguiriam montar seus barracos na Vila Nhandá ontem (dia 10 de maio de 1976) e teriam que passar a noite ao tempo, sob a ameaça de chuvas. Mas o secretário afirmou que pediu apenas um desmonte parcial, de forma que os barracos fossem transportados por etapas para que ninguém ficasse ao relento. A falta de um poço de água, que ainda estava sendo perfurado, era outro motivo de revolta e só houve sossego depois que alguns favelados voltaram do novo terreno e garantiram, que o poço estava sendo perfurado e que hoje (dia 11 de maio de 1976) estaria pronto. Das 85 famílias residentes na Favela do Querosene, ao lado do Córrego Segredo da Vila Sargento Amaral, 50 preferiram

mudar para a Bairro Piratininga, no terreno da Prefeitura, enquanto 35 optaram por receber 1.500 cruzeiros e ir para outro local, aproveitando os caminhões colocados à disposição da municipalidade. (FAVELA DO QUEROSENE. AMBIENTE DE TENSÃO E INCONFORMISMO MARCOU A MUDANÇA PARA A VILA NHANHÁ. Jornal Correio do Estado, Campo Grande, p. 3, 11 maio 1976)

Os Casebres foram transportados para o terreno cedido na Bairro Piratininga de 12.000 mil metros quadrados (entre as ruas Av. das Bandeiras e Rua Nove de Julho, assim surgiu a primeira favela oficial, sendo considerada assim pois foi criada pelo próprio poder público. Em 11 de maio 1976 o JCE publica uma notícia chamando os 12 mil metros quadrados de Canaã dos favelados, fazendo alusão ao lugar descrito na bíblia, já que acreditavam que seria um lugar melhor e traria esperança.

A verdade é que a área só parecia boa pois não os deixariam desabrigados, pois o local não oferecia infraestrutura básica como energia elétrica, água encanada, esgotamento sanitário e a distância do centro urbano e comercial. O JCE tratou dos “favelados” como um atravanco, e que não mereciam um lugar digno, que as suas condições permitiam com que eles fossem “jogados” em qualquer lugar.

Em 1977 o JCE notícia que a favela está como era antes, e até mesmo pior, relatos de brigas, furtos, doenças, mortes, nascimentos, exploração infantil, esse era o ambiente encontrado naquele local. A verdade é que mesmo sendo um local criado pelo poder público, não existia assistência, o problema só foi transportado de um local para o outro, não solucionado.

6.1.3. O desfavelamento

A área da Vila Nhanhá, continuou a existir de forma precária e invisibilizada na cidade, até o processo de desfavelamento. A desfavelização da área ocorreu através da urbanização que foi sendo implantada aos poucos. Um dos primeiros programas surgiu no fim da década de 70, o PROMORAR (Programa de Habitação Popular de Interesse Social) vinculado ao Banco Nacional de Habitação (BNH). A área da Nhanhá foi escolhida como projeto piloto do programa em Campo Grande, sendo o foco erradicar as habitações consideradas “subnormais”, por meio da urbanização e regularização fundiária.

Em 1982 a área foi legalmente regularizada por meio da Lei Municipal nº2.024, que autorizou que a área para a criação de praças e ruas fosse doada, e dessa forma adquirida pela Companhia de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (COHAB-MS), dessa forma foi realizada a demarcação dos lotes em uma área de mais de 14 mil m².

Segundo Weingartner (2008), esses locais direcionados à regularização das favelas, que antes eram destinados à construção de praças e parques, não foram compensados. O que ocasionou em ruas estreitas, ausência de áreas de lazer, calçadas improvisadas e sem tamanho apropriado, e lotes em formato irregular. O local do programa recebeu o nome do mesmo, tornando-se parcelamento Promorar, que faz parte do Bairro Piratininga e está dentro da área que popularmente é chamada de Nhanhá, e apesar de se tornar um parcelamento e ser legalmente construído, manteve seus traços de precariedade do início, com pouca infraestrutura e pouco investimento.

No ano de 1984, Campo Grande criou o Programa de Regularização e Assentamento de Favelas por meio da lei municipal nº2.223/84, e que foi regulamentado por meio do Decreto nº5.112/84. Esse marco permitiu a flexibilidade para áreas já ocupadas em parâmetros urbanísticos.

Esses processos iniciaram assim a urbanização da Nhanhá, como a criação de equipamentos públicos como a escola municipal Padre Heitor Castoldi, a implantação de asfalto em ruas e a iluminação pública. Um trecho que marcou essa transição foi retratado por Buanain:

Na minha época, não tinha favela, nada. O bairro mais pobre de Campo Grande era a Vila Nhanhá, com terrenos grandes e casas isoladas. Não era uma favela com becos. Existiam pessoas que moravam na beira do córrego, mas núcleos pequenos. Essa favela, ou Vila Nhanhá, onde o Levy construiu o Colégio Heitor Castoldi, nós a asfaltamos inteira, levamos iluminação, urbanizamos a área a ponto de transformá-la em bairro. Só que, depois disso, rapidamente o número de favelas aumentou em Campo Grande. (Buanain, 2006, p. 239)

Mesmo após décadas, as ruas continuam estreitas e a infraestrutura deficitária em alguns trechos. A região foi alvo de ações pontuais, como em 2011 que foi construída uma praça e ações de pacificação policial, através de uma base da polícia militar. Essa base foi na tentativa de conter o avanço do tráfico, porém, ela logo foi desativada e o terreno abandonado.

O caso da Nhanhá na verdade acaba escancarando o modelo excludente de desfavelização, podendo haver até uma regularização e algumas ações pontuais, porém sem resolver

as vulnerabilidades sociais e urbanas. A área permanece estigmatizada, e com infraestrutura inferior ao restante da cidade, deixando de ser uma favela, mas se consolidando como uma periferia.

6.1.4. Atualmente

A exclusão social que se manifestava antes por meio dos locais informais e regularidade, atualmente se manifesta através de outras formas, como a precariedade urbana, a insegurança, o abandono e a criminalização do território.

Nos últimos anos, como a intensificação do uso e venda de drogas na região, a Nhanhá passou a ser rotulada como uma “Cracolândia” local. Os índices de violência aumentaram, e a infraestrutura pública vem se deteriorando mais, como resultado de furtos que ocorrem, como de fios de energia, internet, tampas de bueiro, entre outras coisas. Operações policiais até acontecem, mas são limitadas, uma vez que as intervenções são de repressão e não de transformação social do território.



Figura 53 - Placa de bem-vindo a cracolândia.
Fonte: Campo Grande News, 2024.

Mesmo com o descaso e até mesmo abandono do poder público, em contrapartida existem moradores se posicionando e fazendo transformações com as próprias mãos. Um exemplo é a ONG Núcleo Humanitário da Nhandá, que foi fundada por um morador que não aguentava mais olhar a situação e não ver diferença. O trabalho da ONG é focado em oferecer oportunidades para crianças e adolescentes através da educação, cultura e arte, com atividades como aulas de judô, cursos personalizados e oficinas. O espaço funciona por meio de doações e apoio de voluntários.

As atividades do Núcleo têm sido de grande ajuda para o bairro, articulando ações culturais. O fundador da ONG tinha um sonho de transformar os becos da Nhandá em uma espécie de “Beco do Batman”, um sonho que se tornou realidade em 2025 através de uma parceria, surgindo assim o Campão Graffiti (projeto financiado pela Lei Paulo Gustavo). A ação foi realizada na própria via em que o projeto está inserido, na Rua do Comércio, que tem sua estrutura parecida com um beco, sendo estreita.



Figura 54 - A Rua do Comércio se converteu em uma verdadeira galeria de arte a céu aberto.

Fonte: Campo Grande News, 2025.

Também há a parceria com a ONG Transcine, que organiza cinemas na rua, oficina de criação de animações, entre outras. Essas parcerias agregam tanto a área quanto os moradores, trazendo um senso de transformação através da arte.



Figura 55 - Noite de cinema no Núcleo.
Fonte: Campo Grande News, 2024.

Diante desse cenário, a Nhandá expressa contradições em relação ao urbanismo que regulariza, mas não inclui. A ausência das políticas públicas, a invisibilização histórica e o foco na repressão reproduzem um ciclo de marginalização e insegurança. Porém, é nesse contexto que se constrói uma nova imagem da Nhandá, diante das práticas coletivas e nos projetos comunitários, não como zona de conflito, mas como espaço de resistência e resiliência

6.2. Localização

Capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande encontra-se geograficamente na porção central do estado e ocupa 8.082,33 km² [2024]. Segundo o Censo de 2022, o município contava com 898.100 habitantes, com uma densidade demográfica de 111,11 hab./km². Já a estimativa populacional de 2024 aponta um crescimento, chegando a 954.537 habitantes. A cidade é dividida em sete regiões urbanas, sendo a região do Anhanduizinho aquela onde está inserido o bairro em estudo, Bairro Piratininga.

Com uma população de 11.610 habitantes (Censo 2022), o bairro Piratininga faz divisa com os bairros Guanandi, Jacy, Taquarussu, Jóquei Clube, Pioneiros, Parati e Aero Rancho, estando localizado em uma área consolidada e de grande importância urbana. A região é conectada por importantes vias da cidade, facilitando o acesso ao centro e a outras áreas periféricas.

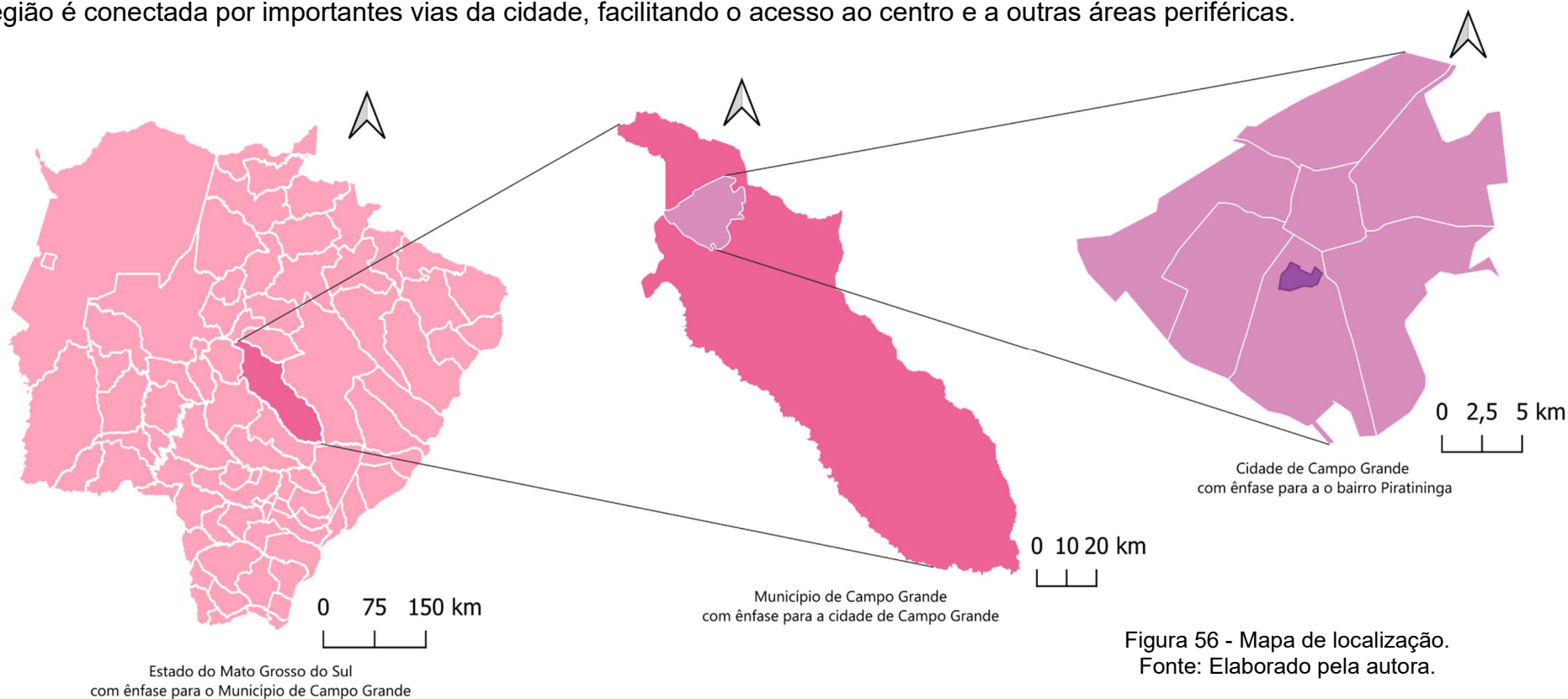


Figura 56 - Mapa de localização.
Fonte: Elaborado pela autora.

6.3. Diagnóstico

Realizar uma leitura aprofundada da área de intervenção é fundamental para garantir que as propostas projetuais estejam alinhadas à realidade local. É comum o desenvolvimento e implantação de projetos que desconsideram as fragilidades e potencialidades do território, resultando em soluções inadequadas ou ineficazes. Com o objetivo de estabelecer os recortes necessários para a concepção do projeto, foi realizado um diagnóstico do bairro com base nos critérios definidos pela Lei Complementar nº 341, de 4 de dezembro de 2018, que institui o Plano Diretor de Campo Grande.

6.3.1. Evolução urbana do bairro Piratininga

O bairro Piratininga, localizado na Região Urbana do Anhanduizinho, apresenta um processo de ocupação urbana marcado por diferentes etapas de parcelamento do solo, refletindo a expansão e transformação do território ao longo das décadas.

A ocupação formal teve início com o Jardim Piratininga, aprovado em 1962, seguido do Jardim Nhanhá e da Vila Ipiranga, ambos aprovados em 1963. Esses três parcelamentos, evidenciados em cores distintas no mapa, formam o núcleo inicial de urbanização planejada da área, consolidando-se como os primeiros vetores de crescimento urbano.

Na sequência, o bairro continuou seu processo de expansão com a inserção de novos loteamentos. Ainda que alguns parcelamentos, como o Núcleo Piratininga, o Loteamento

Municipal Nova Esperança e o Conjunto PROMORAR, não possuam data de aprovação registrada, sua presença no território indica a ocorrência de processos posteriores de ocupação, possivelmente vinculados a políticas habitacionais e à ampliação da malha urbana em áreas ainda não regularizadas no período.

A partir dos anos 2000, observa-se uma nova fase de expansão, marcada pela formalização de parcelamentos com ano de aprovação registrado, como o Loteamento Getúlio Barbosa (2002) e o Loteamento Vitta Bella (2007). Esses empreendimentos representam o avanço do tecido urbano para áreas anteriormente periféricas, ampliando a oferta habitacional e conectando o bairro a outras regiões da cidade.



Figura 57 - Evolução urbana
Fonte: PLANURB, modificado pela autora.

6.3.2. Dados Sociais

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, a população de Campo Grande é de 898.100 habitantes, com densidade demográfica de 111,11 habitantes por km², o que equivale a aproximadamente 11,11 habitantes por hectare. A capital sul-mato-grossense ocupa o 1º lugar em população no estado e a 17ª posição entre os municípios brasileiros. Em 2024, a estimativa populacional chegou a 954.537 habitantes, evidenciando um crescimento contínuo. Com uma taxa de urbanização superior a 98% (Perfil Socioeconômico 2022), o município enfrenta desafios crescentes no atendimento à infraestrutura e aos serviços urbanos.

No cenário local, o bairro Bairro Piratininga apresenta, segundo o Censo de 2022, uma população de 11.610 habitantes. Considerando sua área territorial de 282,67 hectares (IBGE, 2010), a densidade demográfica do bairro é de 49,50 habitantes por hectare. Esse número é expressivo, situando o bairro entre os mais densamente ocupados da cidade, já que, em Campo Grande, os bairros com maior densidade apresentam índices que não ultrapassam 64 habitantes por hectare.

A análise desses dados revela que o bairro já sofre certa pressão urbana, o que demanda atenção quanto ao planejamento futuro, especialmente no que se refere à ampliação da infraestrutura urbana e dos equipamentos públicos.

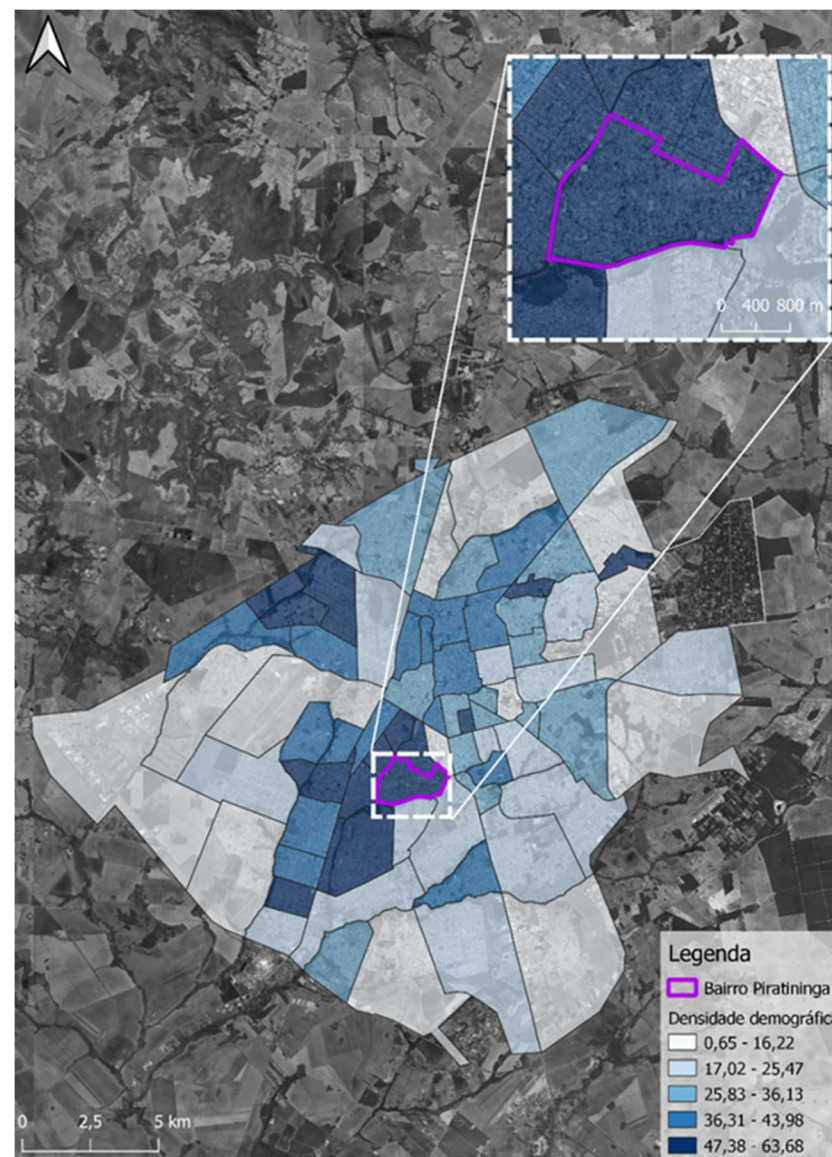


Figura 58 - Mapa de densidade demográfica
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

Compreender as condições de vida da população de uma determinada região exige observar indicadores que vão além das infraestruturas aparentes. Um dos principais instrumentos utilizados para essa análise é o Índice de Qualidade de Vida (IQV), que reúne dados sobre saúde, educação, habitação, mobilidade, lazer, renda e outros elementos que interferem diretamente no cotidiano dos moradores.

No caso de Campo Grande, a Prefeitura disponibiliza um mapa com a distribuição do IQV por bairro, revelando diferenças significativas entre as regiões centrais e periféricas da cidade. Os bairros mais próximos ao centro apresentam os maiores índices, situando-se entre 0,75 e 0,95, indicando boas condições de vida e presença de equipamentos públicos e privados em maior quantidade e qualidade.

Já no bairro Piratininga, área que serve de base para este estudo, o índice é consideravelmente inferior. Os dados apontam uma variação entre 0,19 e 0,35, o que o posiciona entre os piores níveis da cidade. Esse número evidencia que a população local convive com dificuldades em diferentes aspectos da vida urbana.

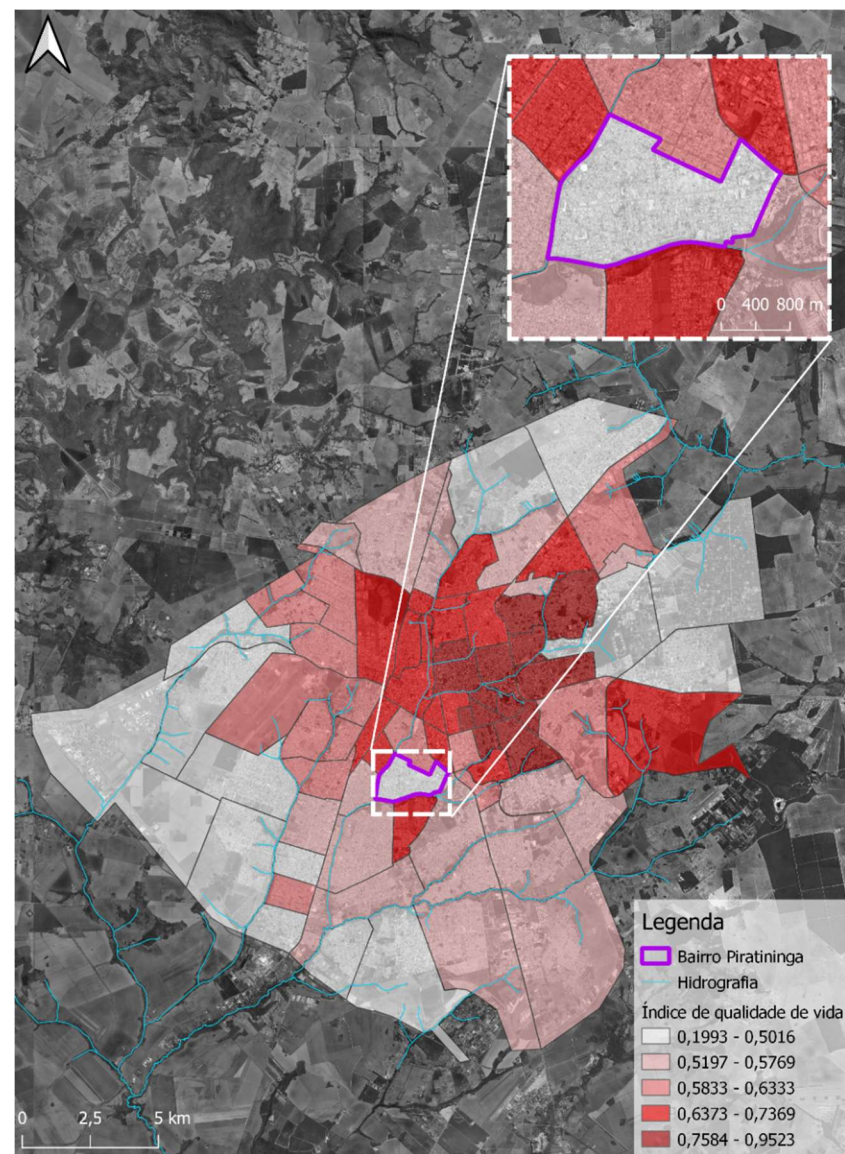


Figura 59 - Mapa de Índice de Qualidade de Vida.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

Enquanto o Índice de Qualidade de Vida indica o que está presente no cotidiano das pessoas, o Índice de Exclusão Social (IES) revela o que está ausente, o quanto determinada população é privada de direitos básicos. Esse índice permite analisar o grau de exclusão a partir de temas como padrão de vida, acesso ao conhecimento e vulnerabilidades juvenis.

De acordo com os dados aplicados à cidade de Campo Grande, observa-se que a exclusão social se espalha de forma desigual, partindo do centro para as bordas da cidade.

No caso específico do Piratininga, o IES varia entre 0,61 e 0,72, colocando-o entre os bairros com os piores indicadores da capital. Essa pontuação revela limitações severas em relação ao acesso a direitos fundamentais, como educação de qualidade, oportunidades de inserção no mercado de trabalho, atendimento em saúde e infraestrutura urbana adequada.

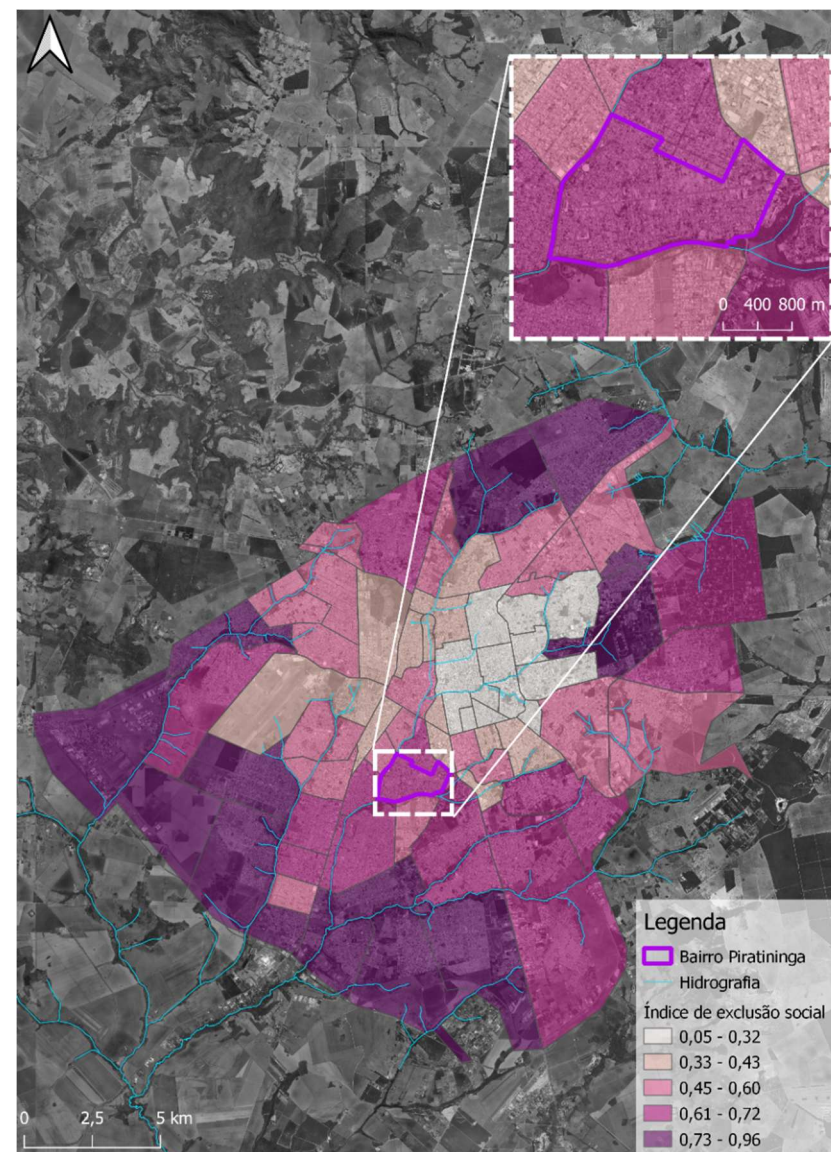


Figura 60 - Mapa de Índice de Exclusão Social.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.3. Carta de Drenagem

A análise da drenagem urbana é essencial antes de se propor qualquer intervenção em áreas urbanas. Em Campo Grande, a Carta de Drenagem elaborada pela Prefeitura divide a cidade em dez bacias hidrográficas, cada uma com diferentes níveis de permeabilidade e criticidade. O bairro Bairro Piratininga está inserido em uma região que apresenta dois graus distintos de criticidade hidrológica: I e VI. O bairro pode ser compreendido como dividido entre essas duas zonas, sendo que o grau VI corresponde à área próxima ao córrego Segredo, onde os problemas de drenagem são mais graves. Já o grau I está associado a áreas com menor risco, geralmente ligadas a condições naturais mais preservadas, como maior cobertura vegetal e menor densidade construtiva.

As áreas de grau VI, por sua vez, enfrentam alagamentos frequentes, sistema de microdrenagem insuficiente, bocas de lobo assoreadas e má distribuição das estruturas de drenagem.

Tabela 1- Resumo da Carta de Drenagem

Grau de Criticidade	Bacias Hidrográficas	Área (km²)	Área Permeável (%)	Área Impermeável (%)
I	Lageado	19,5	86,81%	13,09%
VI	Prosa, Sóter, Revellieu, Botas, Coqueiro, Cascudo, Maracajú	29,9	70,77%	29,23%

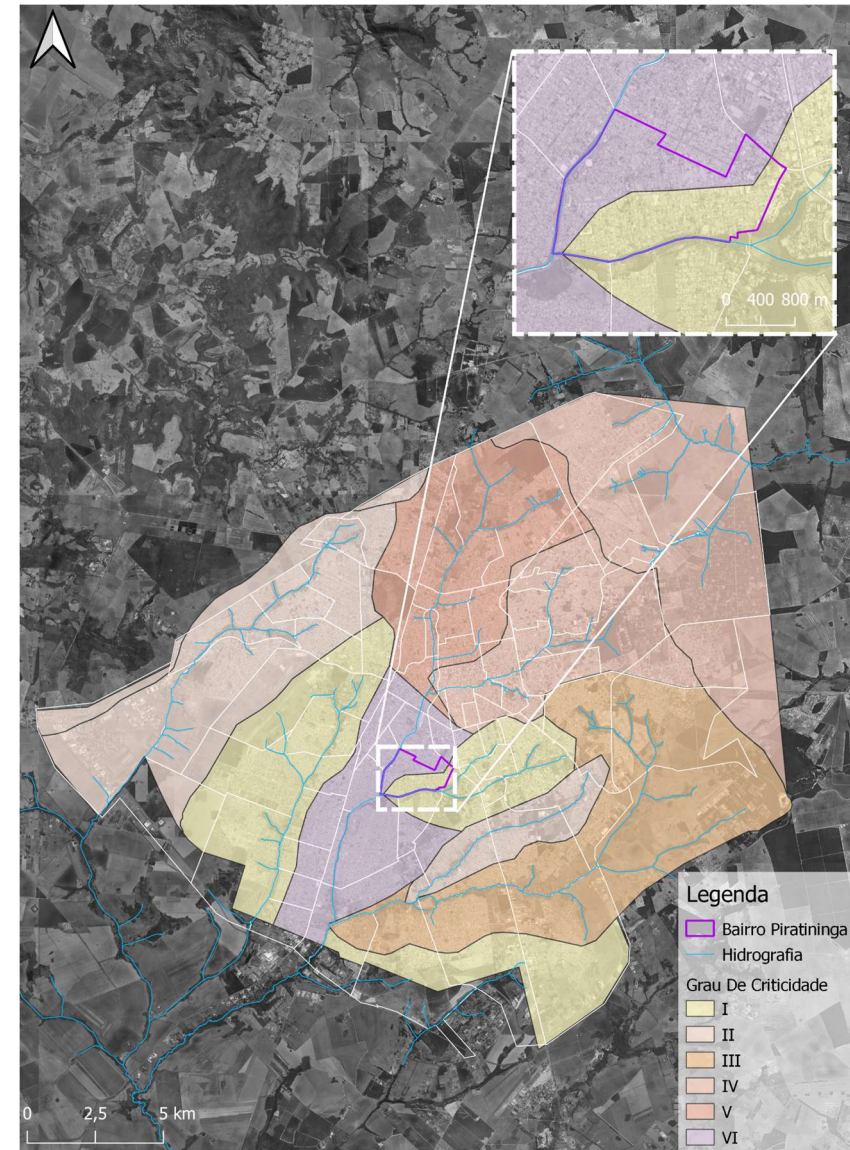


Figura 61 - Carta de Drenagem
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.4. Carta Geotécnica

A Carta Geotécnica de Campo Grande, publicada pela Prefeitura, identifica as características geológicas, geomorfológicas, pedológicas e geotécnicas do solo urbano, com o objetivo de orientar o uso e a ocupação adequada do território. O documento divide a cidade em Unidades Homogêneas, classificadas por categorias (I, II, III e IV), que indicam potenciais e limitações para a implantação de projetos urbanos.

O bairro Bairro Piratininga encontra-se inserido em três Unidades Homogêneas distintas: I, IIIA e IV. A Unidade IV, embora ocupe uma faixa menos extensa do território, está localizada nas proximidades do córrego Segredo, área mais vulnerável do ponto de vista geotécnico. Ela requer maior atenção para instalações subterrâneas e apresenta problemas recorrentes como alagamentos, recalques e erosão das margens, o que exige soluções específicas de drenagem e controle de escoamento.

As outras duas unidades, I e IIIA, compõem grande parte do bairro. A Unidade I corresponde a áreas de menor suscetibilidade à erosão, com solos mais estáveis e nível d'água profundo, o que favorece a ocupação urbana com infraestrutura adequada. A Unidade IIIA, por sua vez, apresenta solos mais erodíveis e com variação de nível d'água entre 4 e 7 metros, exigindo cuidados com fundações, drenagem viária e disposição adequada das águas pluviais.

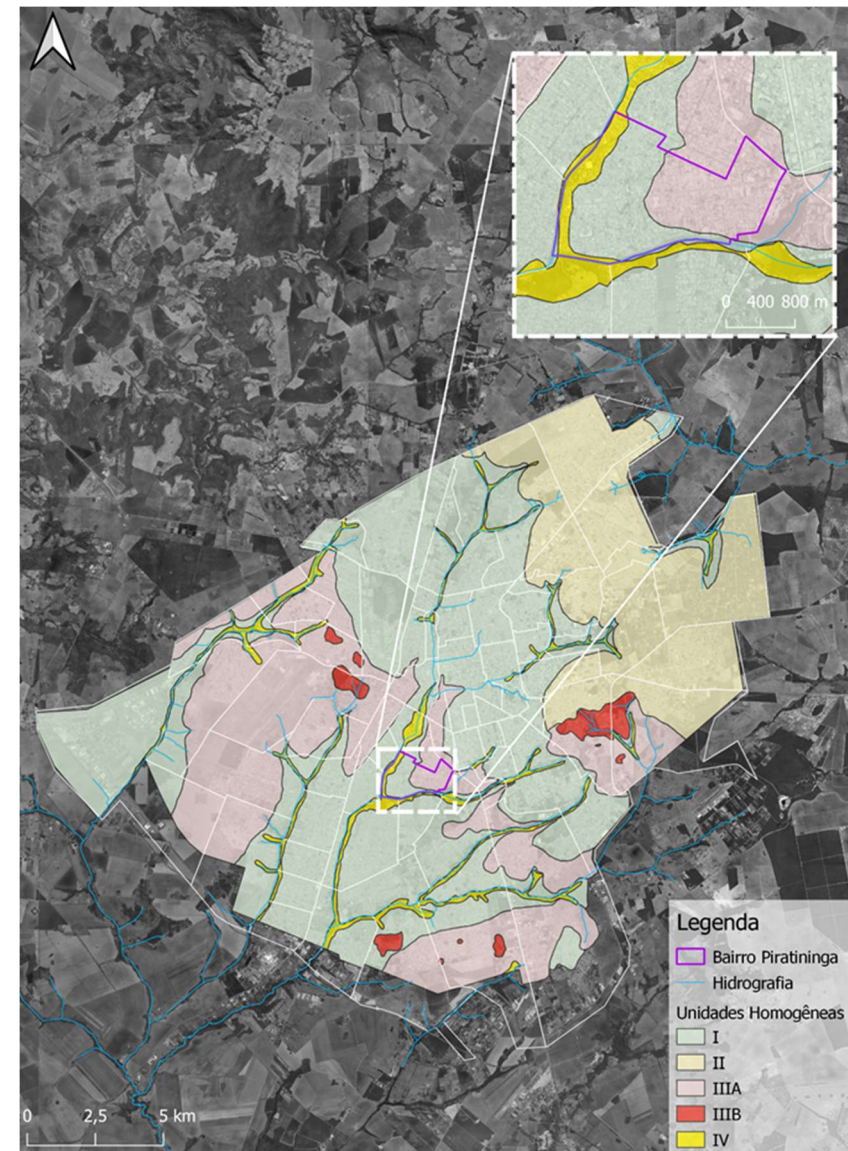


Figura 62 - Carta Geotécnica
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.5. Macrozona Urbana

O Plano Diretor de Campo Grande estabelece diretrizes para o uso e ocupação do solo por meio do macrozoneamento, que abrange tanto as áreas urbanas quanto as rurais do município. Toda a área urbana está inserida na Macrozona Sede, subdividida em três zonas: Macrozona 1, Macrozona 2 e Macrozona 3.

O bairro Bairro Piratininga está inserido na Macrozona 2 (MZ2), classificada como área de adensamento prioritário. Nessa zona, a densidade demográfica líquida prevista é de até 240 habitantes por hectare, enquanto a densidade demográfica total deve respeitar o limite de até 55 habitantes por hectare. A urbanização deve ocorrer de forma estimulada, respeitando a infraestrutura urbana disponível e as condições físicas e ambientais de cada local.

Entre as principais diretrizes para a MZ2, estão o incentivo à ocupação de lotes vazios ou subutilizados, muito comuns no bairro, a implantação de programas habitacionais e a valorização do patrimônio cultural, do meio ambiente e da diversificação das atividades econômicas. O objetivo é promover um desenvolvimento urbano mais eficiente, sustentável e inclusivo.

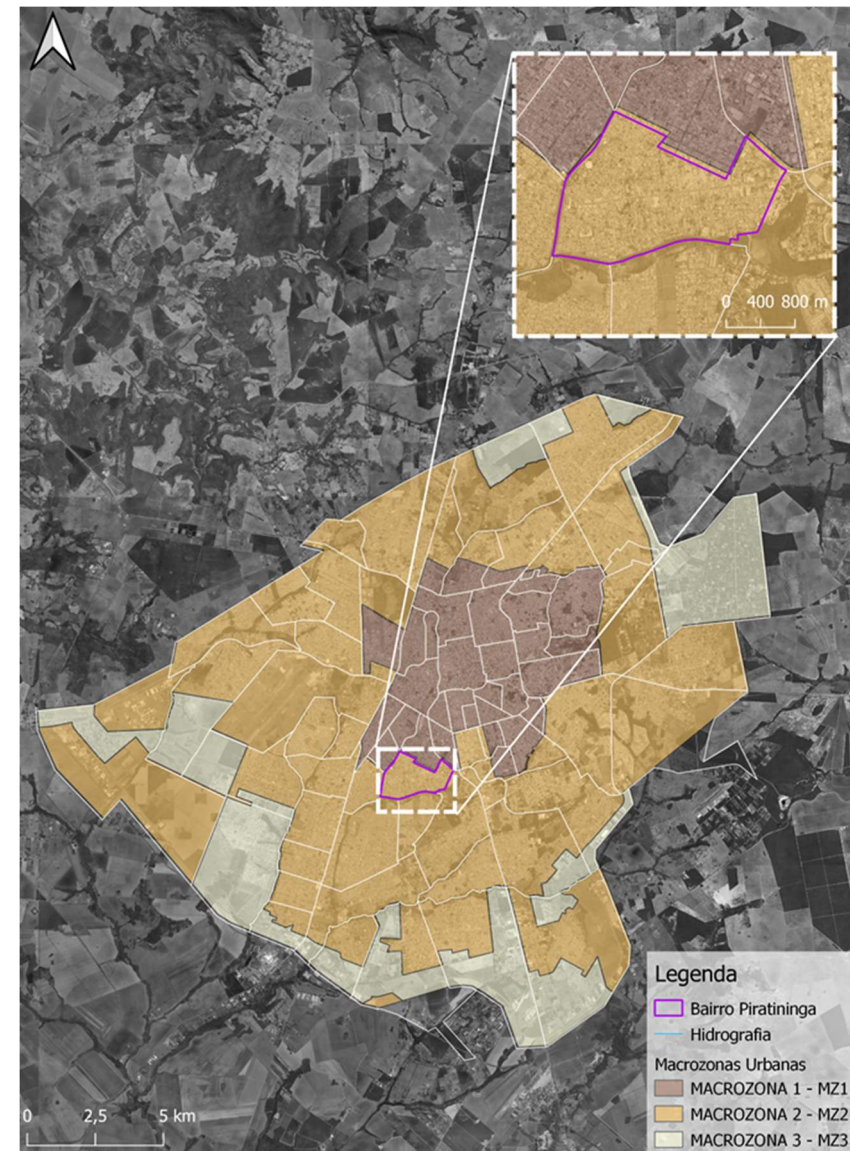


Figura 63 - Mapa de Macrozona Urbana.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.6. Zona Urbana

Assim como o macrozoneamento, o zoneamento urbano é um instrumento fundamental para o ordenamento do uso e ocupação do solo em Campo Grande. Ele determina os usos permitidos em cada área da cidade e define os parâmetros urbanísticos que regulam como os lotes devem ser ocupados e como as edificações podem ser implantadas. Essas diretrizes buscam promover um desenvolvimento urbano equilibrado, com diversidade de atividades, respeitando as condições ambientais e a infraestrutura disponível.

O bairro Bairro Piratininga está inserido na Zona Urbana 3 (Z3), conforme estabelecido no Plano Diretor. Nessa zona, são permitidos usos residenciais, comerciais, de serviços e equipamentos urbanos, com os seguintes parâmetros:

Tabela 2- Zona Urbana 3

Categorias de Usos Permitidos na Zona Urbana 3 (Z3)	
Categoria	Tipos permitidos
Residencial	R1, R2
Comércio Varejista	V1
Serviço	S1, S12
Logística	L1, L3
Área mínima do lote	E4
Índices Urbanísticos Aplicáveis à Zona Urbana 3 (Z3)	
Taxa de ocupação	50%
Taxa de permeabilidade	12,5%
Coeficiente de aproveitamento	1
Índice de Elevação (IE)	2
Recuos mínimos	Frente livre Lateral e fundos livre
Área mínima do lote	360 m ²
Testada mínima	Esquina: 15m Meio de quadras: 12m

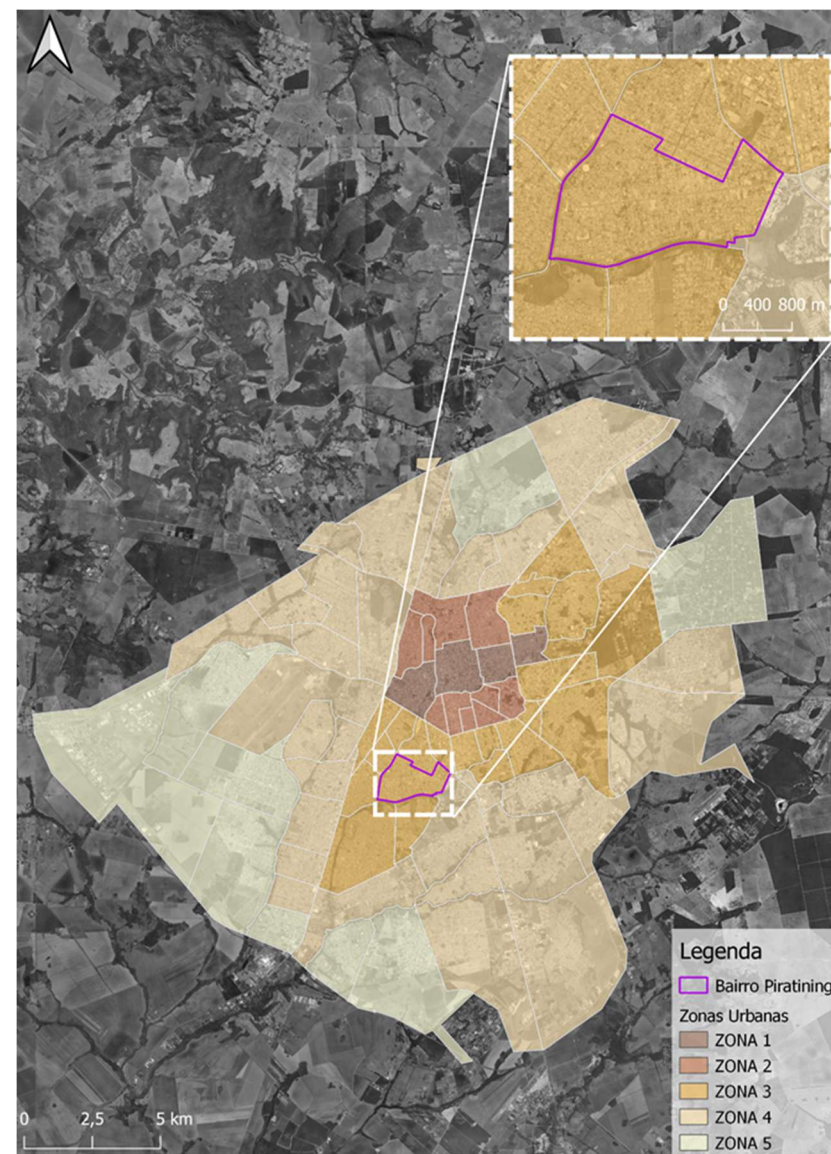


Figura 64 - Mapa de Zona Urbana.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.7. Zona Ambiental

O Plano Diretor de Campo Grande estabelece a divisão da área urbana em cinco Zonas Ambientais (ZA), com o objetivo de orientar o ordenamento e a gestão ambiental do território. Essa classificação é baseada em análises geotécnicas, hídricas e topográficas, realizadas em toda a extensão urbana da cidade, e serve como referência para empreendimentos públicos e privados quanto à preservação ambiental.

Cada Zona Ambiental define a **Taxa de Relevância Ambiental (TRA)** mínima, a ser aplicada em projetos de intervenção urbana, além de estabelecer a **taxa de permeabilidade** exigida para cada área, com a finalidade de reduzir e prevenir enchentes e inundações. Outros parâmetros importantes definidos são o **Fator Alfa**, que se relaciona com a cobertura vegetal existente, e o **Fator Beta**, associado às condições de drenagem da região.

O bairro Bairro Piratininga está inserido na **Zona Ambiental 3 (ZA3)**, a mesma que abrange bairros como Parati, Aero Rancho, Tiradentes, TV Morena e Mata do Jacinto. Para esta zona, os parâmetros definidos são os seguintes:

TAXA DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL				
Zona Ambiental	Taxa de permeabilidade	TRA Mínimo	Fator Alfa	Fator Beta
ZA 3	25%	0,40	0,50	0,50

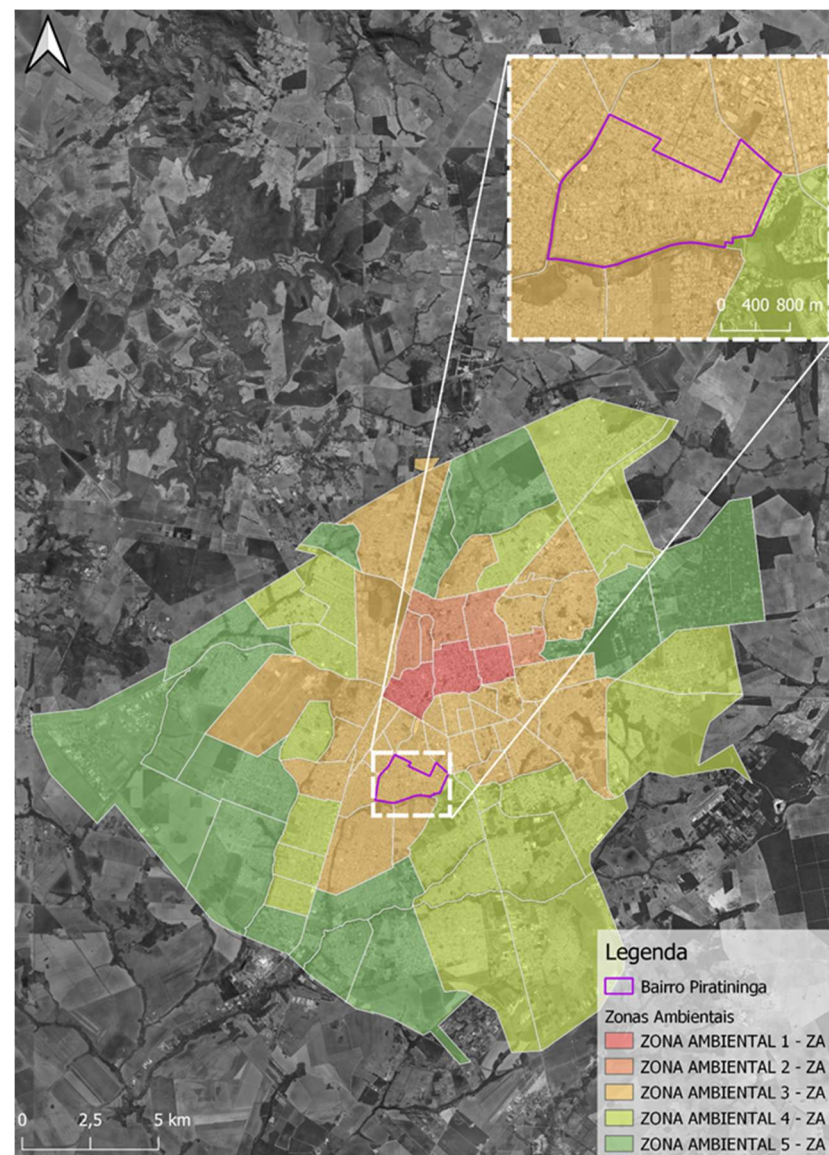


Figura 65 - Mapa de Zona Ambiental.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.8. Zona de Interesse Ambiental

De acordo com o Plano Diretor de Campo Grande, as **Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA)** são porções do território que apresentam características naturais, culturais ou paisagísticas relevantes para a preservação de ecossistemas e a manutenção da biodiversidade. Essas áreas são reconhecidas por sua importância ambiental e estão descritas no Anexo 15 da legislação municipal.

As ZEIAS foram classificadas em cinco categorias distintas, sendo que o **bairro Bairro Piratininga** está inserido na **ZEIA 1**, que corresponde às **Áreas de Preservação Permanente (APP)**. Essas áreas podem estar cobertas ou não por vegetação nativa e têm como função ambiental proteger os recursos hídricos, a paisagem, o solo e a biodiversidade, além de facilitar o fluxo gênico de fauna e flora e contribuir para a qualidade de vida da população.

A delimitação da ZEIA 1 inclui cursos d'água naturais, como córregos perenes e intermitentes, nascentes, veredas e áreas no entorno de lagos. No caso do bairro Bairro Piratininga, essa zona acompanha o trecho do **córrego Segredo**, que corta parte do território e está inserido em área sensível sob proteção ambiental.



Figura 66 - Mapa de Zona Especial de Interesse Ambiental.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.9. Zona de Interesse Social

De acordo com o Plano Diretor de Campo Grande, as **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)** são áreas do território urbano destinadas à regularização fundiária e à produção de habitação de interesse social, podendo abranger tanto ocupações consolidadas quanto áreas disponíveis para novos empreendimentos habitacionais, conforme previsto na legislação municipal.

No bairro em estudo, estão presentes as duas categorias de ZEIS: **ZEIS 1 e ZEIS 2**. A ZEIS 1 corresponde às áreas com ocupações irregulares já consolidadas, onde o Poder Público atua na promoção da regularização fundiária e urbanística, garantindo melhores condições de infraestrutura e segurança jurídica aos moradores. Já a ZEIS 2 abrange terrenos não edificadas, subutilizados ou deteriorados, destinados à implantação de projetos habitacionais de interesse social, os quais devem ser urbanizados e equipados com infraestrutura adequada.



Figura 67 - Mapa de Zona Especial de Interesse Ambiental.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.10. Uso e Ocupação do Solo

De acordo com o Plano Diretor, os usos dos empreendimentos públicos e privados em Campo Grande devem seguir os índices urbanísticos da Zona Urbana em que se inserem, influenciando diretamente a dinâmica de ocupação, densidade e movimentação nas diferentes regiões da cidade.

No caso do bairro Bairro Piratininga, observa-se, com base no mapa de uso do solo, um predomínio marcante de áreas residenciais, distribuídas de forma homogênea em grande parte do território. A maioria das quadras é ocupada por moradias unifamiliares, o que reforça o caráter essencialmente habitacional do bairro.

As atividades comerciais e de serviços estão concentradas principalmente ao longo de vias estruturantes, como a Avenida Manoel da Costa Lima e a Avenida das Bandeiras. Nessas avenidas, há maior diversificação de usos, com presença de estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, escolas, igrejas e alguns equipamentos públicos que ativam o espaço urbano.

Além disso, há poucos lotes com usos religiosos e praticamente nenhum uso industrial, o que é coerente com o zoneamento da Zona Urbana 3 (Z3), que restringe atividades de maior impacto ambiental e urbano.

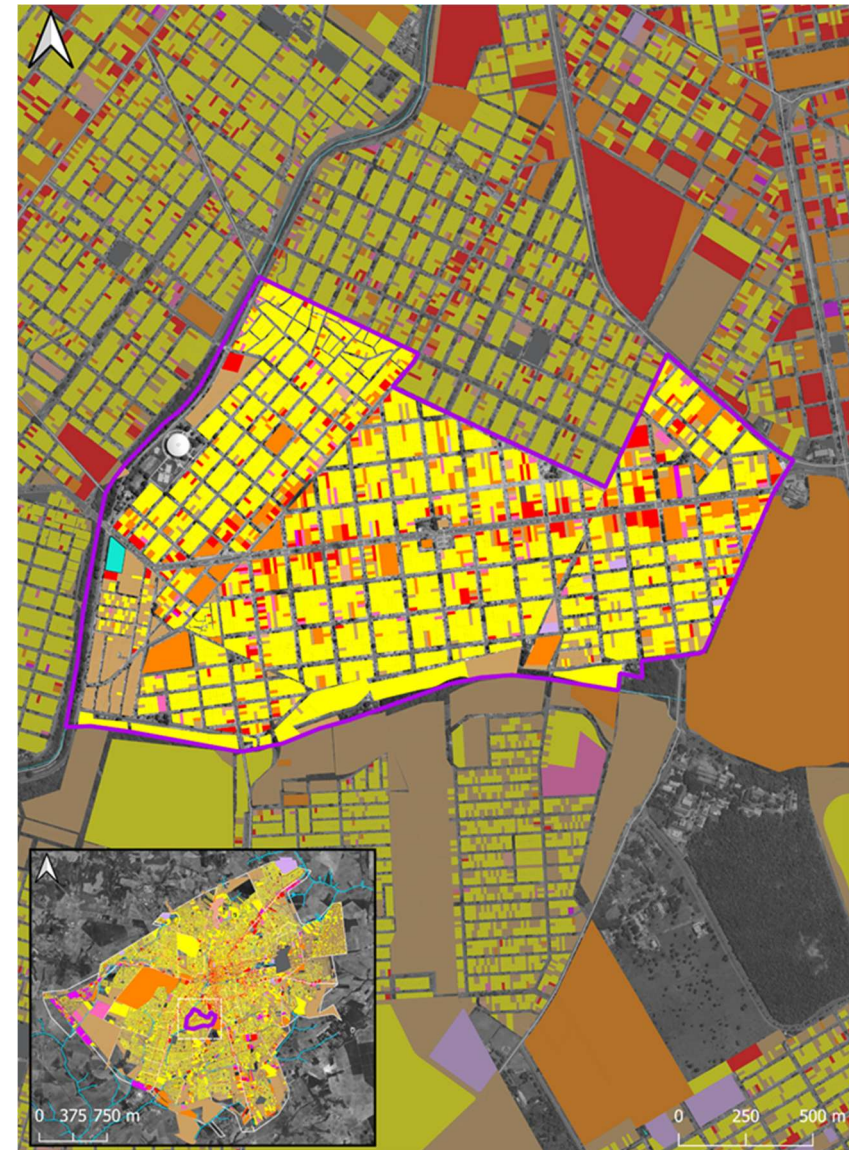


Figura 68 - Mapa de Uso e ocupação dos solos.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.11. Hierarquia Viária

De acordo com a hierarquia viária estabelecida no Plano Diretor, observa-se que o bairro Bairro Piratininga é composto por vias arteriais e coletoras que estruturam o acesso e a circulação interna da região. O bairro é delimitado por importantes vias arteriais, como a Avenida Manoel da Costa Lima, a Avenida Georges Chaia (ao sul) e a Avenida das Bandeiras (a oeste), que conectam o bairro a outras regiões da cidade e apresentam alto volume de tráfego.

No interior do bairro, destacam-se vias coletoras como a Rua Pedro de Toledo, Rua Antônio Correa, Rua Pedro Leão, Rua Pasteur e Rua Anhanguera, que distribuem o tráfego local e garantem a ligação entre os setores residenciais e as avenidas arteriais.

Essa configuração proporciona boa conectividade, mas também exige atenção para o controle da velocidade e segurança viária, especialmente nas vias com grande fluxo de veículos e uso misto do solo.

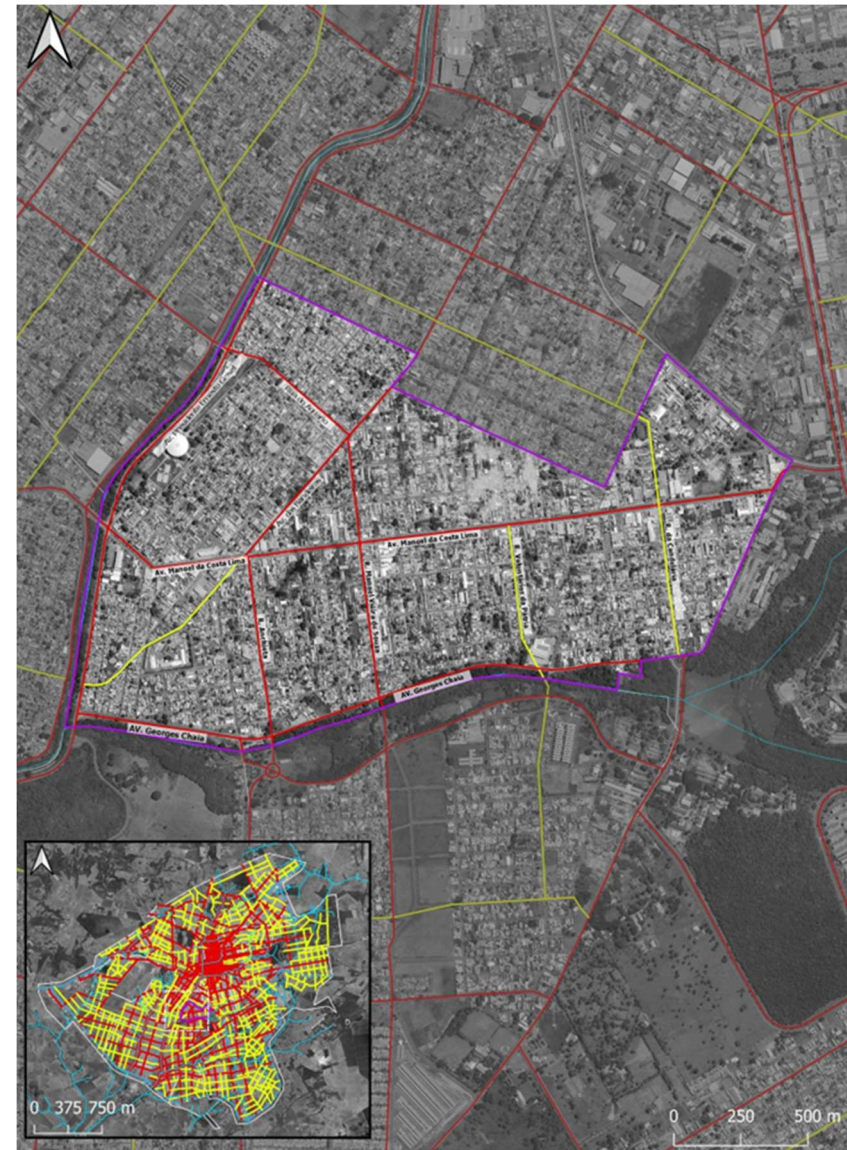


Figura 69 - Mapa da Hierarquia Viária.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.12. Mobilidade Urbana

De acordo com o contexto urbano do bairro Piratininga, observa-se que o terminal de transporte mais próximo está localizado no bairro Morenã, o que influencia diretamente as opções de mobilidade dos moradores. No bairro Piratininga, não há presença de ciclovias, limitando as alternativas para deslocamento por meio não motorizado. No entanto, nas proximidades, é possível encontrar ciclovias situadas em vias importantes como a Rua da Divisão, a Avenida Fábio Zahran (na via Morena) e na Avenida Costa e Silva. Essas estruturas viárias externas ao bairro contribuem para ampliar a acessibilidade por bicicletas e outros meios não motorizados, mesmo que ainda não atendam diretamente à população do Piratininga.

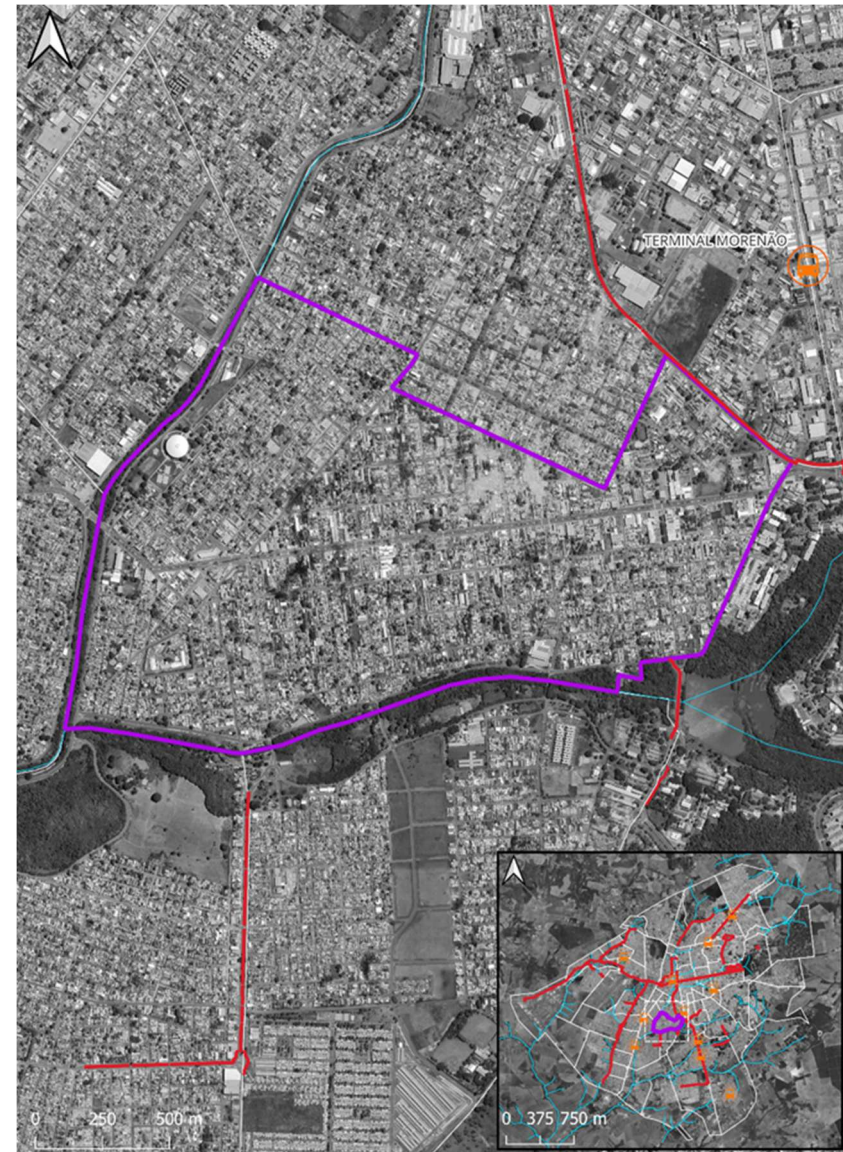


Figura 70 - Mapa de mobilidade urbana.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.13. Vazios Urbanos

Conforme previsto no Artigo 110 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA), a ocupação dos vazios urbanos e imóveis subutilizados e não utilizados deve ocorrer por meio da realização de projetos habitacionais em áreas já consolidadas e dotadas de infraestrutura adequada. O plano incentiva também o reaproveitamento desses imóveis, lotes vazios e trechos subutilizados do tecido urbano para a criação de novas opções de moradia, bem como a requalificação de imóveis de interesse cultural que estejam abandonados ou em ruínas, buscando sua valorização.

Além disso, o PDDUA destaca a importância do incremento de áreas institucionais, a implantação de parques e praças, e o desenvolvimento de projetos ambientais que valorizem os espaços livres existentes. Essas intervenções devem considerar o atendimento e a manutenção da população residente na região, garantindo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

Os vazios urbanos com alta permeabilidade do solo e significativa vegetação, que oferecem funções ecológicas e serviços ambientais, são preferencialmente destinados à formação de espaços livres voltados ao lazer e à integração social, promovendo a sustentabilidade ambiental e o equilíbrio urbano.

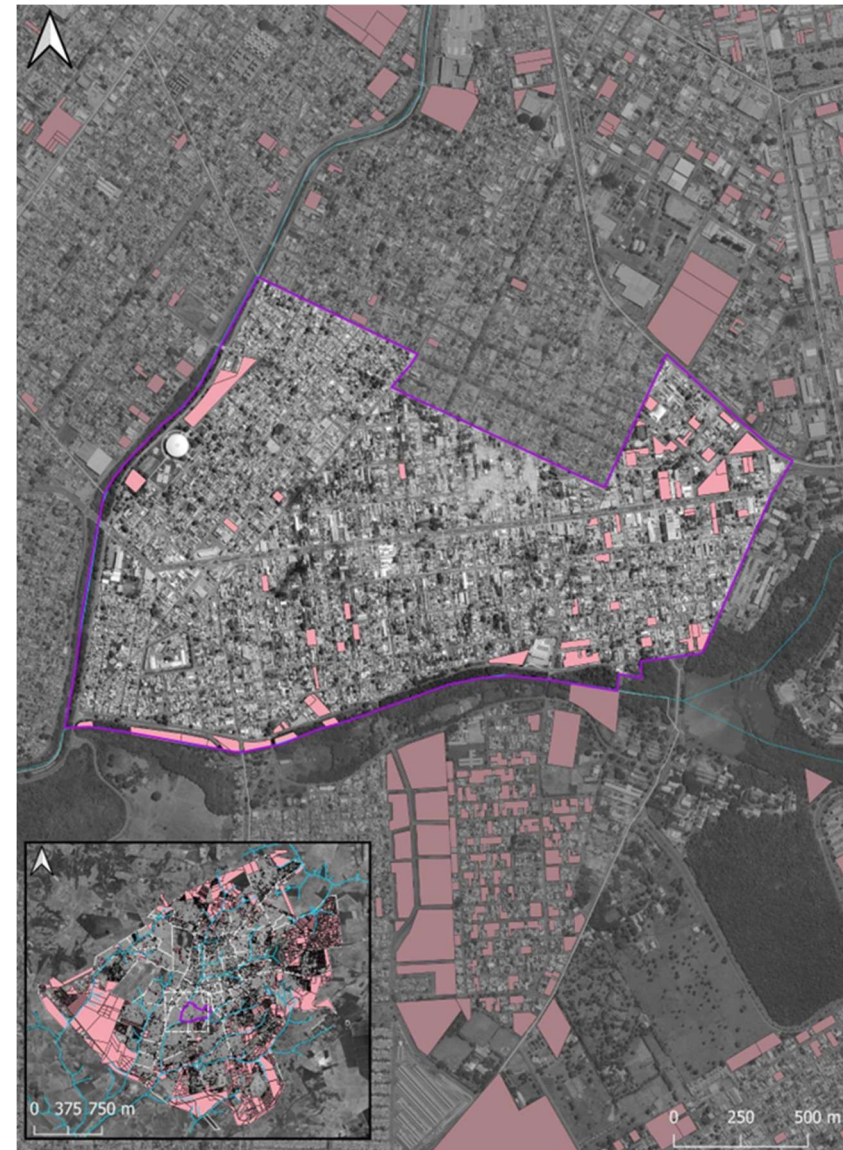


Figura 71 - Mapa de vazios urbanos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.14. Equipamentos Comunitários

A presença e a boa distribuição dos equipamentos comunitários são essenciais para garantir o acesso da população aos serviços básicos, incentivando o deslocamento a pé ou por transporte público e reduzindo o tempo de percurso diário.

Como Campo Grande ainda não definiu raios oficiais de abrangência para esses equipamentos, foram adotadas, neste estudo, as referências estabelecidas pelo Plano Diretor de Goiânia, conforme a Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022.

No bairro analisado, há a presença de cinco Centros de Educação Infantil (CEINFs), uma escola estadual, duas escolas municipais e uma praça. Há também uma Unidade Básica de Saúde (UBS), uma Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) e um Centro de Convivência do Idoso. Além disso, o bairro conta com dois parques lineares — um às margens do Anhanduí e outro do Córrego Bandeira —, além de uma delegacia de polícia, o que representa uma boa cobertura de serviços essenciais no território.

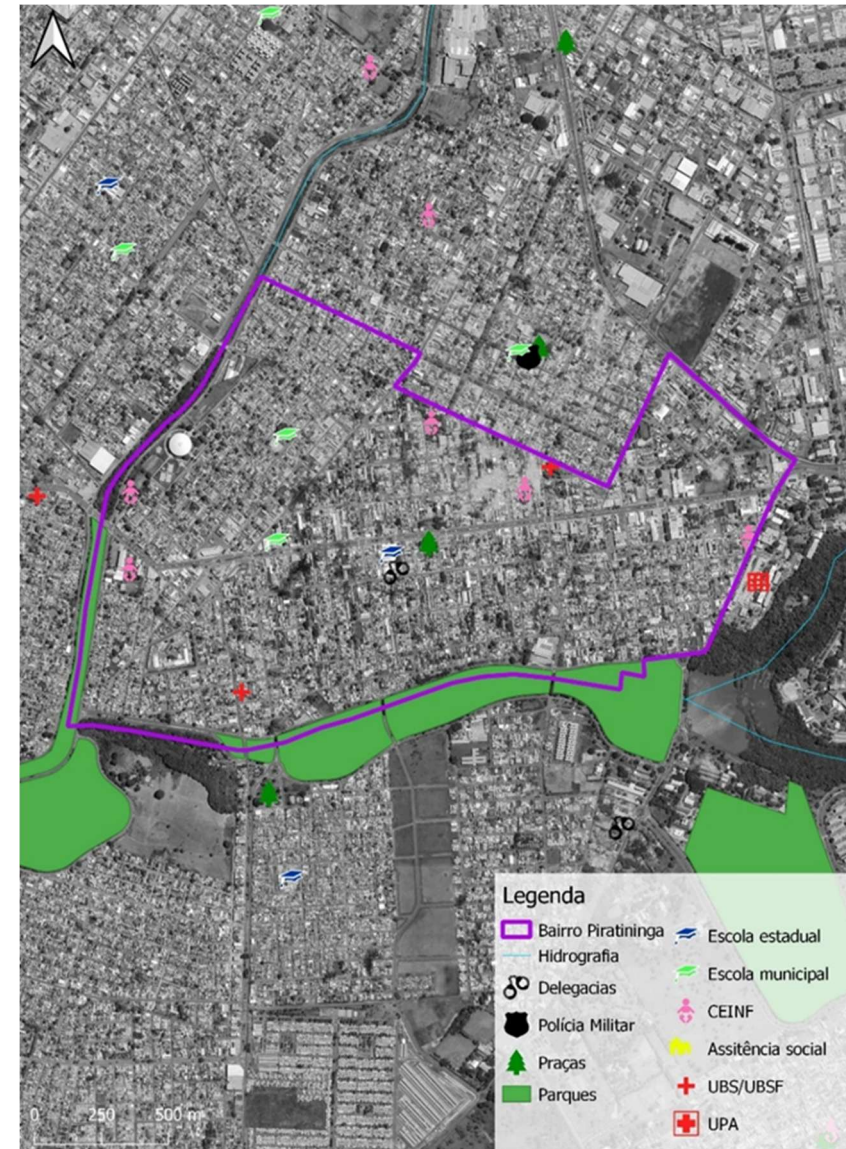


Figura 72 - Mapa de equipamentos comunitários.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.14.1. Educação

Com base no raio de abrangência de 800 metros adotado pelo Plano Diretor de Goiânia para os Centros de Educação Infantil (CEINFs), observa-se que o bairro conta com cinco unidades localizadas em seu interior: CEINF Nova Esperança, CEINF Nhanhá, CEINF Piratininga, CEINF Iber Gomes de Sá – Jôquei Clube e CEINF Ipiranga. Esses equipamentos estão bem distribuídos pelo território, permitindo que boa parte dos moradores tenha acesso à educação infantil em percursos compatíveis com o deslocamento a pé.

Além dessas unidades, destaca-se o CEINF Marcos Roberto, localizado fora do bairro, mas cujo raio de abrangência alcança parte dos parcelamentos Promorar e Getúlio Barbosa.

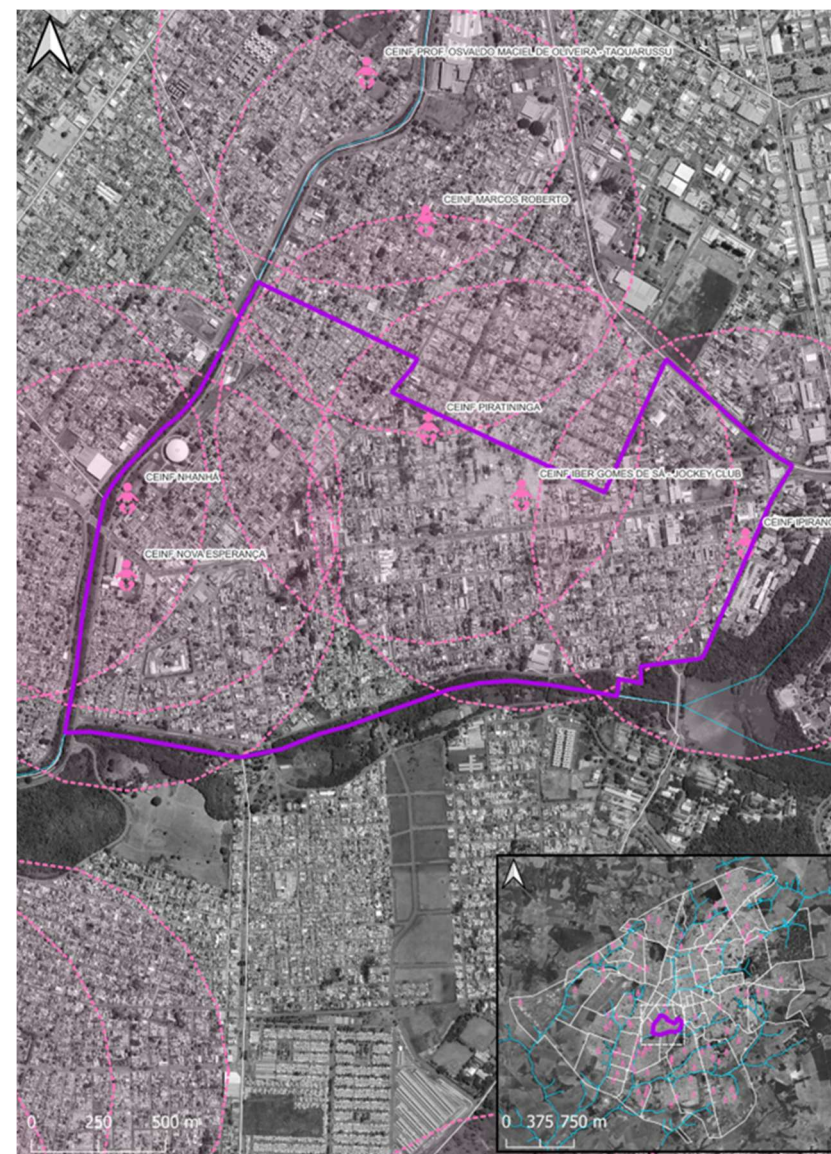
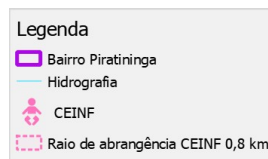


Figura 73 - Mapa CEINFs.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.14.2. Educação

Quanto às escolas estaduais, dentro do bairro encontra-se apenas a Escola Estadual Amando de Oliveira. Próximo ao seu limite há também outras instituições que contribuem para o atendimento educacional da região, como a Escola Estadual Dona Consuelo Muller e a Escola Estadual Maestro Heitor Villa-Lobos. Considerando o raio de abrangência de 3.000 metros, adotado pelo Plano Diretor de Goiânia, observa-se que há uma ampla cobertura no entorno do bairro, com aproximadamente 18 escolas estaduais fazendo sobreposição de áreas e garantindo atendimento em diversas partes do território.

A escola localizada dentro do bairro, por sua vez, é suficiente para abranger toda a sua extensão, consolidando o acesso local ao ensino fundamental e médio e favorecendo a permanência dos estudantes em seu próprio entorno residencial

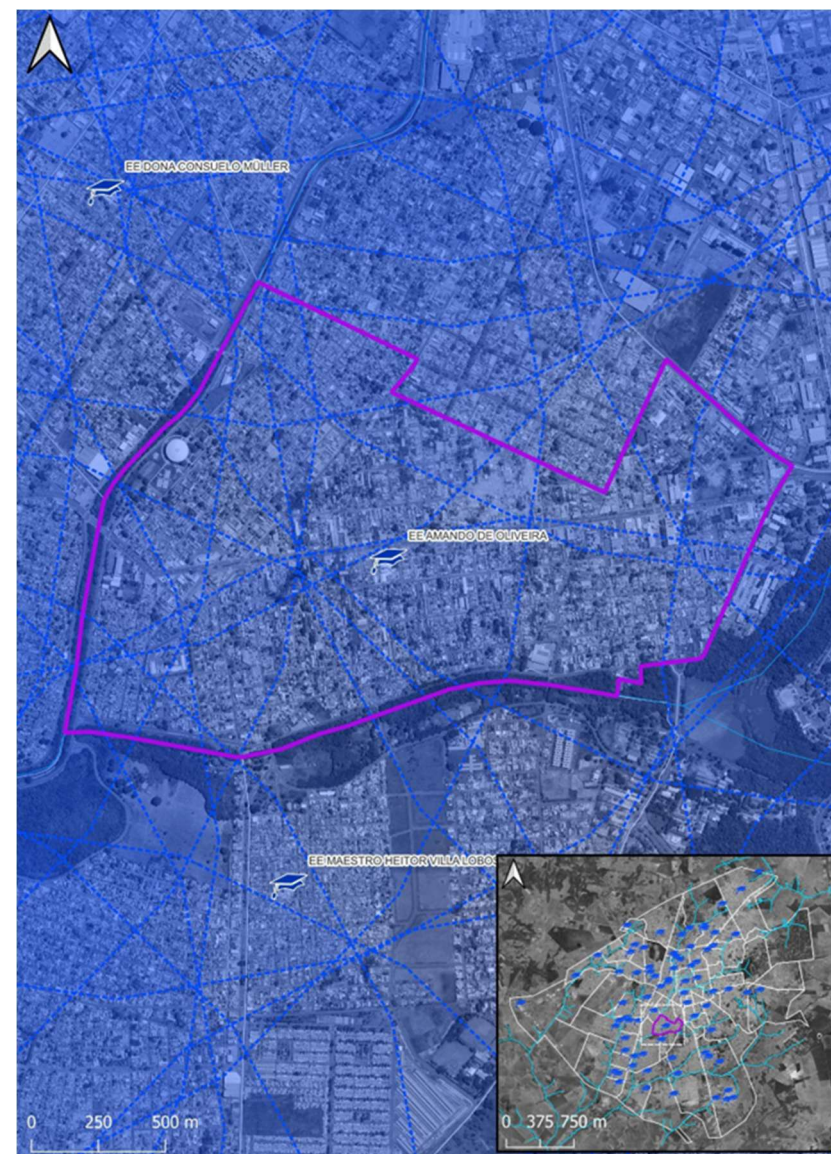
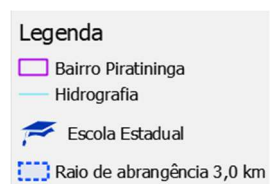


Figura 74 - Mapa de Escolas Estaduais.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.14.3. Educação

O bairro conta com duas escolas municipais: a Escola Municipal Professora Adair de Oliveira e a Escola Municipal Padre Heitor Castoldi, ambas localizadas dentro do seu perímetro. Em seu entorno, também há instituições próximas que reforçam a rede de atendimento, como a Escola Municipal Padre José Valentim e a Escola Municipal Professora Brígida Ferraz. Com base no raio de abrangência de 1.500 metros, conforme definido no Plano Diretor de Goiânia, grande parte do território é atendida por essas unidades. No entanto, observa-se que a região do parcelamento Ipiranga apresenta deficiência de cobertura, ficando fora do alcance direto dessas escolas.

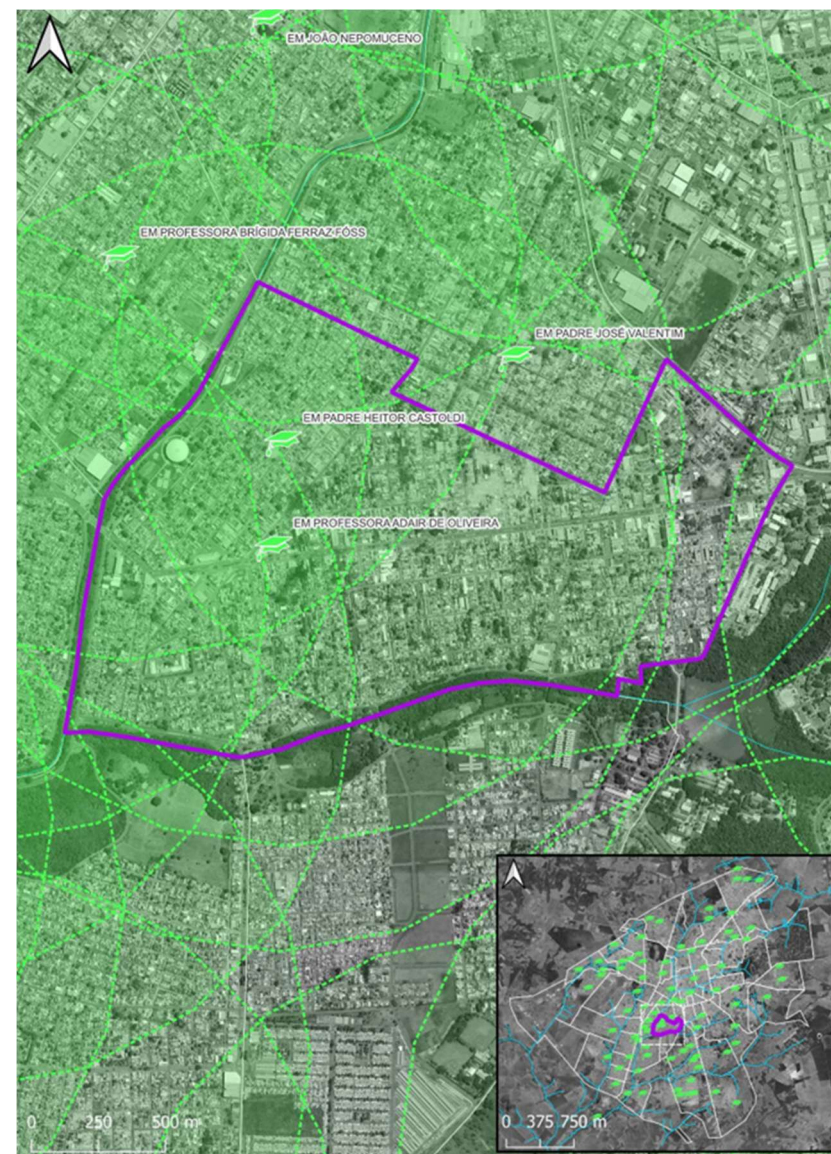


Figura 75 - Mapa de Escolas Municipais.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.14.4. Saúde

O bairro conta com duas unidades básicas de saúde: a Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Nova Esperança e a Unidade Básica de Saúde (UBS) Doutor Jorge David Nasser. Além disso, nas proximidades, a UBS Engenheiro Arthur Hokama também contribui para o atendimento da população local.

Considerando o raio de abrangência de 5.000 metros adotado para UBS e UBSF, essas unidades, juntamente com outras da região, garantem uma cobertura satisfatória para o bairro.

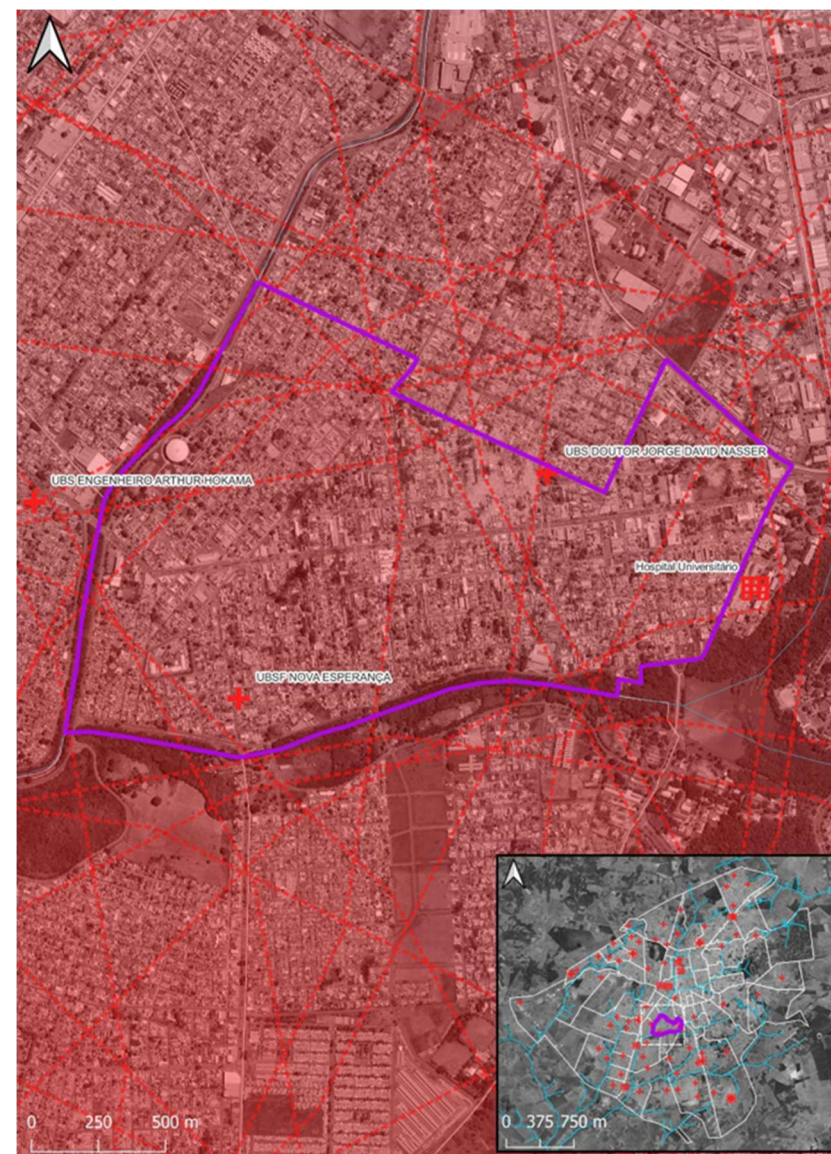


Figura 76 - Mapa de UBS/UBSF.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.14.5. Saúde

O bairro não possui Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em seu território. A UPA mais próxima é a do Leblon, que apresenta a maior abrangência territorial, cobrindo grande parte da área estudada. Das seis UPAs existentes na região, apenas a UPA Santa Mônica e a UPA Joel Rodrigues da Rocha – Moreninha não abrangem a área do parcelamento Nhanhá. As demais quatro UPAs possuem raio de atendimento definido em 8.000 metros, conforme previsto no Plano Diretor de Goiânia, atendendo satisfatoriamente o bairro e seus arredores.

Embora os hospitais: Hospital Universitário, Hospital Regional e Hospital Infantil São Lucas, não estejam localizados nas redondezas imediatas do bairro, eles são incluídos na lista devido à sua abrangência regional, conforme definido pelo Plano Diretor de Goiânia. Essas instituições atuam como centros de referência para atendimentos de média e alta complexidade, atendendo não só a população local, mas também moradores de áreas vizinhas.

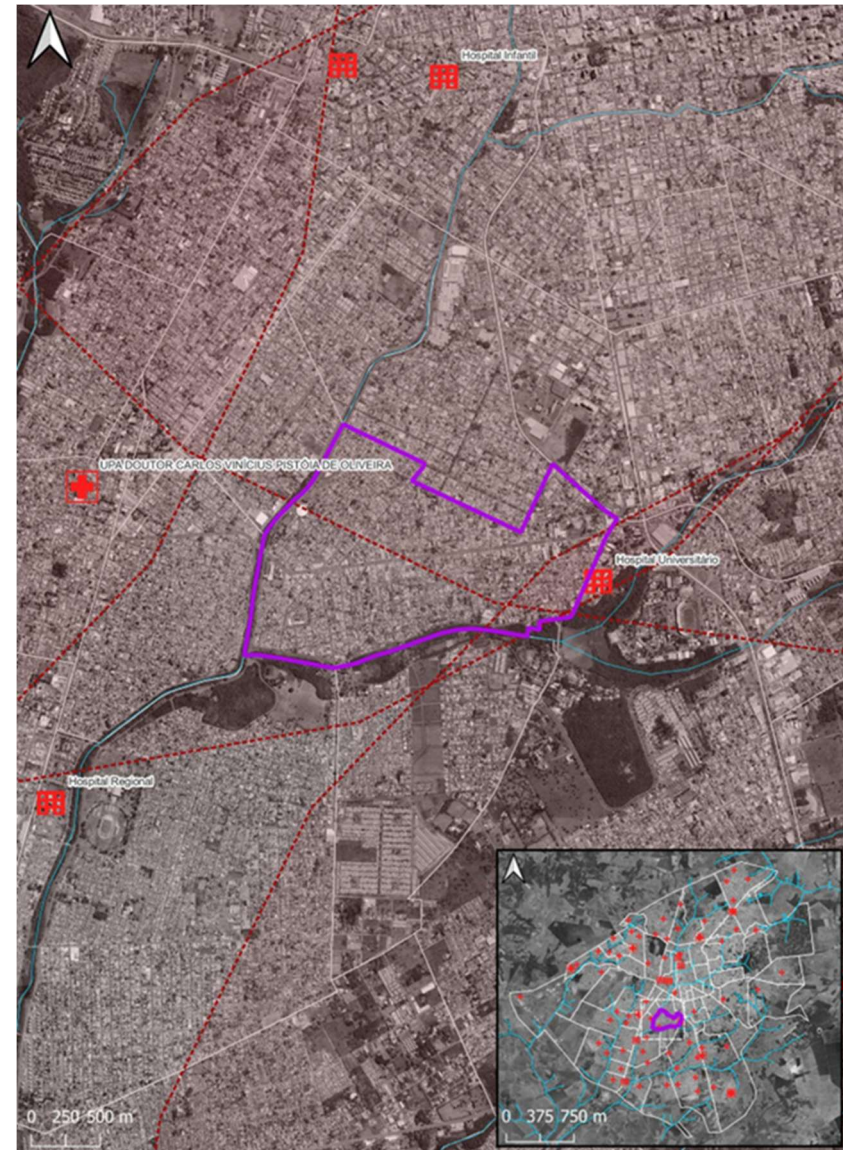


Figura 77 - Mapa de UPA e Hospitais.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.14.6. Assistência Social

O bairro conta com um importante equipamento de assistência social, o Centro de Convivência do Idoso, localizado na Rua Manoel da Costa Lima. Esse espaço tem papel fundamental na promoção do bem-estar e na inclusão social dos idosos da comunidade, oferecendo atividades culturais, recreativas e de apoio que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dessa parcela da população.

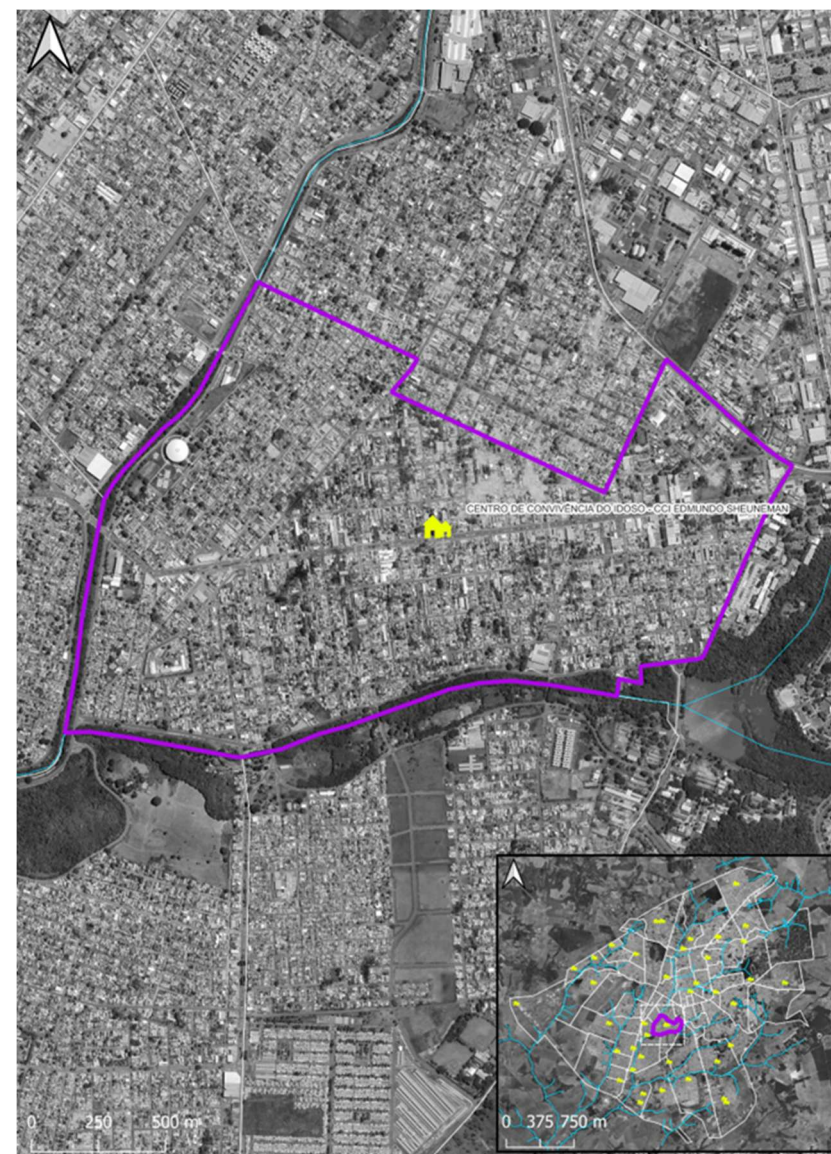


Figura 78 - Assistência social.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.14.7. Lazer

O bairro conta com algumas áreas de lazer importantes, como a Praça Fernão Dias, que também abriga a tradicional feira do Piratininga, oferecendo um espaço para convivência e atividades comunitárias. Além disso, existem dois parques lineares ao longo dos córregos Anhanduí e Bandeira, que proporcionam espaços verdes para recreação e contato com a natureza dentro do território.

Fora dos limites do bairro, mas próximos, estão o Centro de Lazer Mário José Mendonça, localizado no Jóquei Clube, que dispõe de pista de skate e quadras esportivas, e a Praça Nossa Senhora de Guadalupe, que também oferece opções de lazer para a população da região.

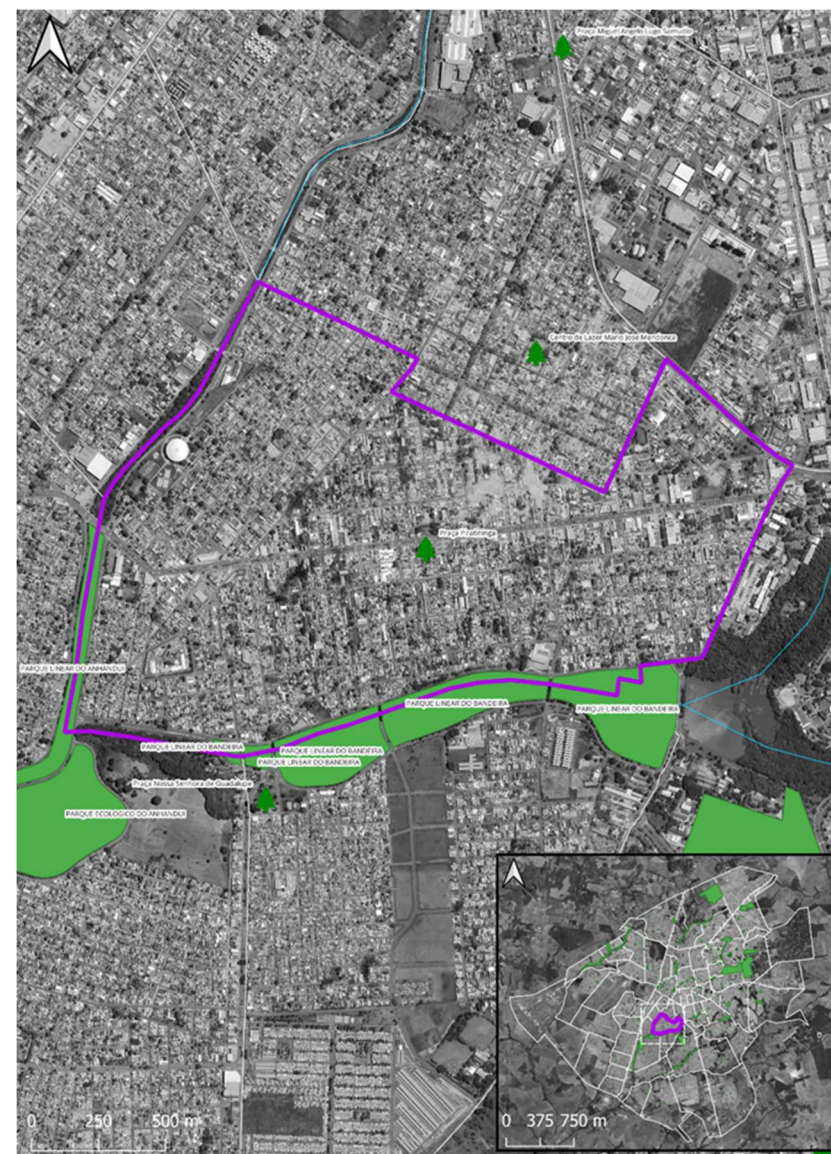


Figura 79 - Áreas de lazer.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.14.8. Segurança

No que diz respeito à Guarda Municipal, o bairro não conta com nenhuma unidade localizada em seu território. As unidades mais próximas estão situadas fora do perímetro do bairro e não abrangem diretamente a sua área, considerando um raio de 2.000 metros. Apenas uma pequena porção do parcelamento Nova Esperança e parte do Jardim Nhanhá encontram-se dentro dessa área de cobertura, deixando a maior parte do bairro sem cobertura efetiva da Guarda Municipal.

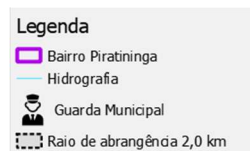


Figura 80 - Guarda Civil.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.3.14.9. Segurança

O bairro conta com uma delegacia localizada na Rua Manoel da Costa Lima, o que contribui para a segurança e atendimento das demandas da população local. Embora não exista uma unidade da Polícia Militar dentro do bairro, há um batalhão situado nas proximidades, no Jóquei Clube.

Tanto a delegacia quanto a unidade da Polícia Militar possuem raio de abrangência regional, o que permite que o bairro esteja dentro de suas áreas de atendimento. Essa cobertura amplia a presença institucional na região, mesmo que fisicamente as estruturas estejam localizadas fora do perímetro do bairro, garantindo suporte em situações de segurança pública e policiamento ostensivo.

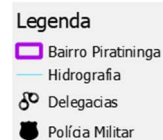


Figura 81 - Polícia militar e delegacias.
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.4. Análise dos questionários

A elaboração de um projeto de intervenção urbana exige o diagnóstico do local e a compreensão das dinâmicas de uso, permanência e apropriação do espaço. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa qualitativa com moradores e frequentadores do bairro Piratininga, especificamente do Parcelamento Nanhá, com o objetivo de compreender percepções, necessidades e desejos da comunidade em relação ao Guanandizão e seu entorno.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, os dados não buscam representar estatisticamente toda a população, mas auxiliar na leitura sensível do território. Foram ouvidas pessoas de diferentes faixas etárias, incluindo crianças, adultos e idosos, permitindo identificar demandas que contribuiriam para a definição das diretrizes projetuais.

A primeira questão buscou identificar a relação dos entrevistados com a área estudada, distinguindo moradores, frequentadores e pessoas sem vínculo direto com o local.

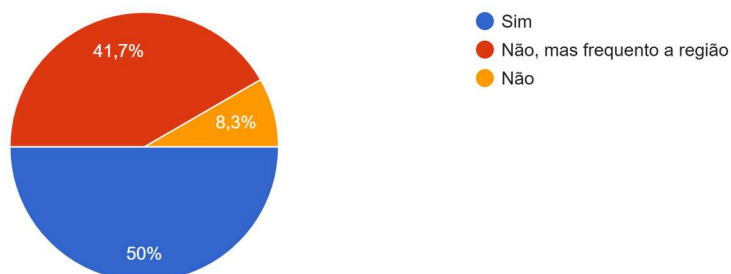


Gráfico 01 – Relação dos entrevistados com o parcelamento.
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A partir desse dado, foi possível compreender o grau de proximidade dos participantes com o território, contribuindo para avaliar se as respostas partem de vivências cotidianas ou de usos ocasionais do espaço.

A segunda questão analisou a frequência com que os entrevistados utilizam ou passam próximo ao Guanandizão, permitindo observar o nível de contato da população com a área de intervenção.

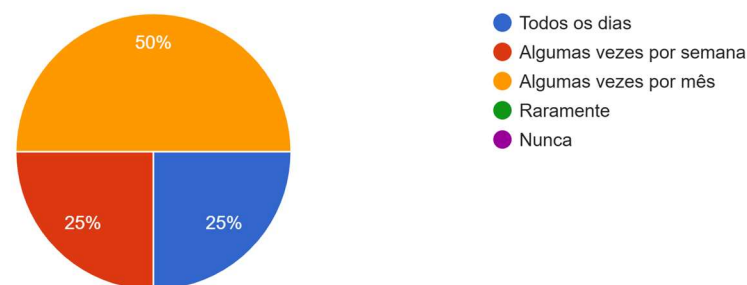


Gráfico 02 – Frequência de uso ou passagem dos entrevistados pelo entorno do Guanandizão.
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Esse resultado indica se o espaço já faz parte da rotina dos moradores e frequentadores ou se ainda apresenta baixo nível de apropriação, reforçando a necessidade de qualificá-lo como área de permanência e convivência.

A terceira questão abordou a avaliação atual do Guanandizão e de seu entorno, considerando a percepção dos entrevistados sobre as condições físicas e urbanas do local.

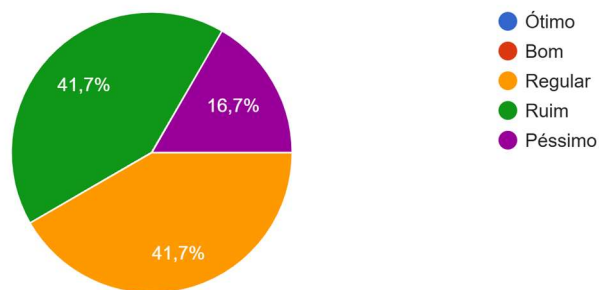


Gráfico 03 – Avaliação atual do Guanandizão e de seu entorno.
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A análise dessa percepção contribui para o diagnóstico da área, evidenciando a necessidade de melhorias que tornem o espaço mais adequado, seguro e atrativo para a comunidade.

A quarta questão buscou identificar os principais problemas percebidos no entorno do Guanandizão, como falta de iluminação, insegurança, terrenos subutilizados, ausência de espaços infantis, poucas opções de lazer e falta de manutenção.

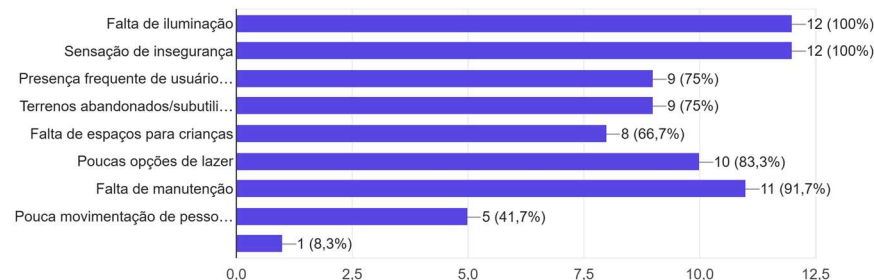


Gráfico 04 – Principais problemas percebidos no entorno do Guanandizão.
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Esses apontamentos foram fundamentais para orientar as diretrizes do projeto, indicando a necessidade de melhorar a iluminação, ativar áreas ociosas, ampliar os usos e incentivar maior permanência da população no espaço.

A quinta questão abordou a importância da criação de uma área infantil no local.

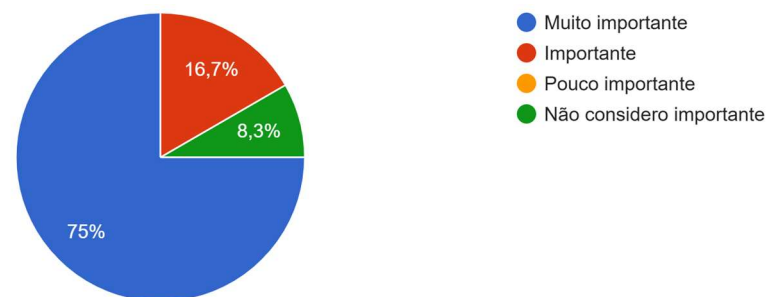


Gráfico 05 – Importância atribuída à criação de uma área infantil.
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Esse dado contribui para justificar a inclusão de espaços voltados às crianças e às famílias, ampliando o caráter social e intergeracional da proposta.

A sexta questão buscou compreender a relação dos entrevistados com feiras livres, gastronômicas ou de artesanato.

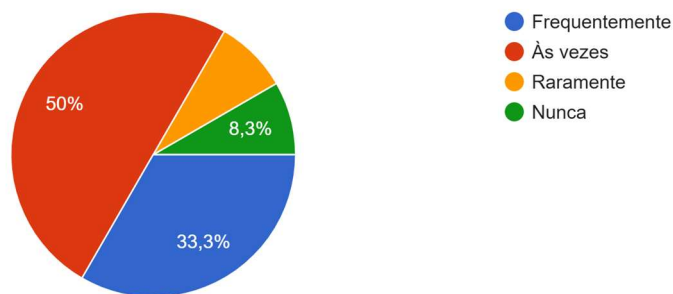


Gráfico 06 – Frequência de participação em feiras livres, gastronômicas ou de artesanato.
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A análise dessa questão ajuda a avaliar a pertinência da implantação de uma área de feira comunitária como espaço de encontro, comércio local e geração de renda.

A sétima questão tratou da importância da implantação de uma área destinada a feiras comunitárias no terreno ao lado do Guanandizão.

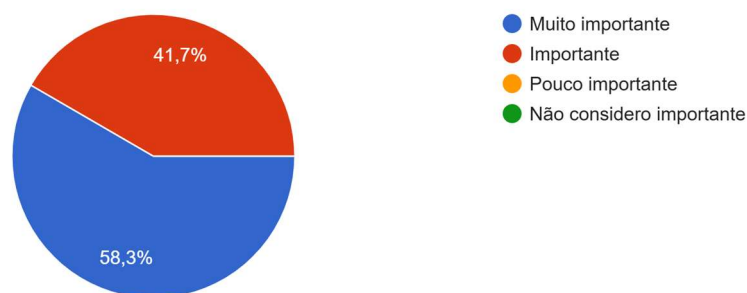


Gráfico 07 – Importância da implantação de uma área destinada a feiras comunitárias.
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

O resultado reforça a possibilidade de transformar o terreno subutilizado em um espaço ativo, flexível e voltado à convivência, ao comércio e aos eventos locais.

A oitava questão buscou compreender quais benefícios os entrevistados associam à revitalização da área.

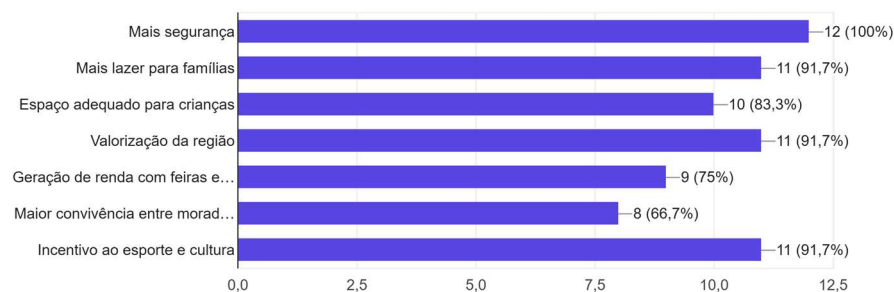


Gráfico 08 – Benefícios esperados com a revitalização do Guanandizão e entorno.
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Os benefícios apontados mostram que a proposta não se limita à melhoria física do espaço, mas também envolve segurança, lazer, convivência, geração de renda, cultura e valorização da região.

A última questão verificou se os entrevistados utilizariam o espaço após a revitalização.

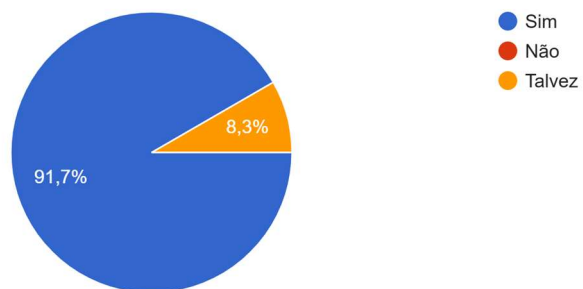


Gráfico 09 – Intenção de uso do espaço após a revitalização.
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

As sugestões registradas contribuem diretamente para a construção das diretrizes projetuais, pois aproximam o projeto das vivências cotidianas da população. Dessa forma, a escuta comunitária torna-se uma etapa fundamental para transformar demandas sociais em soluções espaciais, orientando a criação de um espaço mais seguro, inclusivo, funcional e apropriável pelos moradores e frequentadores da região.

6.5. Mapa Síntese dos Problemas

O bairro Bairro Piratininga é predominantemente residencial, com bom acesso pelas avenidas Presidente Ernesto Geisel e Manoel da Costa Lima, que são vias importantes para a circulação regional. No entanto, as ruas internas do bairro são estreitas, desorganizadas e apresentam baixa manutenção, o que dificulta a mobilidade e compromete a segurança local.

A área próxima ao córrego Segredo está inserida em uma zona de criticidade VI, onde a drenagem é problemática. Nessa região, a erosão nas margens do córrego vem puxando a mata ciliar e causando danos ao pavimento das vias adjacentes, evidenciando a vulnerabilidade ambiental que impacta diretamente a infraestrutura viária do entorno.

Os equipamentos públicos estão distribuídos principalmente ao longo das vias estruturantes, com escolas, unidades básicas de saúde, centros de convivência e parques lineares. Contudo, o bairro não dispõe de um centro de lazer que ofereça atividades culturais ou similares, o que representa uma lacuna na oferta de espaços de convivência e cultura para a comunidade.

A segurança pública no bairro é limitada, com ausência de estrutura física da Guarda Municipal e policiamento concentrado em áreas próximas, com raios de abrangência regionais tanto para a delegacia quanto para a Polícia Militar.

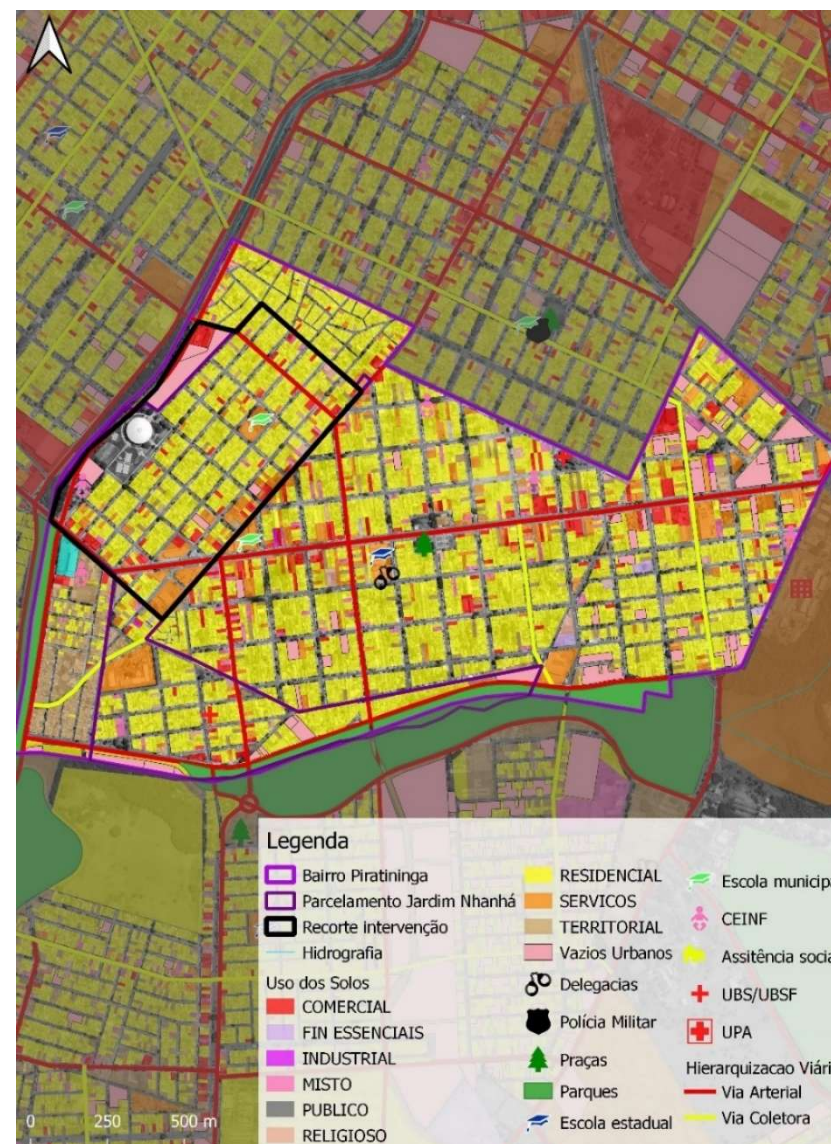


Figura 82 - Diagnóstico.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.6. Justificativa dos recortes

O recorte do presente estudo concentra-se em uma área interna do parcelamento Jardim Nhandá, delimitada pelas avenidas Manoel da Costa Lima, das Bandeiras, Presidente Ernesto Geisel e pela Rua do Aquário, formando um polígono fechado por essas quatro vias. Foi excluída uma parte do parcelamento localizada próxima aos bairros Nossa Esperança e Bairro Piratininga, que apresenta maior desenvolvimento urbano.

Essa área recortada possui relevância social e urbana significativa, abrigando a Escola Municipal Padre Heitor Castoldi e o Centro de Educação Infantil (CEINF) Nhandá, equipamentos que atendem a população local e reforçam a importância do território para a comunidade. Além disso, destaca-se a presença do Ginásio Guanandizão, equipamento esportivo de grande porte que atrai eventos e público, movimentando a região. Entretanto, esses eventos, por vezes, geram situações de insegurança, evidenciando a necessidade de intervenções urbanísticas e sociais para garantir um ambiente mais seguro.

Essa é também uma área conhecida pelo seu estigma negativo, sendo considerada um lugar perigoso devido ao tráfico de drogas e à presença de moradores de rua, como já foi apontado anteriormente. As ruas são estreitas, apresentam baixa manutenção e falta de infraestrutura adequada, incluindo ausência de arborização, praças e outros espaços públicos de convivência.

Parte da área recortada está inserida em uma zona vulnerável a processos de desmoronamento de encosta, aumentando os riscos ambientais e demandando soluções específicas.



Figura 83 - Recorte.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.7. Mapa de diretrizes

A proposta para o Jardim Nhandá foi construída a partir do diagnóstico urbano e social previamente descrito, considerando as diretrizes de políticas públicas municipais e federais, a teoria dos autores citados no capítulo 2, além das referências dos estudos de caso. O objetivo é formular ações realistas e adequadas ao contexto social e econômico da população local, respeitando suas necessidades, limitações e potencialidades.

A proposta é estruturada em duas escalas complementares: a escala macro, que abrange o bairro como um todo, e a escala micro, baseada no recorte territorial que delimita parte do parcelamento do Jardim Nhandá, compreendido entre a Avenida Manoel da Costa Lima, Avenida das Bandeiras, Avenida Presidente Ernesto Geisel e Rua do Aquário. Nesse recorte, destaca-se a área do Guanandizão, que se configura como uma das poucas, e praticamente a principal, área de lazer existente no parcelamento, reforçando a importância de sua requalificação para a população local.

As diretrizes estabelecidas abordam aspectos como infraestrutura, mobilidade urbana, espaços públicos, segurança e inclusão social. Entre as intervenções, destacam-se melhorias na pavimentação, arborização, calçadas, sinalização e requalificação viária. Também são propostas ações voltadas à cultura, assistência social e segurança pública, com foco na redução do estigma social do bairro e na valorização de seu território.

Além das intervenções físicas, a proposta também se apoia nos princípios do urbanismo social, entendendo o projeto urbano como instrumento de inclusão, participação e valorização do território. A escuta da comunidade, realizada por meio dos questionários, contribuiu para identificar demandas relacionadas à segurança, lazer, cultura, esporte, permanência, infância e geração de renda. Dessa forma, as soluções propostas buscam responder não apenas aos problemas espaciais identificados, mas também às necessidades e aspirações dos moradores e frequentadores do Jardim Nhandá.

As ações foram organizadas conforme os itens enumerados no Mapa de Diretrizes, sendo classificadas entre intervenções de escala macro e micro:

Escala micro: recorte do projeto e entorno do Ginásio Guanandizão:

1. Implantação de praça pública multifuncional com feira comunitária no terreno ao lado do Ginásio Guanandizão, com espaço destinado à montagem de barracas para comercialização de produtos acessíveis, promovendo geração de renda local, além de área de playground e espaço central multiuso para atividades culturais e comunitárias.
2. Requalificação da área externa do Ginásio Guanandizão, com reorganização das quadras, nova pintura e demarcações conforme normas, substituição de equipamentos esportivos, implantação de caminhos com traçado mais orgânico, arquibancadas, vegetação

para conforto térmico, sanitários externos, bebedouros e estacionamento em área ociosa nos fundos.

3. Requalificação da Travessa do Touro, com implantação de bolsões de estacionamento ao lado do Ginásio Guanandizão e organização dos acessos à feira, garantindo melhor fluidez e acessibilidade.
4. Requalificação da Rua dos Andes, com implantação de mão única no trecho próximo ao CEINF Nhandá, criação de bolsões de estacionamento, readequação das calçadas e das faixas de rolamento conforme normas.
5. Readequação da Rua Eduardo Perez, com implantação de bolsões de estacionamento.
6. Readequação da Rua Pedro Leão, com implantação de mão única, garantindo continuidade ao sistema viário da Rua dos Andes. A proposta também prevê a implantação de uma biovaleta para drenagem urbana, partindo da Rua Pedro Leão e adentrando a área do Guanandizão, com o objetivo de mitigar os problemas relacionados ao escoamento das águas pluviais apontados na Carta de Drenagem, além de contribuir para a qualificação paisagística e ambiental do espaço.
7. Estratégias de conforto térmico para o Ginásio Guanandizão, com instalação de exaustores na cobertura, aberturas laterais para ventilação cruzada, pintura térmica, ventiladores industriais e arborização no entorno.
8. Implantação de habitação de interesse social em área classificada como ZEIS 2, correspondente a parte do terreno destinado à praça proposta, que será subdividido em dois setores: um voltado à implantação da praça pública com feira comunitária e outro destinado à habitação. A proposta prevê

aproximadamente 300 unidades habitacionais distribuídas em edifícios de até quatro pavimentos, organizados em cerca de 13 blocos com média de 24 unidades por bloco, promovendo melhor aproveitamento do solo e integração com o entorno.

Escala macro, bairro como um todo:

9. Readequação de trecho da Avenida Presidente Ernesto Geisel, com implantação de bolsões de estacionamento voltados ao apoio da praça e da feira, alargamento do córrego com contenção em gabião, recomposição da mata ciliar e reconfiguração das faixas viárias, passando de quatro faixas estreitas para duas faixas de 3,50 m e uma de 4,00 m destinada ao transporte coletivo em cada sentido.
10. Implantação de um centro de assistência social voltado ao atendimento de pessoas em situação de rua, com impacto direto sobre a dinâmica do bairro.
11. Implantação de sinalização viária e arborização na Rua do Aquário, qualificando os acessos internos e promovendo conforto ambiental.
12. Proposta de um posto da Guarda Civil Metropolitana nos limites do bairro para reforço da segurança urbana.
13. Implantação de nova praça pública no parcelamento Ipiranga, ampliando a oferta de espaços de lazer e convivência.
14. Propostas viárias para qualificação das ruas que compõem o trajeto do transporte coletivo, com melhoria dos pontos de ônibus, acessibilidade e segurança.



Figura 84 - Recorte.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande, modificado pela autora.

6.8. Programa de necessidades

Eixo Temático	Proposta / Intervenção	Justificativa
Infraestrutura	Readequação da Avenida Presidente Ernesto Geisel: reconfiguração viária com redução e redimensionamento das faixas, implantação de faixa exclusiva para transporte coletivo, bolsões de estacionamento, alargamento do córrego com contenção em gabião e recomposição da mata ciliar.	Minimizar riscos de desmoronamento, corrigir problemas de dimensionamento viário e qualificar ambientalmente a área.
	Requalificação da Rua dos Andes: implantação de mão única, bolsões de estacionamento, adequação das calçadas e pavimentação.	Melhorar o acesso ao CEINF e organizar o fluxo viário local com mais segurança.
	Requalificação de vias do transporte coletivo: melhoria dos pontos de ônibus, acessibilidade e segurança.	Garantir melhor funcionamento da mobilidade pública e conforto aos usuários.
Mobilidade Urbana	Requalificação da Travessa do Touro: implantação de bolsões de estacionamento e organização dos acessos à feira e ao ginásio.	Melhorar a articulação entre vias importantes e organizar fluxos locais intensos.
	Readequação da Rua Eduardo Perez com implantação de bolsões de estacionamento.	Organizar o uso do espaço viário e reduzir conflitos entre veículos e pedestres.
	Readequação da Rua Pedro Leão com implantação de mão única.	Dar continuidade ao sistema viário local e melhorar a fluidez.
	Implantação de sinalização viária e arborização na Rua do Aquário.	Qualificar os acessos internos e promover conforto ambiental.
Equipamentos	Implantação de praça pública multifuncional com feira comunitária, áreas de convivência, playground e espaço multiuso.	Ativar área ociosa, promover lazer, cultura e geração de renda local.
	Implantação de habitação de interesse social (ZEIS 2) em parte do terreno da praça, com edifícios de até 4 pavimentos.	Atender demanda habitacional e promover uso socialmente justo do solo.
	Requalificação da área externa do Ginásio Guanandizão, com melhorias nas quadras,	Qualificar o equipamento existente e ampliar seu uso pela população.

	equipamentos, mobiliário, sanitários, bebedouros e estacionamento.	
	Implantação de Centro de Assistência Social para pessoas em situação de rua.	Atender demandas sociais e integrar políticas públicas ao território.
	Implantação de nova praça no parcelamento Ipiranga.	Suprir ausência de espaços públicos de lazer e convivência intergeracional.
	Implantação de Posto da Guarda Civil Metropolitana.	Ampliar a presença do poder público, fortalecer segurança e combater estigmas territoriais.
Cultura e Pertencimento	Valorização do eixo cultural entre Travessa do Touro e o entorno do ginásio, com eventos, grafites e atividades culturais.	Fortalecer identidade local, pertencimento e uso dos espaços públicos.
	Estratégias de conforto térmico no Ginásio Guanandizão (ventilação, exaustão, sombreamento e arborização).	Melhorar as condições de uso do equipamento e conforto ambiental.

6.9. Visita de campo

A visita de campo realizada foi de grande importância, pois por meio dela foi possível coletar informações essenciais para o desenvolvimento do trabalho. Durante a atividade, foram feitas medições das calçadas e das ruas, além da verificação do estado de conservação de cada elemento observado. Também foi realizado um levantamento fotográfico, que contribui para o registro detalhado das condições encontradas no local, auxiliando na análise e documentação das informações coletadas.

O levantamento fotográfico foi realizado no Guanandizão e também no terreno onde será implantada a praça, registrando as condições atuais desses locais para subsidiar as análises e o desenvolvimento do projeto.



Figura 85 - Terreno destinado à criação da praça em seu estado atual.
Fonte: Fonte: autoral, 2025.

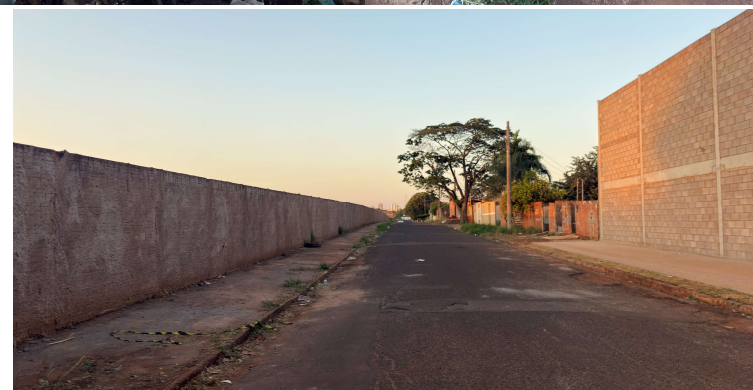


Figura 86, 87 e 88 - Terreno destinado à criação da praça em seu estado atual e Calçada lateral ao terreno, Rua dos Andes.
Fonte: Fonte: autoral, 2025.



Figura 89 - Ginásio Guanandizão, lateral externa.
Fonte: Fonte: autoral, 2025.



Figura 90 - Campinho de futebol, situação atual.
Fonte: Fonte: autoral, 2025.



Figura 91 - Quadras esportivas, situação.
Fonte: Fonte: autoral, 2025



Figura 92 - Quadra de vôlei de areia ao fundo.
Fonte: Fonte: autoral, 2025

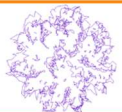
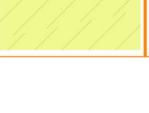
6.10. Tabela de espécies

A proposta de arborização prioriza espécies adaptadas às condições climáticas de Campo Grande, buscando conciliar conforto térmico, sombreamento, valor paisagístico e compatibilidade com o espaço urbano. Tanto na área externa do Guanandizão quanto na praça proposta serão utilizadas espécies como jacarandá, pau-ferro, sibipiruna, ipê-amarelo e pata-de-vaca, distribuídas conforme o porte, a necessidade de sombreamento e a função de cada espaço. As espécies de maior porte, como a sibipiruna e o pau-ferro, serão empregadas principalmente nas áreas de permanência, contribuindo para o conforto térmico e a mitigação das ilhas de calor. Já espécies de médio e pequeno porte, como o jacarandá, o ipê-amarelo e a pata-de-vaca, serão utilizadas em áreas de circulação, caminhos e pontos de valorização paisagística.

Além da arborização, a proposta também prevê o uso de forrações ornamentais, como periquito-vermelho, zebrina e botão-de-ouro, qualificando os canteiros, reforçando a composição paisagística e contribuindo para a diversidade visual dos espaços.

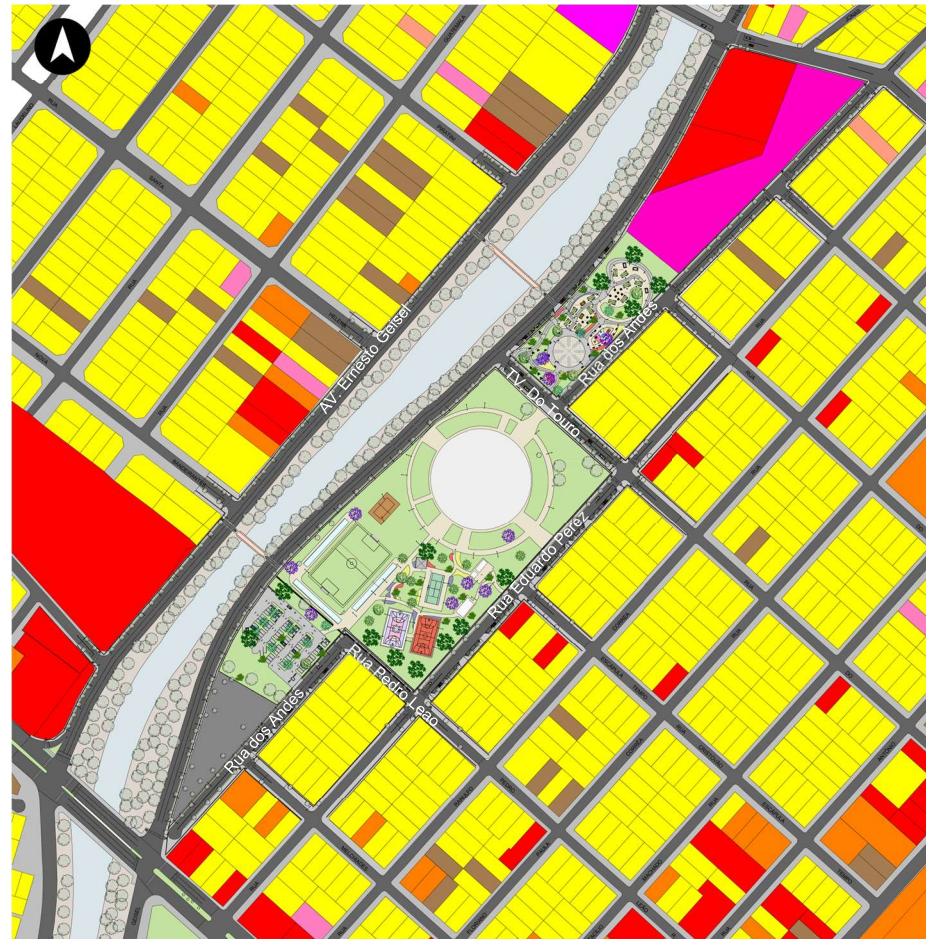
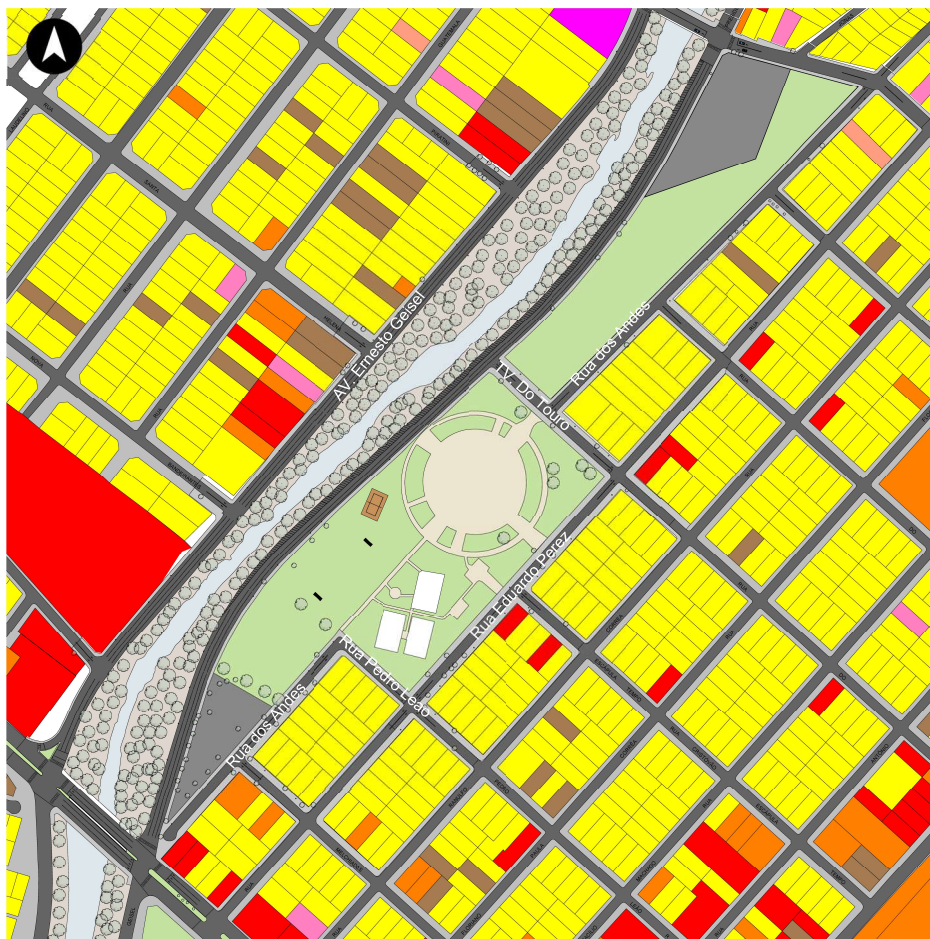
A escolha das espécies segue as diretrizes do Plano Diretor de Arborização Urbana de Campo Grande, que recomenda a utilização de espécies adaptadas ao clima local, com boa rusticidade e potencial para formação de áreas sombreadas em uma cidade de clima quente.

Tabela 3- Tabela de espécies

Tabela de espécies				
Símbolo	Nome Popular	Nome Científico	Altura Média	Época de floração
	Jacarandá	Jacaranda mimosifolia	8 a 12 m	Primavera, principalmente entre setembro e novembro
	Pata de Vaca	Bauhinia variegata ou Bauhinia forficata	6 a 10 m	Final do inverno e primavera, principalmente entre julho e outubro
	Pau-ferro	Libidibia ferrea	12 a 20 m	Primavera e verão, geralmente entre outubro e fevereiro
	Sibipiruna	Cenostigma pluviosum	8 a 16 m	Primavera e verão, principalmente entre setembro e novembro
	Ipê amarelo	Handroanthus albus ou Handroanthus chrysotrichus	6 a 12 m	Final do inverno e início da primavera, principalmente entre julho e setembro
	Zebrina	Tradescantia zebrina	15 a 30 cm	Primavera e verão, com flores pequenas e discretas
	Periquito-vermelho	Alternanthera dentata ou Alternanthera brasiliana	30 a 60 cm	Floração discreta, principalmente na primavera e verão
	Botão-de-ouro	Melampodium divaricatum	20 a 40 cm	Primavera, verão e outono, podendo florescer quase o ano todo em clima quente

6.11. Implantação

6.11.1. Antes e depois



LEGENDA:

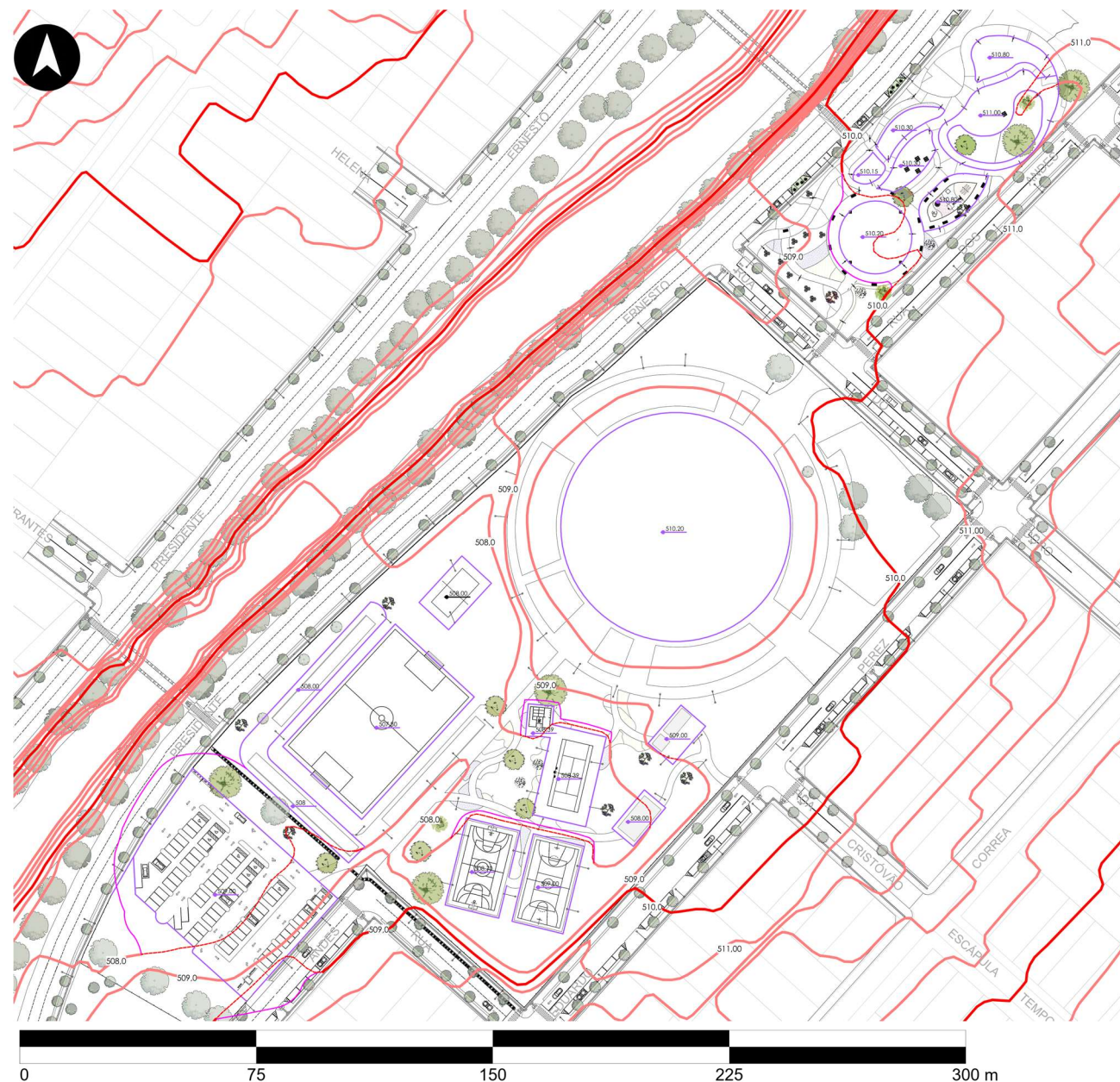
	Residencial		Serviço
	Comercial		Territorial
	Misto		Religioso



6.12. Planta topográfica

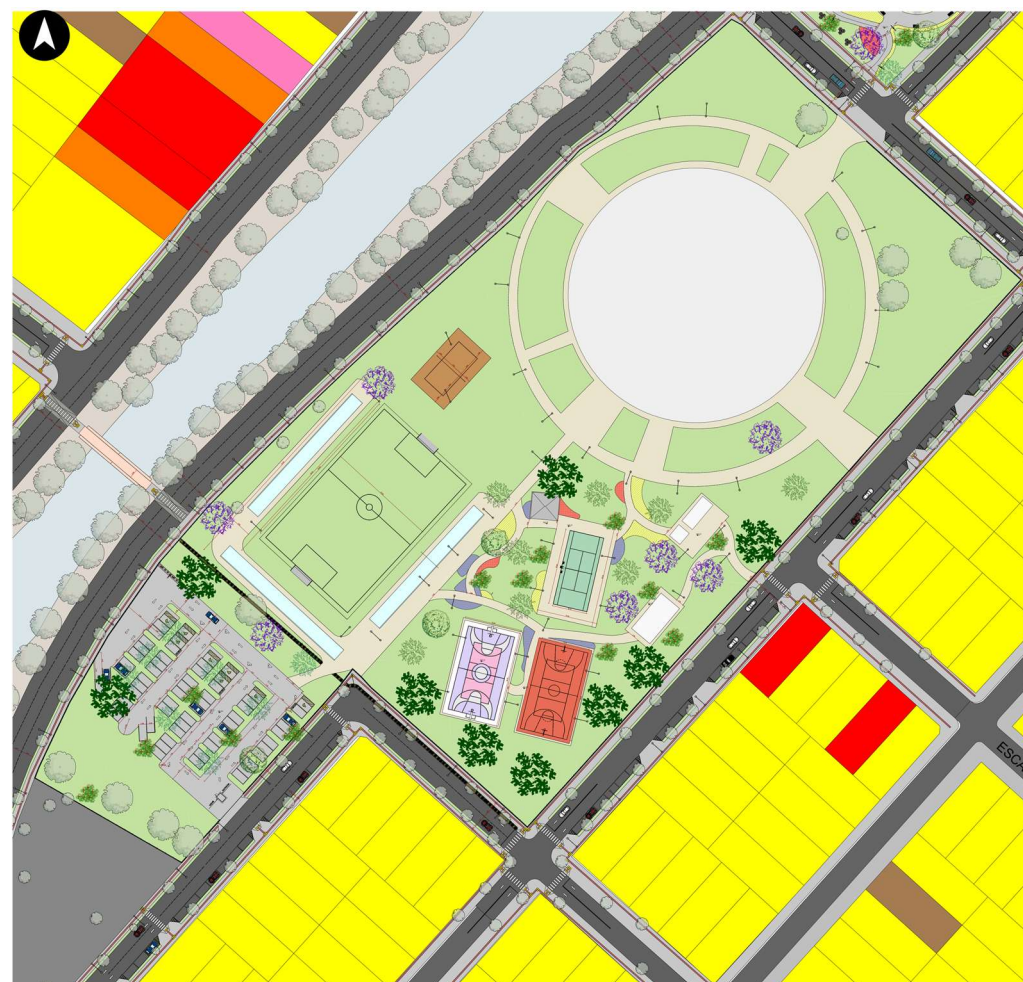
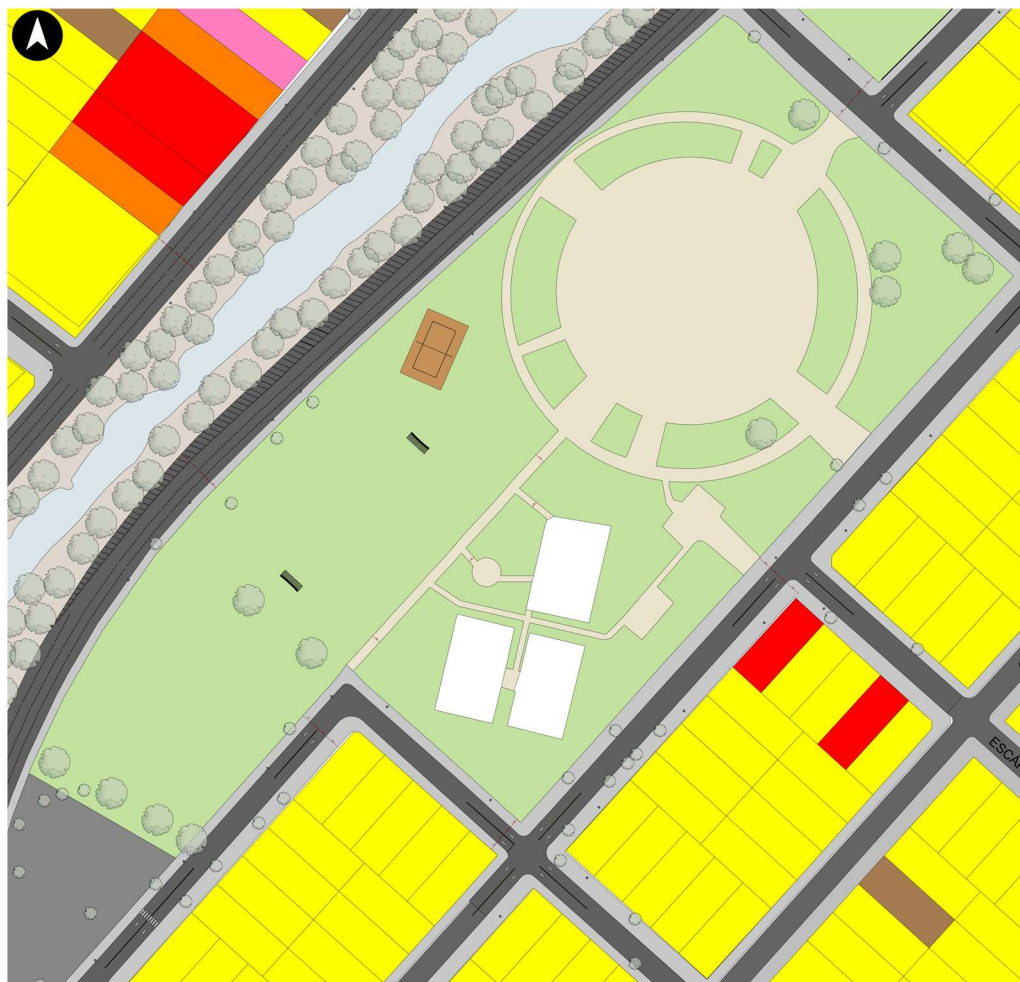
LEGENDA

- Curvas intermediária
- Curvas mestra
- - - Curvas alteradas (deixaram de existir)
- Platôs propostos
- Curvas alteradas (novas)



6.13. Planta Guanandizão

6.13.1. Antes e depois

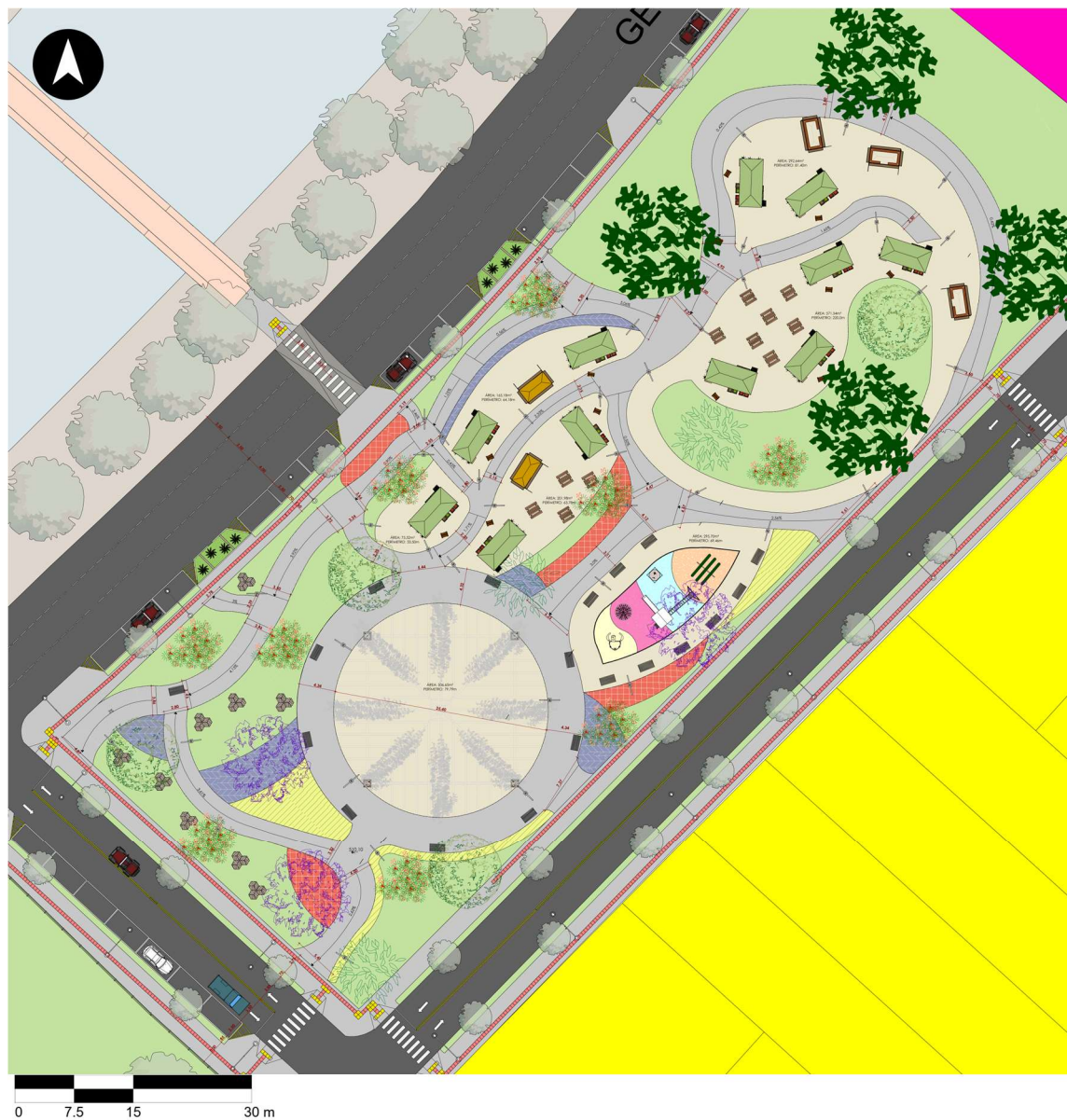


LEGENDA:

Rua	Piso Tátil	Botão-de-ouro	Ipê amarelo	Residencial
Calçada em piso intertravado	Poste Duplo	Zebrina	Sibipiruna	Comercial
Gramado	Poste Simples	Periquito vermelho	Pau-Ferro	Misto
Rampa de acessibilidade		Grama São Carlos	Pata-de-vaca	Serviço
			Jacarandá	Territorial



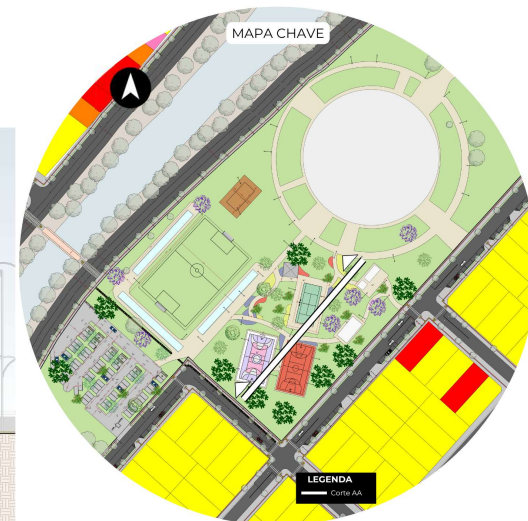
6.14. Planta Praça proposta



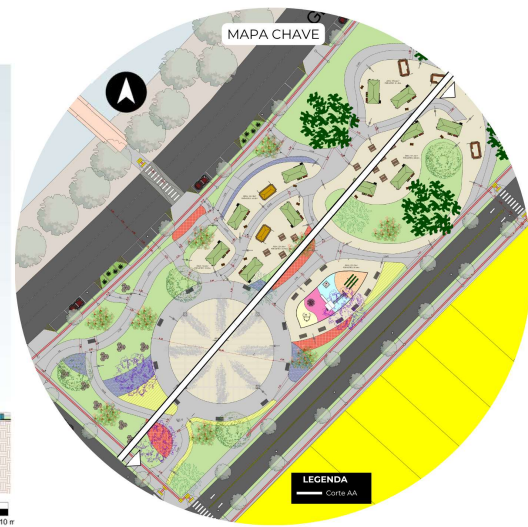
LEGENDA:

6.15. Cortes

6.15.1. Corte Guanandizão



6.15.2. Corte Feira

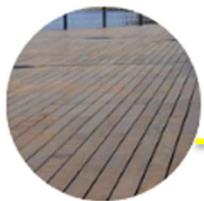


6.16. Paginação de pisos

A paginação de pisos foi definida com o objetivo de organizar os fluxos de circulação, delimitar usos e proporcionar maior legibilidade ao espaço. A escolha dos materiais e padrões buscou garantir durabilidade, acessibilidade e fácil manutenção, além de contribuir para a identidade visual do projeto.



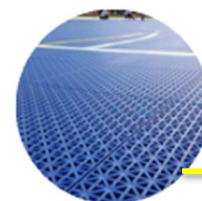
As calçadas da rua e da praça serão executadas com pavimentação em blocos intertravados retangulares (paver), visando garantir durabilidade, facilidade de manutenção e boa permeabilidade.



Na praça, na área destinada à feira e às oficinas, será implantado deck de madeira, com o objetivo de criar um espaço mais acolhedor e adequado às atividades propostas, além de contribuindo para o conforto e a qualidade estética do ambiente.



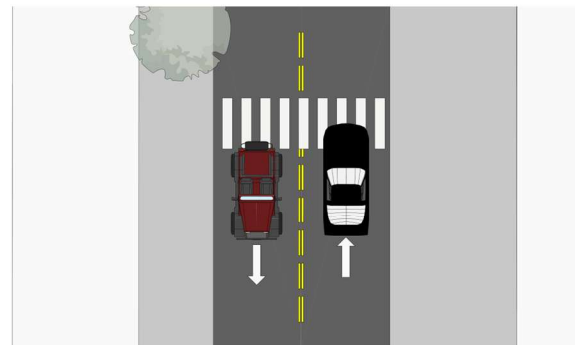
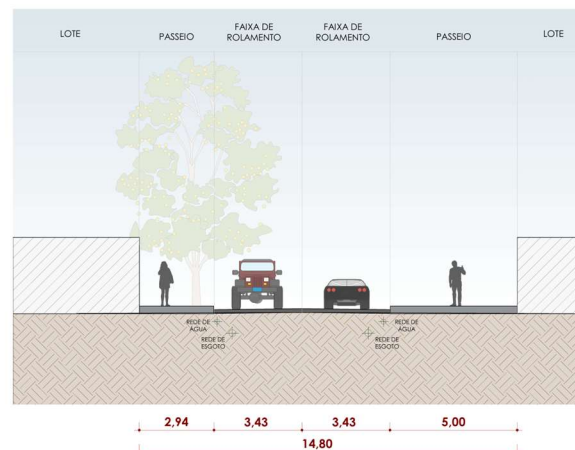
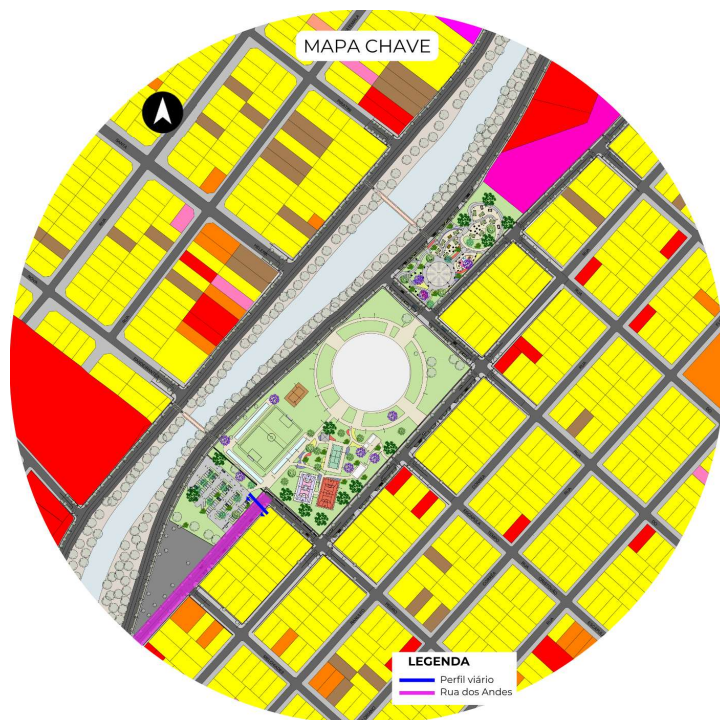
No playground, será implantado piso em borracha granulada, que, além de proporcionar um ambiente lúdico e colorido, contribui para a segurança dos usuários, reduzindo o risco de lesões em caso de quedas.



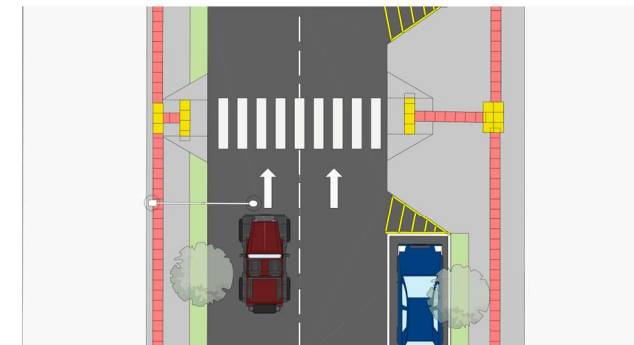
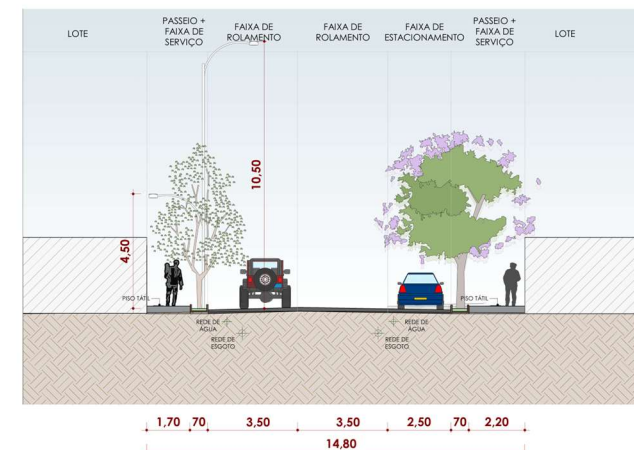
Nas quadras do Guanandizão, será implantado piso drenante para áreas esportivas, principalmente em função das condições ambientais do local, contribuindo para o escoamento da água.

6.17. Perfis viários

6.17.1. Rua dos Andes, ao lado do CEINF



Planta e Planta e Planta e perfil viário antes



Planta e perfil viário depois

LEGENDA:

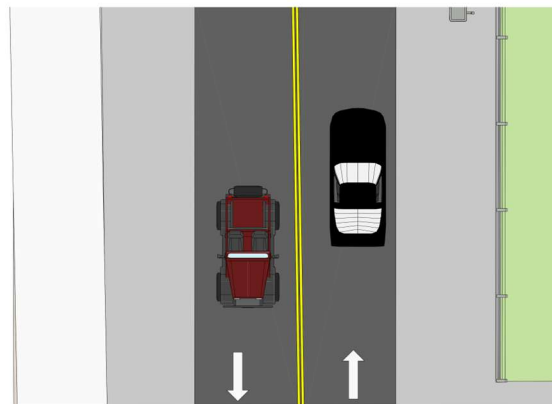
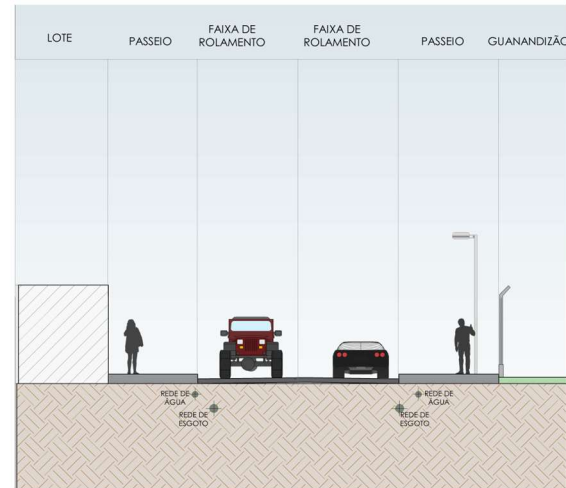
- Rua
- Calçada em piso intertravado
- Deque de madeira
- Rampa de acessibilidade
- Piso Tátil
- Poste Duplo
- Poste Simples
- Faixa de faixa de serviço



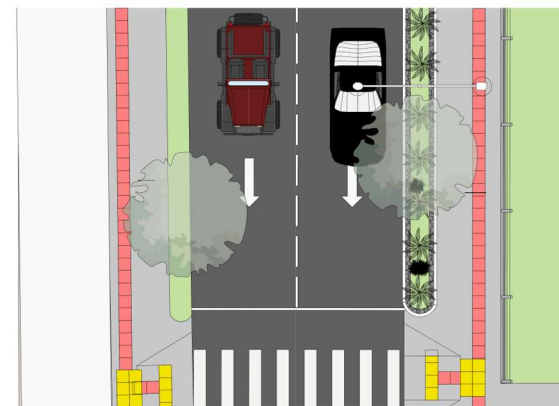
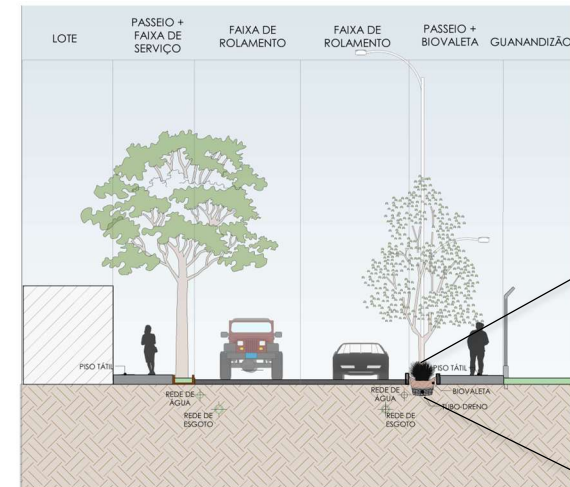
6.17.2. Rua Pedro Leão



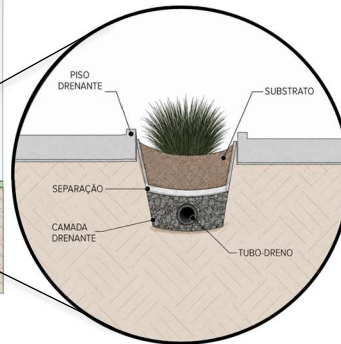
LEGENDA:



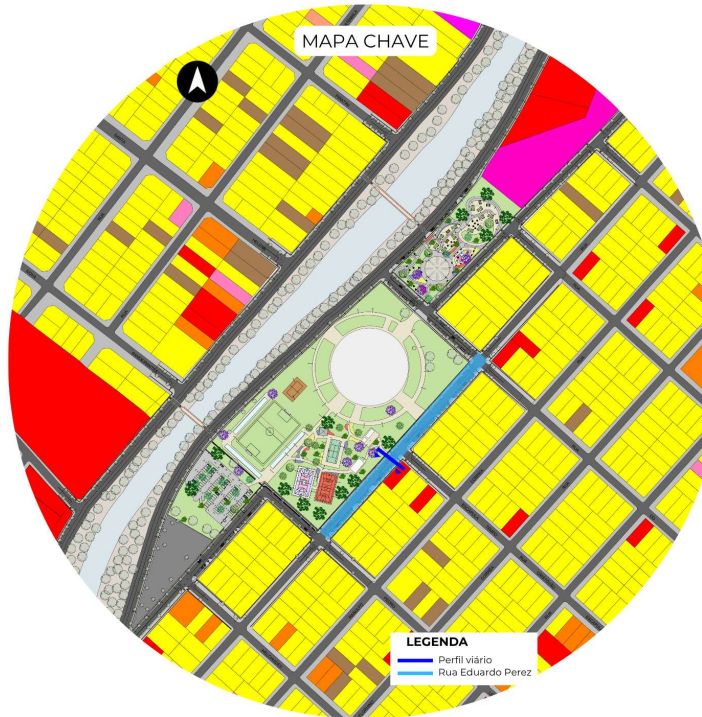
Planta e perfil viário antes



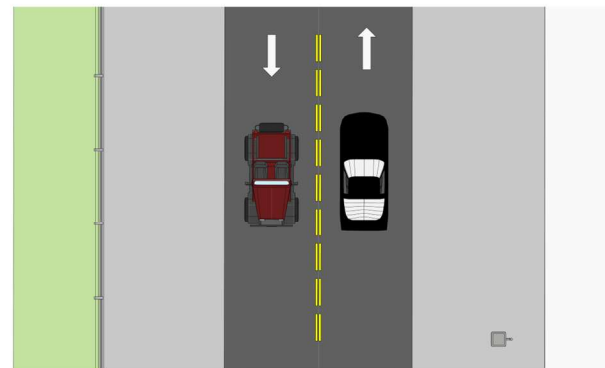
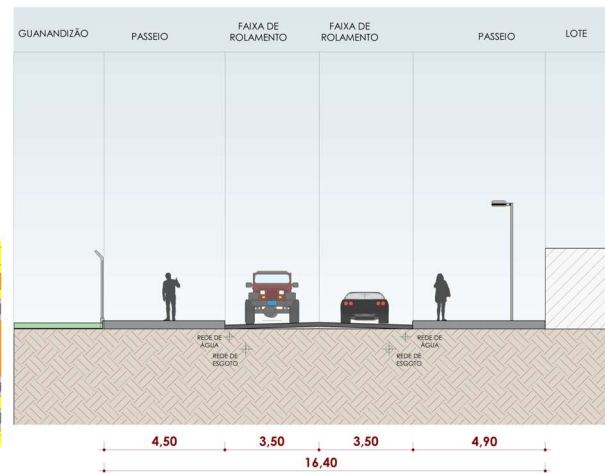
Planta e perfil viário depois



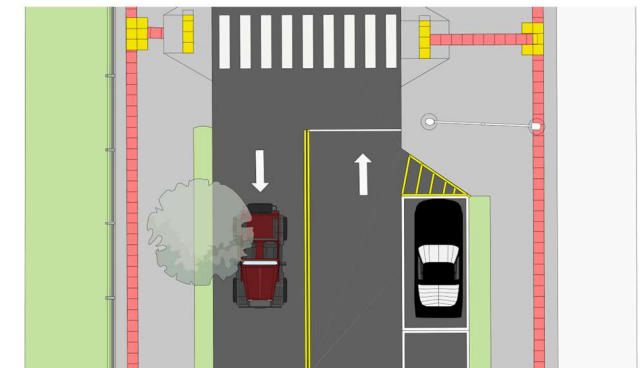
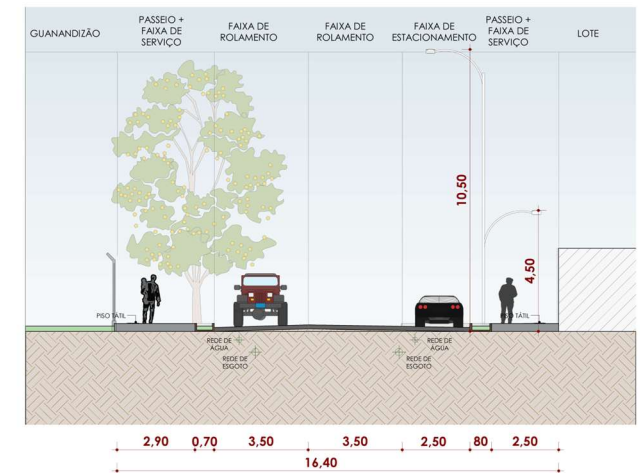
6.17.3. Rua Eduardo Pérez



LEGENDA:



Planta e perfil viário antes

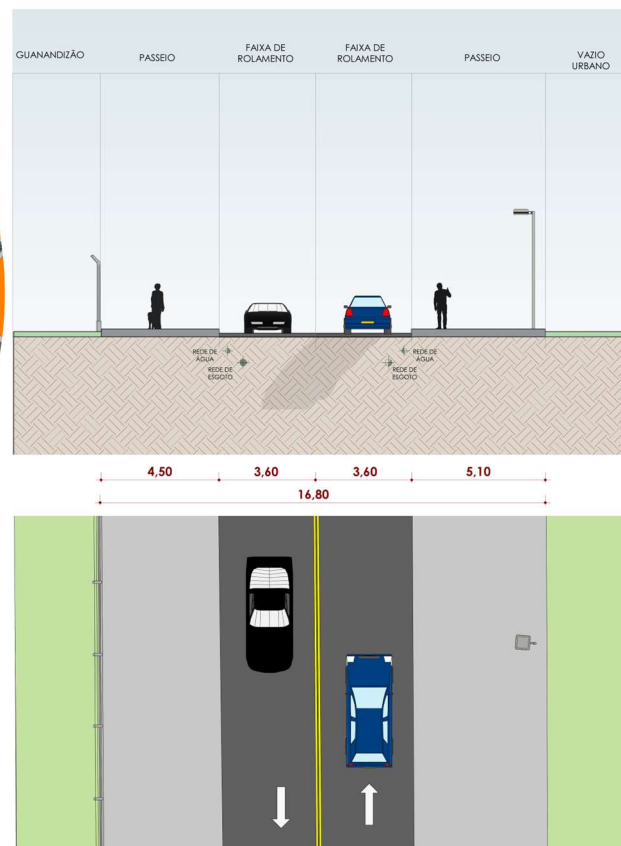


Planta e perfil viário depois

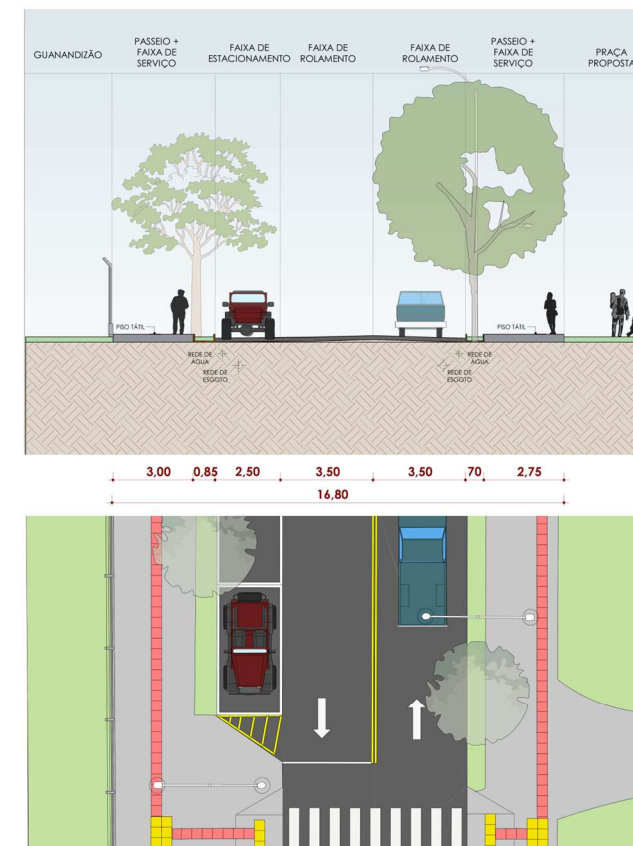
6.17.4. Travessa do Touro



LEGENDA:

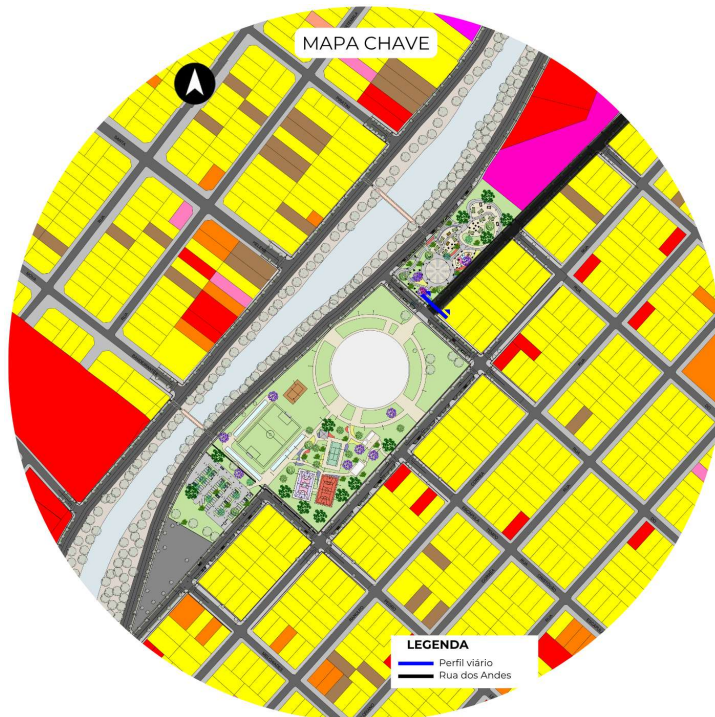


Planta e perfil viário antes

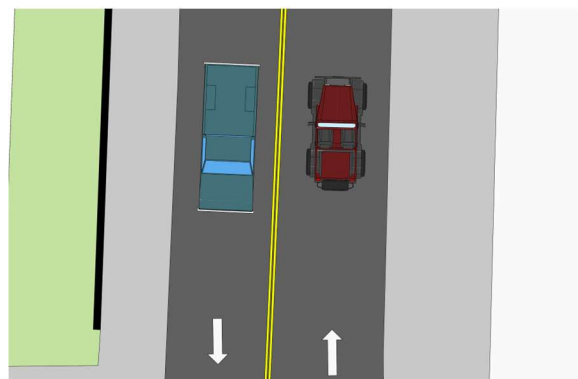
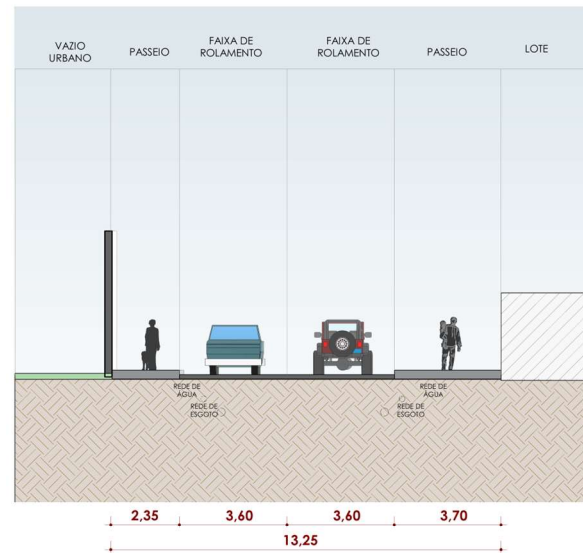


Planta e perfil viário depois

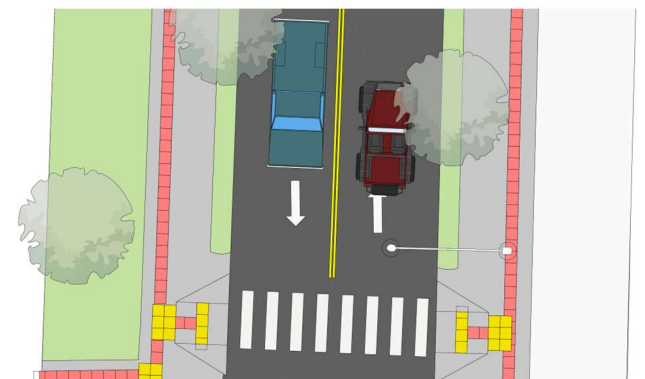
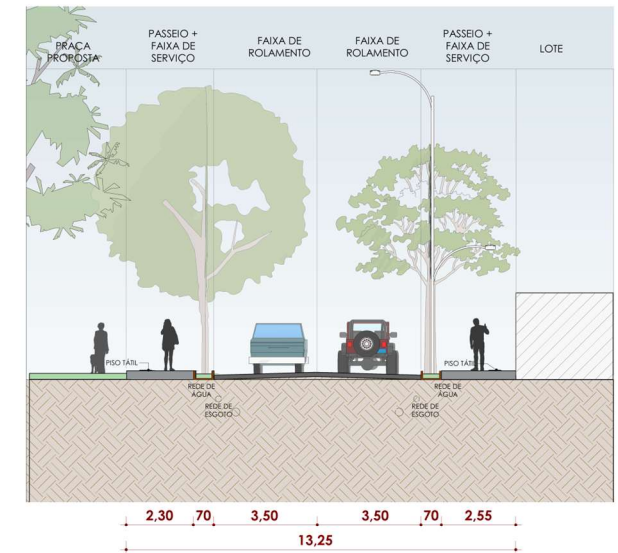
6.17.5. Rua dos Andes, ao da praça proposta



LEGENDA:



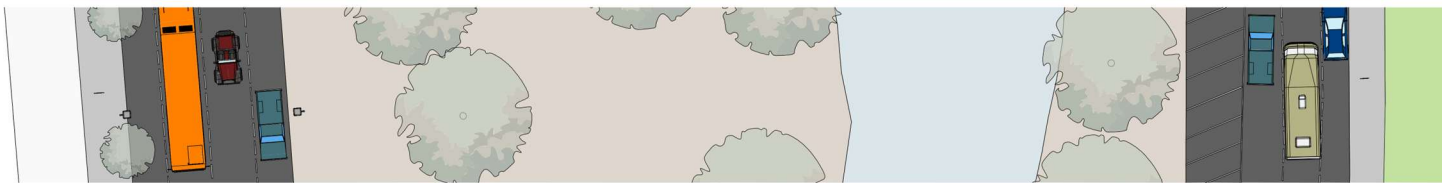
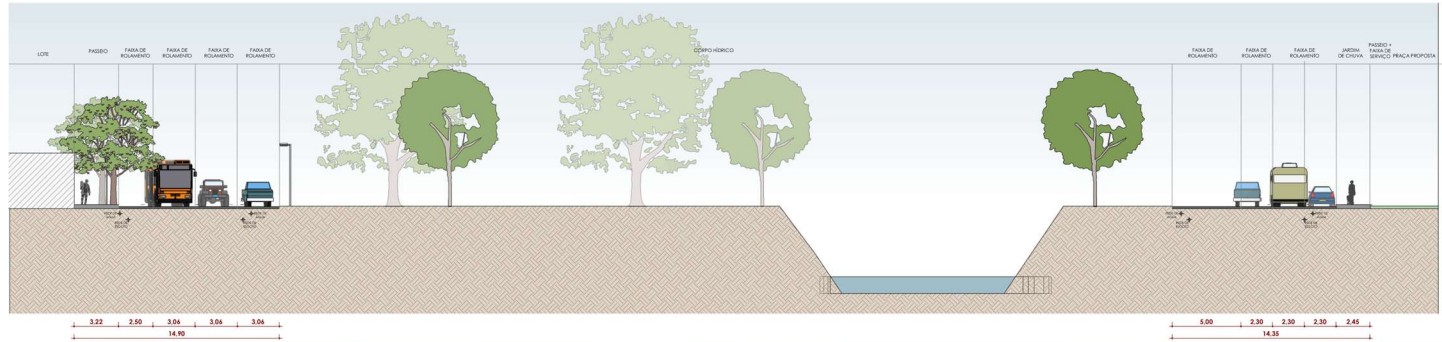
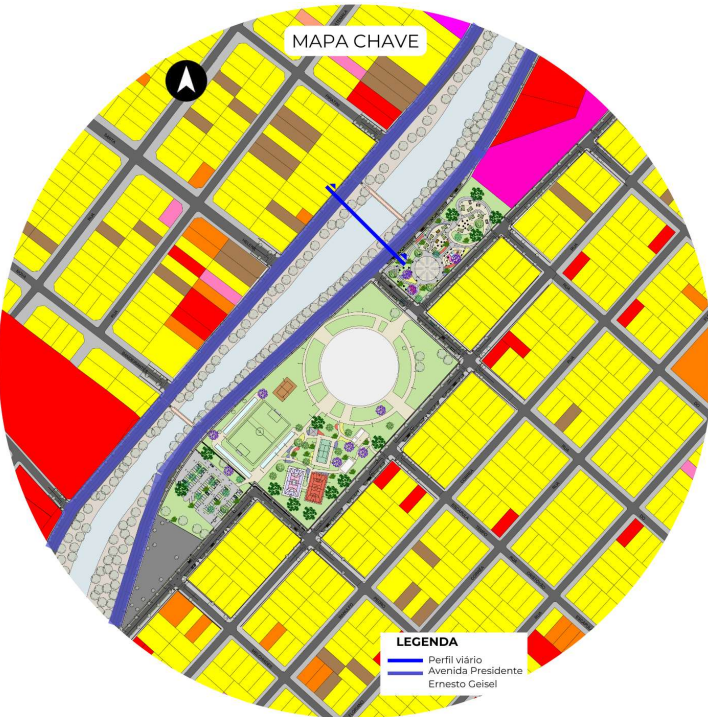
Planta e perfil viário antes



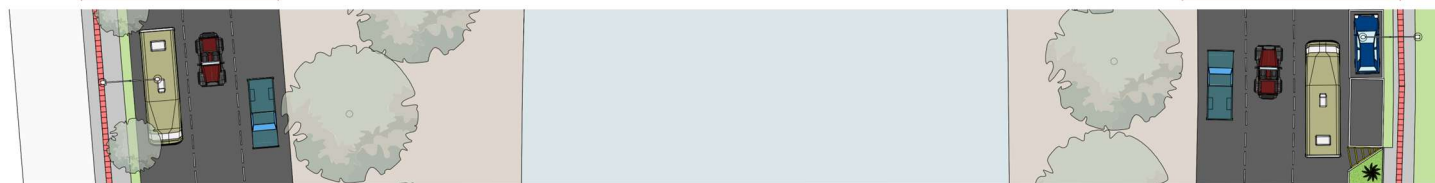
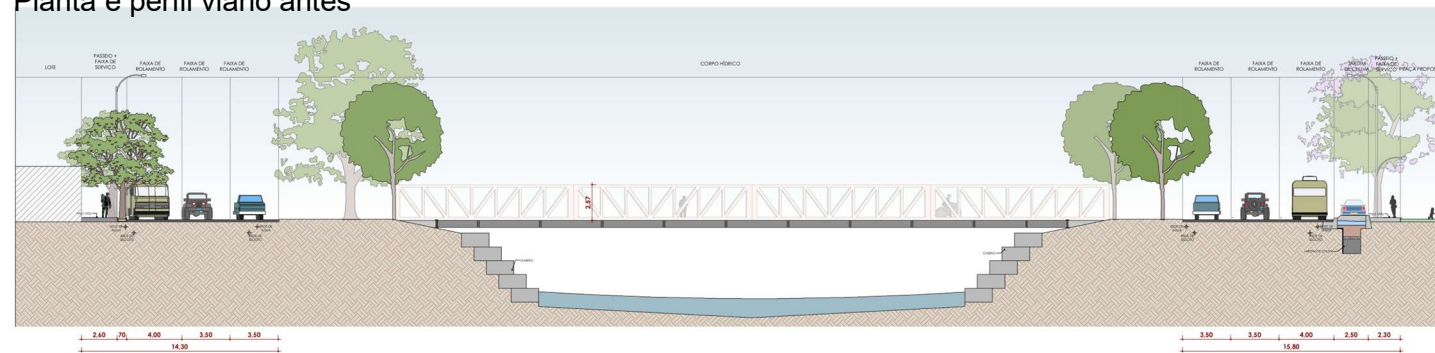
Planta e perfil viário depois



6.17.6. Avenida Presidente Ernesto Geisel



Planta e perfil viário antes

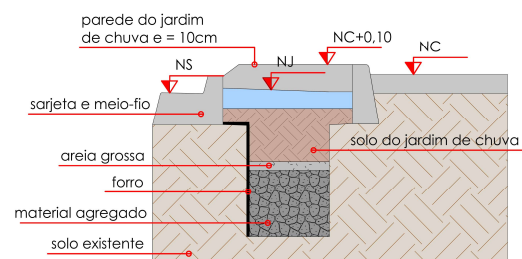
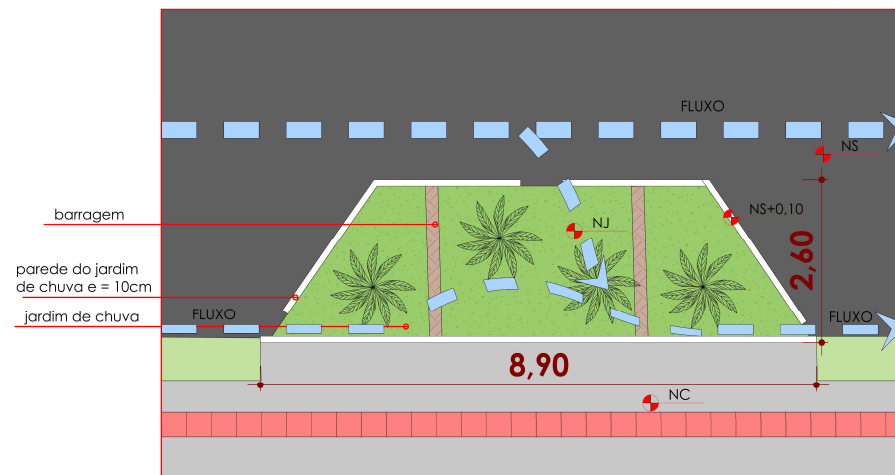


Planta e perfil viário depois

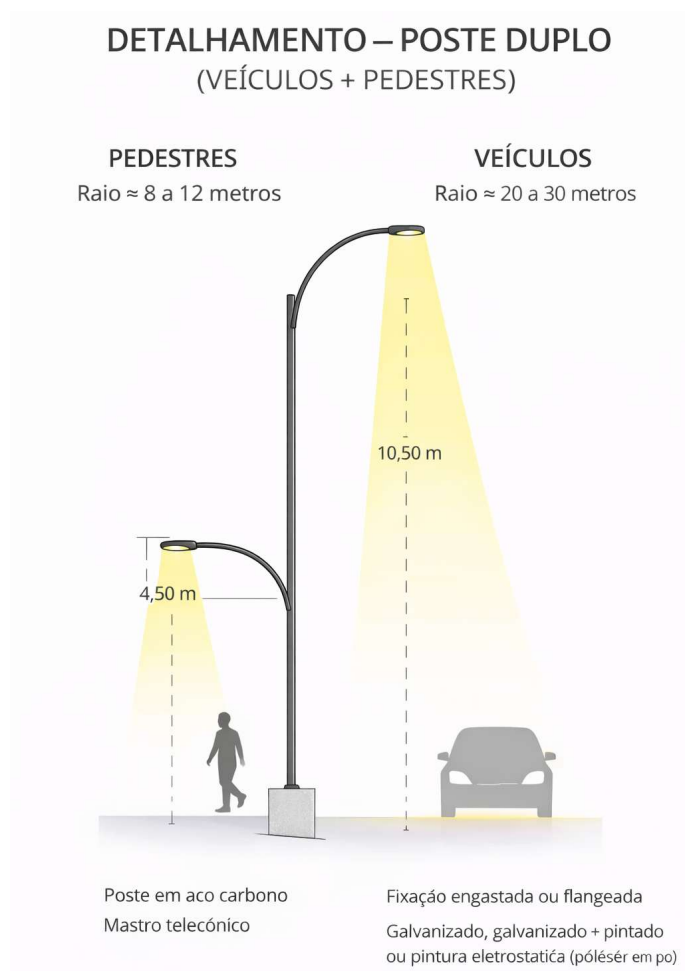


6.18. Detalhamentos

6.18.1. Jardim de chuva



6.18.2. Poste de Iluminação



6.19. Imagens



Figura 93 - Render do Guanandizão, acesso pela Rua Pedro Leão.
Fonte: Perspectiva feita no Revit, renderizada pelo ChatGPT.



Figura 94 - Render do Guanandizão, vista de todas as quadras, campinho e arquibancadas.
Fonte: Perspectiva feita no Revit, renderizada pelo ChatGPT.

..



Figura 95 - Render da praça, com a feira acontecendo e a fonte ao fundo.
Fonte: Perspectiva feita no Revit, renderizada pelo ChatGPT.



Figura 96 - Render da praça, com ênfase no playground, espaço da feira e ao fundo o pergolado.
Fonte: Perspectiva feita no Revit, renderizada pelo ChatGPT.

7.CONCLUSÃO

7. Considerações finais

A proposta apresentada neste trabalho evidencia a urgência de intervenções urbanas que dialoguem com as carências reais da população do Nhanhá. O recorte escolhido concentra fragilidades como a falta de infraestrutura viária, insegurança, ausência de áreas de lazer e espaços culturais, mas também possui equipamentos estratégicos e forte potencial simbólico. Valorizar esse território por meio de ações planejadas é fundamental para fortalecer o pertencimento e promover melhorias concretas na qualidade de vida dos moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências bibliográficas

ACIOLY, Cláudio. Informal City & the Phenomenon of Slums. 2010. Disponível em: https://claudioacioly.com/sites/default/files/2020-02/101%202010_Acioly_Informal%20City%20%26%20the%20Phenomenon%20of%20Slums.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

ADUSB. Notícias: questões urbanas e sociais. 2024. Disponível em: <https://adusb.org.br/web/page> Acesso em: 16 out. 2024.

AGEHAB – AGÊNCIA DE HABITAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL. Agehab realizará segunda etapa de regularização habitacional no Moreninha III. Disponível em: <https://www.agehab.ms.gov.br/agehab-realizara-segunda-etapa-de-regularizacao-habitacional-no-moreninha-iii/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Cerca de 9% da população da cidade de São Paulo vivem em favelas. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-11/cerca-de-9-da-populacao-da-cidade-de-sao-paulo-vivem-em-favelas>. Acesso em: 08 nov. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Lula lança programa de urbanização de favelas Periferia Viva. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-11/lula-lanca-programa-de-urbanizacao-de-favelas-periferia-viva>. Acesso em: 16 mai. 2025.

ANPEC. Artigo: desenvolvimento urbano e periferias. 2011. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000->

[fc7308246dab129c326a470798186d24.pdf](#). Acesso em: 04 nov. 2024.

ARCHDAILY BRASIL. Como Medellín entende o que é urbanismo social. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/958026/como-medellin-entende-o-que-e-urbanismo-social>. Acesso em: 15 mai. 2025.

ARCHDAILY BRASIL. Jane Jacobs e a humanização da cidade. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/786817/jane-jacobs-e-a-humanizacao-da-cidade>. Acesso em: 29 mar. 2025.

ARCHDAILY BRASIL. Praça da Saudade / Natureza Urbana. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/989067/praca-da-saudade-natureza-urbana>. Acesso em: 07 abr. 2026.

ARCHELLO. Praça da Saudade requalification. Natureza Urbana, 2021. Disponível em: <https://archello.com/project/praca-da-saudade>. Acesso em: 07 abr. 2026.

ARCHITECTURE IN DEVELOPMENT. Disponível em: <https://architectureindevelopment.org/news/49> Acesso em: 19 jun. 2025.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. O problema dos vazios urbanos em Campo Grande. ArchDaily Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/806692/o-problema-dos-vazios-urbanos-em-campo-grande-angelo-marcos-vieira-de-arruda>. Acesso em: 30 nov. 2024.

ARTESP. Disponível em: <http://artesp.org.br/> Acesso em: 06 jun. 2025.

AUTOR DESCONHECIDO. Historia de Villa Celina y barrios vecinos (2012). Disponível em: https://www.academia.edu/33709419/Historia_de_Villa_Celina_y_barrrios_vecinos_2012_pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

BBC BRASIL. As favelas no Brasil: história e desafios. 2003. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/10/printable/031006_favelas1mlp. Acesso em: 10 out. 2024.

BBC BRASIL. O crescimento das favelas no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51406474>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 mai. 2025.

BRASIL. Projeto Andus: Guia para elaboração e revisão de planos diretores. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/desenvolvimento-urbano-e-metropolitano/projeto-andus/GuiaparaElaboraoeRevisodePlanosDiretores_compressed.pdf. Acesso em: 23 mai. 2025.

BSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Políticas habitacionais em favelas: o caso de São Paulo. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/politicas-habitacionais-em-favelas-o-caso-de-sao-paulo/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

CAF. Centralidades urbanas como instrumento de revitalização urbana com mobilidade sustentável. Disponível em: <https://www.caf.com/pt/blog/centralidades-urbanas-como->

[instrumento-de-revitalizacao-urbana-com-mobilidade-sustentavel/](#)
Acesso em: 17 abr. 2025.

CAMPO GRANDE (MS). Lei Complementar nº 341, de 4 de dezembro de 2018. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Campo Grande. Disponível em: <https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/18/2018/12/Lei-Complementar-n.-341-de-4-de-dezembro-de-2018-PDDUA.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CAMPO GRANDE (MS). Lei Complementar nº 74, de 2005. Lei de Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) e Código de Obras do Município.

CAMPO GRANDE NEWS. Bem-vindo à Cracolândia anuncia faixa instalada por moradores da Nhá Nhá. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/bem-vindo-a-cracolandia-anuncia-faixa-instalada-por-moradores-da-nhanha>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CAMPO GRANDE NEWS. Cracolândia Nhá Nhá teve “Campinho da Morte” e agora jorra disputa de tráfico. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/cracolandia-nhanha-teve-campinho-da-morte-e-agora-jorra-disputa-de-trafico>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CAMPO GRANDE NEWS. De marmitaria a tampa de esgoto na Vila Nhá Nhá: nada escapa dos bandidos. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/direto-das-ruas/de-marmitaria-a-tampa-de-esgoto-na-vila-nhanha-nada-escapa-dos-bandidos>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CAMPO GRANDE NEWS. Grafiteiros transformam rua da Vila Nhá Nhá em galeria de arte ao ar livre. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011->

08/grafiteiros-transformam-rua-da-vila-nhanha-em-galeria-de-arte-ao-ar-livre. Acesso em: 23 jun. 2025.

CAMPO GRANDE NEWS. ONG foi criada no meio da Nhá Nhá para mostrar que ali há esperança. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/ong-foi-criada-no-meio-da-nhanha-para-mostrar-que-ali-ha-esperanca>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CAMPO GRANDE NEWS. Prefeitura deve entregar em 30 dias asfalto da Vila Nhá Nhá. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/prefeitura-deve-entregar-em-30-dias-asfalto-da-vila-nha-nha> Acesso em: 21 jun. 2025.

CAMPO GRANDE NEWS. Primeiro bairro pacificado pela PM, Vila Nhá Nhá tem a paz da fronteira. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/primeiro-bairro-pacificado-pela-pm-vila-nha-nha-tem-a-paz-da-fronteira> Acesso em: 21 jun. 2025.

CAMPO GRANDE NEWS. Trad aguarda aprovação de projeto para resolver enchentes na Nhá Nhá. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/trad-aguarda-aprovacao-de-projeto-para-resolver-enchentes-na-nhanha> Acesso em: 21 jun. 2025.

CAVALCANTI, Luciana de Souza; CARVALHO, Carolina Gomes de. Surgimento da periferia no Brasil: um estudo a partir da produção acadêmica. Saúde e Pesquisa, v. 15, n. 3, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/fZCnFGwPC3Yks9tXCg4MP8B/> Acesso em: 15 ago. 2024.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. Planejamento integrado – Estatuto da Cidade. Disponível em:

https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/planejamento-integrado_estatuto-da-cidade. Acesso em: 07 mai. 2025.

CITIES ALLIANCE. Global effort to improve world's slums. 2024. Disponível em: <https://www.citiesalliance.org/newsroom/news/results/global-effort-improve-world%E2%80%99s-slums>. Acesso em: 7 set. 2024.

CONJUR. Bruno Carreirão: requisitos para revisão do plano diretor. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jun-30/bruno-carreirao-requisitos-revisao-plano-diretor2/>. Acesso em: 24 mai. 2025.

CORREIO DO ESTADO. Inaugurada praça BR de esportes na BR Vila Nhá Nhá. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/inaugurada-praca-br-de-esportes-na-br-vila-nha-nha/159547/> Acesso em: 21 jun. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Proposição DIS 24447/2006 – classificação ONU sobre favelas. 2006. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra.jsessionid=94836F430737962F72DBD382EDB1F66D.proposicoesWeb2 Acesso em: 5 out. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Mais Vida nos Morros leva cor a 12 comunidades do Recife neste sábado. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/12/mais-vida-nos-morros-leva-cor-a-12-comunidades-do-recife-neste-sabado.html>. Acesso em: 05 jun. 2025.

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos: o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? Revista da Faculdade de Letras, 1994/5. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1588.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. Glossário: direito à cidade. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/glossario/direito-a-cidade/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

EL PAÍS BRASIL. O drama das favelas brasileiras. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/20/politica/1453318772_454529.html. Acesso em: 10 nov. 2024.

FESTIVAL CAMPO CULTURAL MS. Campão a pé: historiador e arquiteto apresentam complexo ferroviário em caminhada repleta de conhecimento. 2024. Disponível em: <https://festivalcampaocultural.ms.gov.br/campao-a-pe-historiador-e-arquiteto-apresenta-complexo-ferroviario-em-caminhada-repleta-de-conhecimento/> Acesso em: 28 nov. 2024.

FREITAS, Lucas; SILVA, Maria. A periferia de Campo Grande e seus desafios atuais. Revista Espacialidades, v. 14, n. 3, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/20304/12648>. Acesso em: 28 ago. 2024.

GAMAREVISTA. Raquel Rolnik: o espaço urbano não é inerte, ele produz desigualdade. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/formato/conversas/raquel-rolnik-o-espaco-urbano-nao-e-inerte-ele-produz-desigualdade/> Acesso em: 06 mai. 2025.

GAZETA DO POVO. Acima de tudo, Medellín recuperou sua autoestima, avaliam designers que conhecem a cidade de perto. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/acima-de-tudo-medellin-recuperou-sua-autoestima-avaliam-designers-que-conhecem-cidade-de-perto-b80b65e1sjwuid8m43ebblvdj/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

G1. Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>. Acesso em: 02 nov. 2024.

GIROSA. População de Barueri dispara e chega a 316.473 habitantes. 2024. Disponível em: <https://girosa.com.br/populacao-de-barueri-dispara-e-chega-a-316-473-habitantes/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

GRUPO ALIADA. Glossário: zoneamento urbano e regulamentação do uso do solo nas periferias. Disponível em: <https://grupoaliada.com/glossario/zoneamento-urbano-regulamentacao-uso-solo-periferias/>. Acesso em: 24 mai. 2025.

GRUPO ALIADA. Glossário: zoneamento urbano e regulamentação do uso do solo nas periferias. Disponível em: <https://grupoaliada.com/glossario/zoneamento-urbano-regulamentacao-uso-solo-periferias/> Acesso em: 28 mai. 2025.

HABITASINOS. Lei de uso e ocupação do solo: saiba o que é e como funciona. Disponível em: <https://habitasinos.com.br/lei-de-uso-e-ocupacao-do-solo-saiba-o-que-e-e-como-funciona/>. Acesso em: 29 mai. 2025.

IBGE. Biblioteca do IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo> Acesso em: 30 nov. 2024.

INSPER. Repositório Insper. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/entities/publication/ceda1d4a-ff24-4116-8111-8ce7f84123b7>. Acesso em: 15 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Aspectos sociais e econômicos do Brasil. 2002. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Favelas e comunidades urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais. 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>. Acesso em: 30 set. 2024.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. Breve história dos inícios de Campo Grande, a capital de Mato Grosso do Sul. 2024. Disponível em: <https://ihgms.org.br/textos/breve-historia-dos-inicios-de-campo-grande-a-capital-de-mato-grosso-do-sul-5>. Acesso em: 17 ago. 2024.

IPEA. Direito à cidade. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20%C3%A0%20cidade.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2025.

IPEA. Estatuto da Cidade. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160920_estatuto_cidade.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

ITAÚ CULTURAL. Revista Continuum, ed. junho-julho. 2024. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/continuum_junho-julho. Acesso em: 26 nov. 2024.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Ed. USP, 1961. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3843818/course/section/92>

3498/JACOBS-Jane-1961-Morte-e-Vida-de-Grandes-Cidades%20%281%29.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

JORNAL DE BARUERI. Barueri é a 4ª cidade do estado em desenvolvimento. 2024. Disponível em: <https://www.jornaldebarueri.com.br/economia/barueri-e-a-4a-cidade-do-estado-em-desenvolvimento/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LEFEBVRE, Henri. Ao redor do ponto crítico: o direito à cidade. 5. ed., 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7098184/mod_resource/content/1/Lefebvre%20Henri%20-%20Ao%20redor%20do%20ponto%20cr%C3%ADtico%20-%20p.%2077-88%20-%20O%20direito%20%C3%A0%20cidade.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025.

LEFEBVRE, Henri. Direito à cidade: revisitando o conceito sob uma perspectiva marxista feminista. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/download/73312/40913>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MAIS VIDA NOS MORROS. Prefeitura do Recife. Disponível em: <https://maisvidanosmorros.recife.pe.gov.br/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

MAIS VIDA NOS MORROS. Reinvenção urbana passo a passo. Disponível em: https://maisvidanosmorros.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Mais_Vida_nos_Morros_reinvencao_urbana_passo_a_passo.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

MAPA DAS PERIFERIAS. 2024. Disponível em: <https://mapadasperiferias.cidades.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2024.

MAPBIOMAS. Áreas urbanas no Brasil: dados recentes. 2023. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/10/FACT_Areas-Urbanas-no-Brasil_31.10_v2.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

MARICATO, Erminia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. São Paulo, 2022.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica – origens sociais do eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Ed. 34, 2008.

METRÓPOLE MS. A caminho de 1 milhão de habitantes: arquiteto sugere plano diretor em bairros. Disponível em: <https://metropolems.com.br/2024/08/27/a-caminho-de-1-milhao-de-habitantes-arquiteto-sugere-plano-diretor-em-bairros/>. Acesso em: 05 mar. 2025.

MIDIAMAX. 20 anos depois: 20 famílias viram 135 e muita coisa mudou na 1ª aldeia da capital. 2015. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2015/20-anos-depois-20-familias-vm-135-e-muita-coisa-mudou-na-1a-aldeia-da-capital/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MIDIAMAX. Oficina de audiovisual ensinará jovens da periferia de Campo Grande a produzir filmes sobre suas histórias de vida. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2025/oficina-de-audiovisual-ensinara-jovens-da-periferia-de-campo-grande-a->

[produzir-filmes-sobre-suas-historias-de-vida/](https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2025/oficina-de-audiovisual-ensinara-jovens-da-periferia-de-campo-grande-a-produzir-filmes-sobre-suas-historias-de-vida/). Acesso em: 24 jun. 2025.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Guia do plano de ação Periferia Viva: urbanização de favelas. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/publicacoes/arquivos/arquivos/periferias/guia-do-plano-de-acao-periferia-viva-snp-ministerio-das-cidades-urbanizacao-de-favelas.pdf/view>. Acesso em: 27 set. 2024.

MMF LAW. Lei de uso e ocupação do solo. Disponível em: <https://mmf-law.com.br/lei-uso-ocupacao-solo/>. Acesso em: 28 mai. 2025.

OBSERVATORIO GEOGRÁFICO AMÉRICA LATINA. Geografia socioeconômica da população. 2024. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografia-socioeconomica/Geografiadelapoblacion/14.pdf>. Acesso em: 7 out. 2024.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. 20 anos do Estatuto da Cidade. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20_anos_do_estatuto_da_cidade-spread.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. 20 anos do Estatuto da Cidade. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20_anos_do_estatuto_da_cidade-spread.pdf. Acesso em: 21 mai. 2025.

OLIVEIRA, Ademir. Social interest housing projects implemented by BNH in the 1980s in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ademir->

Oliveira/publication/359552603_Social_interest_housing_projects_implemented_by_BNH_in_the_1980s_in_Campo_Grande_Mato_Grosso_do_Sul/links/624adfe957084c718b8621ac/Social-interest-housing-projects-implemented-by-BNH-in-the-1980s-in-Campo-Grande-Mato-Grosso-do-Sul.pdf Acesso em: 14 mar. 2025.

OUTRAS PALAVRAS. Periferias: o projeto limpeza da ditadura. Disponível em: <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/periferias-o-projeto-limpeza-da-ditadura/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

PEREIRA, Pedro Henrique Máximo. Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade. 2. ed. Atena Editora, 2024. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/603902>. Acesso em: 25 set. 2024.

PERIODICOS UFES. Desafios das periferias urbanas contemporâneas. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26814/19779>. Acesso em: 14 nov. 2024.

POLIS INSTITUTO. O que é direito à cidade? 2024. Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 22 set. 2024.

POLIS. O que é direito à cidade? Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

POLITIZE!. Origens da favelização no Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.politize.com.br/origens-da-favelizacao/>. Acesso em: 2 set. 2024.

PREFEITURA DE CAMPO GRANDE. Livro Memória. Disponível em: <https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/18/2017/01/livroMemoria.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PREFEITURA DE CAMPO GRANDE. Mapeamento dos Índices de Inclusão e Exclusão Social em Campo Grande-MS. Disponível em: <https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/19/2016/12/Mapeamento-dos-I%CC%81ndices-de-Inclusa%CC%83o-e-Exclusa%CC%83o-Social-em-Campo-Grande-MS.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

PREFEITURA DE CAMPO GRANDE. Perfil das periferias em Campo Grande: aspectos sociais e urbanos. Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/18/2023/08/PERFIL-2023-PDF-SITE-2.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/zona-especial-de-interesse-social-zeis/>. Acesso em: 23 mai. 2025.

PRIMEIRA PÁGINA. População de Campo Grande cresce, mas vai para periferia. 2024. Disponível em: <https://primeirapagina.com.br/cotidiano/populacao-de-campo-grande-cresce-mas-vai-para-periferia/>. Acesso em: 20 set. 2024.

QUINTO ANDAR. Morar em Barueri: o que saber. 2024. Disponível em: <https://www.quintoandar.com.br/guias/cidades/morar-em-barueri/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

REDALYC. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6497/649770013004/html/>. Acesso em: 07 mai. 2025.

REPOSITORIO ANIMA EDUCACAO. Trabalho acadêmico: urbanismo e periferias. 2024. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/162dd082-e43e-4913-ab0b-8e2657a6eedb/download>. Acesso em: 27 out. 2024.

REPOSITORIO PUCSP. Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13013>. Acesso em: 15 set. 2024.

REPOSITORIO UFSCAR. Dissertação: Dinâmicas urbanas e periféricas. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1507/DissMPA.pdf> Acesso em: 25 out. 2024.

RESEARCHGATE. O Programa Mais Vida nos Morros e a relação das crianças com o espaço público: o caso da Vila Burity, Recife (PE). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377404885_O_Programa_Mais_Vida_nos_Morros_e_a_Relacao_das_Criancas_com_o_Espaco_Publico_o_Caso_da_Vila_Burity_Recife_PE. Acesso em: 05 jun. 2025.

REVISTA FACULDADE DAMAS. Disponível em: <https://www.revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/arquitetura/article/view/1585/1120>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RIO MEMÓRIAS. Incêndio e remoção da favela do Pasmado em Botafogo. Disponível em: https://riomemorias.com.br/expo_2_sala/incendio-e-remocao-da-favela-do-pasmado-em-botafogo/. Acesso em: 14 mai. 2025.

RMBH. Centralidades em rede. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/mzrmbh/pt-br/content/centralidades-em-rede.htm>. Acesso em: 26 abr. 2025.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência: o caso do Estado de São Paulo. 2024.

RÁDIO USP. O impacto na vida urbana da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/o-impacto-na-vida-urbana-da-lei-de-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo/> Acesso em: 28 mai. 2025.

SANTOS, Ana Maria; ALMEIDA, João Carlos. Surgimento das periferias em Campo Grande. Revista Horizontes, v. 8, n. 2, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/download/2277/1764/0>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/outra_globalizacao.pdf. Acesso em: 05 mai. 2025.

SANTOS, Kamila de Souza; BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. O longo caminho: da favela ao bairro PROMORAR – Campo Grande – MS. In: XIX Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares2> Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, Paulo Roberto. O que é favela afinal? São Paulo: PUC-SP, 2009. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/1_D_2009_O_que_favela_afinal.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

SCIELO. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/h84pDZ5DyKvWrYwrZhKjnnr/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SCIELO. Revista SN. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/gbSqV54VmFSTPGHc3kqPmz/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SCIELO. Revista SN (versão PDF). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/gbSqV54VmFSTPGHc3kqPmz/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SILVA, Luiz Felipe Barros Lima da; BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. A Constituição da Comunidade Urbana Água Bonita em Campo Grande – MS: Territorialidade e Identidade Indígena. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMSCG. Disponível em: https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468173844_A_RQUIVO_Artigo-Final-ENG.pdf. Acesso em: 01 mar. 2025.

SILVA, Marcos Luiz Neto. A questão regional hoje: reflexões a partir do caso paulista. In: SOUZA, MAA (Org.). Território brasileiro: usos e abusos. Edições Territorial, 2003. p. 355-379.

SILVA, M. F. Upp – A redução a favela a três letras: uma análise da política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrj.br/handle/123456789/0001> (exemplo fictício). Acesso em: 06 mai. 2025.

SISGEENCO. Anais Simpurb 2022. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/simpurb/2022/arquivos/GT2_COM_1424_1414_20221206101522.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

SLIDESHARE. Urbanismo ciudad de Medellín. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/urbanismo-ciudad-de-medelln/257790525> Acesso em: 19 jun. 2025.

SNH 2017 ANPUH. Política, emoção e o estigma da favela no regime autoritário. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488603697_A_RQUIVO_politicaderemocaoeostigmadofaveladonoRegimeAutoritario.pdf. Acesso em: 11 mai. 2025.

SOMOS CIDADE. Olhos nas ruas: o conceito de Jane Jacobs que mostra como as cidades podem ser mais seguras. Disponível em: <https://somoscidade.com.br/2022/08/olhos-nas-ruas-o-conceito-de-jane-jacobs-que-mostra-como-as-cidades-podem-ser-mais-seguras/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

TELLUS. Medellín e o urbanismo social. Disponível em: <https://tellus.org.br/conteudos/artigos/medellin-urbanismo-social/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

TERRA. 120 anos de Os Sertões, obra que deu origem à palavra favela. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/120-anos-de-os-sertoos-obra-que-deu-origem-a-palavra-favela,d41c4a92788d96fd74a787e427fa4d742d5ht06t.html>. Acesso em: 31 out. 2024.

TERRA. Conheça o único bairro planejado do Grajaú, quebrada de SP. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/conheca-o-unico-bairro-planejado-do-grajau-quebrada-de-sp,a4334b2659a02875896e5a9ed9e0afbf1onxq1rv.html>. Acesso em: 06 nov. 2024.

UCDB. Defesa de dissertação de Tatiana Quintana Samper Lovato. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1049943->

defesa-dissertac-a-o-tatiana-quintana-samper-lovatto-2025.pdf.
Acesso em: 12 jun. 2025.

UFES. Argumentum. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/2950/2728/5673>. Acesso em: 14 mai. 2025.

UFPE. Política Hoje. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/260637>. Acesso em: 02 mai. 2025.

UFRGS. O que guardam as periferias? 2024. Disponível em:
<https://www.ufrgs.br/sextante/o-que-guardam-as-periferias/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

UNESP. Sem infraestrutura e acesso à saúde, população periférica é mais prejudicada por variações no clima. 2023. Disponível em:
<https://jornal.unesp.br/2023/11/17/sem-infraestrutura-e-acesso-a-saude-populacao-periferica-e-mais-prejudicada-por-variacoes-no-clima/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

UN-HABITAT. Nova agenda urbana: rumo a cidades mais inclusivas e sustentáveis. 2022. Disponível em:
https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/11/20221027_nova_agenda_urbana_portugues.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

UN-HABITAT. The challenge of slums – global report on human settlements 2003. Nairobi, 2003. Disponível em:
<https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/The%20Challenge%20of%20Slums%20-%20Global%20Report%20on%20Human%20Settlements%202003.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

UNITED NATIONS. Sustainable Development Goals Report 2023: Goal 11 – Sustainable Cities and Communities. 2023. Disponível em:
<https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/goal-11/> Acesso em: 5 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS. Repositório UFMS. Disponível em:
<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4341>. Acesso em: 08 mar. 2025.

VEJA. Viver com dignidade: urbanismo social ganha espaço no Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/viver-com-dignidade-urbanismo-social-ganha-espaco-no-brasil/>. Acesso em: 16 mai. 2025.

VITRUVIUS. Arquitextos, v. 8, n. 85, p. 235. Disponível em:
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235>. Acesso em: 11 abr. 2025.

WR BRASIL. Espaços públicos: 10 princípios para conectar pessoas e rua. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/espacos-publicos-10-principios-para-conectar-pessoas-e-rua>. Acesso em: 08 abr. 2025.